



ERIC HOBSBAWM

ECOS DA MARSELHESA

*Dois séculos
revêem a Revolução Francesa*



COMPANHIA DAS LETRAS

Em quatro brilhantes ensaios o historiador inglês Eric J. Hobsbawm enfrenta as tentativas de revisão historiográfica da Revolução Francesa que tiveram grande repercussão por ocasião do recente bicentenário da tomada da Bastilha.

Em *Ecos da Marselhesa*, Hobsbawm se propõe não só defender como explicar a interpretação de inspiração marxista que hoje é alvo da crítica revisionista. Para tanto, ele situa a Revolução Francesa na história dos séculos XIX e XX, examinando o processo de sua recepção nestes duzentos anos e o significado de sua herança.

As conexões teóricas e políticas da Revolução Francesa com a Revolução Russa também são exploradas: 1917 aparece como a realização dos ideais de 1789 e isso tem impacto na historiografia contemporânea.

Ecos da Marselhesa conclui analisando como a crise do socialismo real e do paradigma comunista no fim do século XX acabou por atingir a tradição marxista de interpretação da Revolução Francesa.

ISBN 85-7164-594-9



9 788571 645943

ERIC J. HOBSBAWM

ECOS DA MARSELHESA

*Dois séculos revêem
a Revolução Francesa*

Tradução:
MARIA CELIA PAOLI

1ª reimpressão



04502
1.997

Copyright © 1990 by E. J. Hobsbawm

Título original:
Echoes of the Marseillaise
Two centuries look back on the French Revolution

COMPRA *montes*
DATA 07/10/98
R\$ 12,35

NE 3602-4
NF 28334

Capa:
Hélio de Almeida
Preparação:
Flávio Ribeiro de Oliveira
Índice remissivo:
Cintia Ávila
Revisão:
Rosemary Cataldi Machado
Isabel Cury

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J., 1917.
Ecos da Marsehesa : dois séculos revêem a Revolução
Francesa / Eric J. Hobsbawm ; tradução Maria Celia Paoli. —
São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

Título original: *Echoes of the Marseillaise: two centuries
look back on the French Revolution.*
Bibliografia.
isan 85-7164-394-9

1. França - História - Revolução, 1789-1799 - Historiografia
2. França - História - Revolução, 1789-1799 - Influências
1. Título.

96-3672

CDD-944.04072

Índices para catálogo sistemático:
1. Historiografia - Revolução Francesa 944.04072
2. Revolução Francesa - Historiografia 944.04072

1996

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Prefácio	9
1. Uma revolução de classe média	17
2. Além da burguesia	47
3. De um centenário a outro	81
4. A revisão que subsiste	105
Apêndice	129
Notas	135
Índice remissivo	151



AGRADECIMENTOS

Este livro é uma versão relativamente ampliada das três Conferências Mason Welch Gross que fui convidado a dar na Universidade de Rutgers, New Brunswick, New Jersey, em abril de 1989. Meu primeiro agradecimento é, portanto, a essa universidade, por ter me convidado; à Rutgers University Press, que sugeriu a publicação; e, sobretudo, ao falecido Richard Schlatter, um amigo e eminente historiador, de quem partiu a iniciativa do convite. A maior parte da redação dessas conferências e sua subsequente elaboração foram feitas, em condições de quase utópica perfeição, no Centro para a História da Arte e Humanidades J. Paul Getty, de Santa Monica, California, onde fui professor visitante na primavera de 1989. É grande minha gratidão a essa instituição e aos colegas e amigos que lá estiveram durante aqueles meses. Ferenc Feher deu-me a oportunidade de realizar uma exploração preliminar de alguns dos temas aqui tratados quando me pediu para contribuir com o número especial sobre a Revolução Francesa de *Social Research* (56, nº 1, primavera de 1989), a revista da New School for Social Research, cujos estudantes haviam paciente-mente assistido a minhas aulas sobre “Revolução na História”. Um desses estudantes, Fred Longenecker, ajudou-me a explorar os jornais do século XIX e do começo do século XX. Uma leitura dos comentários franceses recentes sobre a Revolução Francesa forneceu a adrenalina.

Quintin Hoare, Geoffrey Nowell Smith e os editores Lawrence e Wishart permitiram a reimpressão de trechos dos *Cadernos de prisão* de Gramsci.

E. J. H.

PREFÁCIO

Em janeiro de 1989, aproximadamente mil títulos em francês estavam disponíveis em catálogos de livrarias prontos para o bicentenário da Revolução. Desde então, o número de títulos publicados em outras línguas, sobretudo em inglês, deve ter subido em várias centenas. Vale apenas adicionar mais um a esses números? O presente ensaio tem a desculpa de ser baseado nas Conferências Mason Welch Gross, em Rutgers, a universidade estadual de New Jersey, em 1989, e a Revolução Francesa era um assunto óbvio no ano de seu bicentenário. No entanto, explicar não é justificar. Tenho duas justificações.

A primeira é que a nova literatura sobre a Revolução Francesa, especialmente em seu próprio país, é extraordinariamente distorcida. A combinação de ideologia, moda e poder publicitário da mídia moderna permitiu que o bicentenário fosse amplamente dominado por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem de sua herança. Isso não é novo — em seu primeiro centenário foram escritas mais coisas contra a Revolução do que a seu favor — embora seja de algum modo surpreendente ouvir um primeiro-ministro (socialista) da República Francesa, Michel Rocard, saudando o bicentenário “porque este convenceu muitas pessoas de que uma revolução é perigosa e que, caso seja possível, é melhor passar sem ela”.¹ Esses são sentimentos admiráveis que provavelmente expressam, na maior parte das vezes, um amplo consenso. As épocas em que as pessoas comuns querem uma revolução, sem mencionar as épocas em que a fazem, são por definição pouco freqüentes. Mesmo assim, pode-se pensar que

existem momentos — 1789 foi um deles, e monsieur Rocard poderia, sem dúvida, pensar em vários outros em 1989, caso sua mente vagasse para o leste de Paris — em que os povos deram sinais de querer ganhar Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

A novidade da situação atual é que a rejeição da memória da Revolução Francesa vem daqueles que a desaprovam sob o argumento de que a tradição central da historiografia francesa é, desde 1815, marxista e, como tal, inaceitável academicamente por uma nova escola de historiadores “revisonistas”. (“Enquanto isso, os caminhões de lixo rolam pelas ruas recolhendo a velha-guarda [de historiadores], e a cabeça de Marx, espetada em uma lança, é carregada no alto pela multidão”, como nota um historiador reacionário que, embora ignorante do assunto, capta o clima dos tempos que correm.)²

Na verdade, houve avanços notáveis na pesquisa, sobretudo nos anos 70, feitos principalmente por historiadores ingleses e americanos, como podem verificar os leitores da revista *Past and Present* — que tem publicado artigos da maioria dos acadêmicos renovadores.³ No entanto, é errado supor que esses novos trabalhos requeiram que toda a historiografia do século seja jogada fora, e mais errado ainda supor que os esforços ideológicos contra a Revolução Francesa estejam baseados em pesquisas novas. Eles correspondem a diferentes interpretações daquilo que tanto velhos como novos historiadores aceitam como sendo os mesmos fatos. Além disso, as várias versões “revisonistas” da história revolucionária, às vezes conflitivas, não são necessariamente melhores guias do que as antigas versões para se compreender o papel e as consequências históricas da Revolução. Somente alguns dos revisonistas pensam assim. De fato, algumas das novas versões já estão mostrando sinais de idade, como outras mais o farão na ocasião oportuna.

O presente ensaio é tanto uma defesa quanto uma explicação da velha tradição. A irritação com alguns dos ataques que ela sofre é a primeira razão para escrevê-lo. A segunda razão, e a mais importante, é que este ensaio trabalha com um tema surpreendentemente desprezado: não com a história da própria Revolução Francesa,

mas com a história de sua recepção e interpretação, da herança que recebeu dos séculos XIX e XX. Muitos especialistas do tema — entre os quais não me incluo — seguem muito de perto os acontecimentos de 1789-1799, ou qualquer data que escolham para definir o período revolucionário, de modo que pouco se incomodam com o que veio depois. No entanto, a Revolução Francesa foi um conjunto de acontecimentos tão extraordinário, tão cedo reconhecido universalmente como a fundação do século XIX, que parte de sua história é o que o século fez dela, tal como a transformação pós-tuma de Shakespeare no maior gênio literário britânico é parte da história do próprio Shakespeare. O século XIX estudou, copiou, comparou-se com a Revolução Francesa; ou tentou evitá-la, ignorá-la, repeti-la ou ultrapassá-la. A maior parte deste pequeno livro trata desse processo de assimilação de suas experiências e lições, o qual, certamente, está longe da exaustão. É uma ironia suficiente da história o fato de que — no exato momento em que os liberais franceses, ansiosos por distanciar-se de um passado jacobino, declaravam que a Revolução não tinha mais nada a dizer ao presente — a relevância imediata de 1789 para 1989 estivesse sendo afirmada pelos estudantes em Beijing e pelos membros recentemente eleitos do Congresso em Moscou.

E, contudo, o estudioso da recepção e interpretação que o século XIX fez da Revolução Francesa deve impressionar-se com o conflito entre o consenso daquele século e, ao menos, algumas das modernas pesquisas revisonistas. É algo que exige explicação, mesmo que admitamos os preconceitos políticos e ideológicos dos historiadores ou sua simples ignorância e falta de imaginação. Os revisonistas tendem a sugerir que a Revolução realmente não fez tanta diferença na história da França e que certamente não representou uma mudança para melhor. De fato, ela foi “desnecessária”, não no sentido de poder ter sido evitada, mas no sentido de ter tido resultados modestos — negativos mesmo — a custos desproporcionais. Poucos observadores do século XIX, e menos ainda historiadores, teriam entendido essa polêmica, e tampouco a teriam aceitado. Como explicaríamos que homens informados e inteligentes da metade do século XIX — um Cobden, ou o historiador

Sybel — tinham como certo que a Revolução Francesa havia aumentado o crescimento econômico francês e criado um corpo maciço e satisfeito de proprietários camponeses? Não se tem essa impressão de grande parte da pesquisa corrente. E, embora as impressões dos contemporâneos aos fatos não tenham autoridade em si mesmas, podendo ser invalidadas pela pesquisa moderna séria, elas também não podem ser dispensadas como mera ilusão ou erro. É muito fácil mostrar que, segundo o modo como as depressões econômicas são hoje medidas, os anos entre meados da década de 1870 e o começo da de 1890 não foram, em nenhum sentido, uma era de queda secular, e menos ainda de “grande depressão”; no entanto, devemos ainda explicar por que pessoas normalmente sensatas, com grande senso da realidade econômica, insistiram que assim foi. Como, então, podemos explicar a divergência, às vezes muito grande, entre as visões antigas e novas?

1 Um exemplo pode ajudar a explicar como surgem essas divergências. Entre historiadores econômicos, hoje, tornou-se fora de moda pensar que a economia britânica, sem falar de outras economias, tenha passado por uma “revolução industrial” entre 1780 e 1840 — não tanto pelas razões ideológicas que fizeram o grande biometrista Karl Pearson rejeitar a descontinuidade porque “nenhuma grande reconstrução social que beneficie permanentemente qualquer classe da comunidade pode ser trazida por uma revolução” — mas porque as mudanças na taxa de crescimento econômico e as transformações na economia, ou mesmo seu abrupto aumento quantitativo, simplesmente não parecem ser, aos nossos olhos, amplos ou repentinos o suficiente para garantir tal descrição. De fato, é fácil demonstrar que, nos termos dos debates entre historiadores quantitativos, essas mudanças não eram “revolução”.

Como, portanto, podemos explicar que a expressão *Revolução Industrial* tenha entrado no vocabulário da Inglaterra e da França na década de 1820, junto com o vocabulário recém-inventado para o novo conceito de *indústria*, de tal modo que, no final de 1830, a expressão já era “algo como um termo de uso corrente, não necessitando explicação” entre os escritores de problemas sociais? Além disso, é claro que pessoas informadas e inteligentes, entre elas

homens com muita experiência prática em tecnologia e manufaturas, previram (com esperança, medo ou satisfação) a total transformação da sociedade através da indústria: o tory Robert Southey e o fabricante socialista Robert Owen, antes mesmo de Waterloo; Karl Marx e sua *bête noire*, o dr. Andrew Ure; Frederick Engels e o cientista Charles Babbage. Parece claro que esses observadores contemporâneos não estavam meramente prestando tributo às novidades dramáticas das máquinas a vapor ou ao sistema de fábrica, ou refletindo a alta visibilidade social de lugares como Manchester ou Merthyr, atestada por sucessivos visitantes continentais; eles estavam sobretudo impressionados pelo potencial ilimitado de revolução que tais coisas corporificavam e pela *velocidade* da transformação que, corretamente, predisseram. Em resumo, tanto os historiadores céticos como os contemporâneos proféticos estavam certos, embora cada grupo se concentrasse em um aspecto distinto da realidade. Uns salientaram a distância entre 1830 e a década de 1980, enquanto outros enfatizaram aquilo que viam como novo e dinâmico em detrimento do que viam como relíquias do passado, destinadas, cedo ou tarde, às margens da história.

Há uma diferença similar entre os observadores contemporâneos e os comentaristas pós-napoleônicos da Revolução Francesa, bem como entre os historiadores que continuaram em suas trilhas e os revisionistas de hoje. A questão permanece: quem, dentre eles, é mais útil ao historiador do século XIX? Aqui não há dúvida. Vamos supor que queremos explicar por que Marx e Engels escreveram um *Manifesto comunista* que prevê a derrubada da sociedade burguesa por uma revolução do proletariado, filha da Revolução Industrial, em 1847; por que o “espectro do comunismo” rondava tantos observadores na década de 1840; por que representantes dos trabalhadores revolucionários foram incluídos no governo provisório francês depois da Revolução de 1848 e por que os políticos chegaram a considerar se a bandeira para a nova República deveria ser vermelha ou tricolor. É de pouca utilidade a história que meramente nos conta o quanto a realidade da Europa ocidental estava longe da imagem cultivada nos círculos radicais. É uma história que nos conta apenas o óbvio, ou seja, que o capitalismo

em 1848, longe de se sustentar sobre pernas cambaleantes, apenas começava a dar seus grandes passos — como de fato logo reconheceram os próprios revolucionários sociais. O que realmente necessita de explicação é por que, apesar do desenvolvimento quantitativamente fraco do capitalismo industrial, a idéia de que a política na França, e talvez em toda parte, tornava-se uma luta de classes entre empresários burgueses e trabalhadores assalariados, ou a de que o comunismo podia imaginar a si mesmo — e ser temido — como uma ameaça à sociedade burguesa, puderam ser idéias consideradas seriamente por todos. E ainda assim o foram, e não apenas por alguns poucos jovens enraivecidos.

Uma interpretação histórica enraizada no contexto contemporâneo — tanto o contexto intelectual como o social e o político; tanto o contexto existencial como o analítico — é indispensável aos historiadores que desejam responder a questões sobre o passado. Talvez o seja até mesmo na interrogação do presente. Pode ou não ser correto demonstrar, através do arquivo e da equação, que nada mudou muito entre 1780 e a década de 1830, mas até que entendamos que as pessoas acreditavam que viveram ou que estavam vivendo em uma era de revolução — um processo de transformação que já havia convulsionado o continente e continuaria a convulsioná-lo —, nada entenderemos sobre a história do mundo

2 depois de 1789. Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer.

Este trabalho foi escrito na crença de que os duzentos anos que se seguiram a 1789 não podem ser negligenciados caso queiramos entender “a mais terrível e crucial série de acontecimentos em toda a história [...] o verdadeiro ponto inicial da história do século XIX”, como os definiu o historiador britânico J. Holland Rose. E embora eu partilhe da opinião de que o efeito dessa revolução sobre a humanidade e sua história foi benéfico, creio que

3 o julgamento político é menos importante do que a análise. Afinal de contas, como disse o grande crítico literário dinamarquês Georg Brandes a propósito do apaixonado ataque de Hippolyte Taine à Revolução em seu livro *Origins of contemporary France*, qual a importância de se fazer um sermão contra um terremoto (ou a favor dele)?

E. J. Hobsbawm
Santa Monica e Londres, 1989

UMA REVOLUÇÃO DE CLASSE MÉDIA

4 O subtítulo deste livro é “Dois séculos revêem a Revolução Francesa”. * Rever ou antecipar, ou olhar em qualquer direção, sempre implica um ponto de vista — no tempo, no espaço, em uma atitude mental ou outra perspeetiva subjetiva. Enquanto escrevo, vejo Santa Monica do alto de minha janela e o que vejo é bem real. Não invento os prédios, as palmeiras, o estacionamento que se situa seis andares abaixo ou as colinas adiante, apenas delineadas através da neblina. Nessa medida, os teóricos que vêem toda realidade como uma construção puramente mental, além da qual a análise não pode penetrar, estão errados; e, ao afirmar isso de saída, estou fixando minhas cores conceituais em algum tipo de mastro. Se a história que escrevemos fosse indistinguível da ficção, não haveria lugar para a profissão de historiador e pessoas como eu teriam perdido o tempo de suas vidas. No entanto, é inegável que o que vejo através da janela, ou o que revejo no passado, não é apenas a realidade lá fora ou lá atrás, mas sim uma seleção claramente específica. É tanto aquilo que *posso* ver fisicamente do lugar onde estou e sob determinadas circunstâncias — por exemplo, não posso ver algo na direção de Los Angeles sem ir até o outro lado do prédio, e não posso ver muita coisa das colinas até que o tempo melhore — como aquilo que estou *interessado* em ver. Da infinitude do que é objetivamente observável lá fora, estou de fato observando apenas uma seleção muito limitada. E, é claro, se eu estivesse aqui olhando a mesma cena da mesma janela em algum outro

(*) *Two centuries look back on the French Revolution*, no original.

momento, poderia estar focalizando diferentes aspectos; ou seja, fazendo uma seleção diferente. No entanto, é quase inconcebível que eu, ou qualquer outra pessoa, olhando desta janela em *qualquer* tempo em que a vista permanecesse como está, não pudesse ver, ou, mais precisamente, notar algumas características inevitáveis do panorama: por exemplo, o esguio pináculo da igreja exatamente ao lado da grande laje plana de um edifício de dezoito andares e a torre cúbica no topo de seu telhado.

Não desejo trabalhar essa analogia entre olhar para uma paisagem e olhar para uma parte do passado. Em qualquer caso, quero retornar à questão que tentei levantar ao longo destas páginas. Como veremos, variou enormemente, em grande parte por razões políticas e ideológicas, o modo como se leu a Revolução Francesa à medida que as pessoas a reviam, ao longo dos dois séculos desde 1789. Contudo, duas coisas sobre ela foram geralmente aceitas. A primeira é a forma geral da paisagem que viam. Quaisquer que sejam as teorias sobre as origens da Revolução, todos concordam que havia uma crise na velha monarquia que, em 1788, levou os Estados-Gerais — a assembléia que representava os três estados do reino, o clero, a nobreza e o resto, o “Terceiro Estado” — a serem convocados pela primeira vez desde 1614. Desde que foram estabelecidos pela primeira vez, os marcos políticos principais continuaram inalterados: a transformação dos Estados-Gerais, ou preferencialmente do Terceiro Estado, na Assembléia Nacional; os atos que visivelmente terminaram o Antigo Regime — a Tomada da Bastilha, a prisão real, no dia 14 de julho; a desistência, pela nobreza, de seus direitos feudais em 4 de agosto de 1789; a *Declaração dos Direitos*; a transformação da Assembléia Nacional em uma Assembléia Constituinte que, entre 1789 e 1791, revolucionou a estrutura administrativa e a organização do país (aliás, introduzindo o sistema métrico no mundo) e que esboçou a primeira das quase vinte constituições da França moderna, uma monarquia liberal constitucional. Também não há desacordo sobre os fatos da dupla radicalização da Revolução depois de 1791, que levou, em 1792, à irrupção da guerra entre a França revolucionária e uma coalizão variada de potências estrangeiras contra-revolucionárias

e insurreições internas contra-revolucionárias. Essa situação durou até 1815, quase sem interrupções. Também levou à segunda revolução de agosto de 1792, que aboliu a monarquia e instituiu a República — uma era nova, absolutamente revolucionária, na história da humanidade — simbolizada, com um pequeno atraso, por um novo calendário. Começando no ano 1, o calendário aboliu a antiga divisão semanal, dando aos meses novos nomes para propiciar aos estudantes de história dores de cabeça, mas também úteis técnicas mnemônicas. (A nova era e seu calendário duraram apenas doze meses.)

O período da revolução radical, de 1792 a 1794, e especialmente o da República Jacobina, também conhecido como o “Terror”, de 1793 a 1794, constituem um marco ainda mais reconhecido universalmente; também o é o fim do Terror, o famoso Nove Termidor, que assistiu à prisão e execução de Robespierre — embora sobre nenhum outro período da Revolução Francesa as opiniões tenham divergido tão drasticamente. O regime de moderado liberalismo e corrupção que dominou nos cinco anos seguintes não tinha uma base adequada de respaldo político ou a habilidade para restaurar condições de estabilidade e — novamente todos concordam — foi substituído, no famoso Dezoito Brumário de 1799, por uma ditadura militar mal disfarçada, a primeira de muitas na história moderna, resultado do golpe de um jovem general bem-sucedido e ex-radical, Napoleão Bonaparte. A maioria dos historiadores modernos dá por terminada a Revolução Francesa nesse ponto, embora, como veremos, o regime de Napoleão — pelo menos até se declarar imperador em 1804 — foi normalmente considerado como a institucionalização da nova sociedade revolucionária durante a primeira metade do século XIX. Pode-se lembrar que Beethoven só retirou sua dedicatória da *Sinfonia eroica* a Napoleão depois que ele deixou de ser o chefe de uma república. Não está em disputa a sucessão básica de acontecimentos, nem a natureza e periodização da Revolução Francesa. Quaisquer que sejam nossas discordâncias sobre a Revolução e seus marcos, à medida que vemos tais marcos na paisagem histórica, estamos falando sobre a mesma coisa. (Nem sempre esse é o caso em his-

tória.) Mencione-se o Nove Termidor e qualquer pessoa que tenha o mais leve interesse na Revolução Francesa saberá o que significa: a queda e execução de Robespierre, o fim de sua fase mais radical.

A segunda noção sobre a Revolução Francesa que era universalmente aceita, pelo menos até bem pouco tempo atrás, é, de vários modos, mais importante: que a Revolução foi um episódio de significado profundo e sem paralelo na história de todo o mundo moderno, qualquer que seja o modo como essa significação é posta. Para retornar à citação de Holland Rose, “foi a série de acontecimentos mais terrível e momentosa em toda a história [...] o ponto de partida real para a história do século XIX; pois esse grande levante afetou profundamente a vida política e, mais ainda, a vida social do continente europeu”.¹ Um historiador liberal alemão de 1848 — Karl von Rotteck — pensava que não havia “nenhum evento maior do que a Revolução Francesa na história mundial, e dificilmente algum evento de grandeza semelhante”.² Outros historiadores foram menos radicais: apenas pensavam que a Revolução Francesa havia sido o mais importante acontecimento histórico desde a queda do Império Romano no século V d. C. Os mais cristãos dentre esses historiadores e, entre os alemães, os mais patriotas, inclinavam-se a pensar nas Cruzadas e na Reforma (alemã) como acontecimentos comparáveis à Revolução Francesa, mas Rotteck, que chegou a considerar como candidatos alternativos eventos tais como a fundação do Islã, as reformas do papado medieval e as Cruzadas, acabou por deles desistir. Para ele, os únicos processos que haviam mudado o mundo com igual intensidade foram o cristianismo e a invenção da escrita e da imprensa — e eles mudaram o mundo apenas *gradualmente*. Mas a Revolução Francesa, “abruptamente e com força irresistível, convulsionou o continente onde nasceu. Também lançou seus raios em outros continentes. Desde que surgiu, tem sido virtualmente o único objeto a ser considerado na cena da história mundial”.³

Portanto, podemos assumir que as pessoas no século XIX — pelo menos as pessoas letradas — consideravam a Revolução Francesa sumamente importante, um acontecimento, ou uma série deles, de tamanho, escala e impacto sem precedentes. Essa con-

sideração não se devia apenas às conseqüências históricas enormes que pareciam óbvias aos observadores, mas também à natureza espetacular e peculiarmente dramática daquilo que aconteceu na França e, através da França, na Europa e ainda além, nos anos que se sucederam a 1789. Thomas Carlyle — que havia escrito uma história precoce, apaixonada e colorida da Revolução Francesa na década de 1830, pensava que essa era não apenas uma revolução européia — considerava-a uma predecessora do cartismo — mas também o grande *poema* do século XIX; uma história real equivalente aos mitos e epopéias da Grécia antiga, escrita, contudo, não por um Sófocles ou um Homero, mas pela própria vida.⁴ Era uma história de terror — e, de fato, o período da república jacobina de 1793-1794 ainda é geralmente conhecido como Terror, mesmo que segundo nossos critérios de massacre o número de mortes seja modesto, talvez umas poucas centenas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, essa era a imagem que chegou mais perto da consciência pública, graças a Carlyle e ao livro de Dickens, inspirado em Carlyle, *Conto de duas cidades*, seguidos por epígonos literários populares como *O Pimpinela Escarlata* da Baronesa Orczy: o golpe das lâminas da guilhotina, as mulheres sans-culotte tricotando impassivelmente enquanto assistiam ao rolar das cabeças dos contra-revolucionários. O livro de Simon Schama, *Cidadãos*, best-seller de 1989 e escrito para o mercado de língua inglesa por um historiador expatriado, sugere que esta imagem popular é ainda muito viva. Foi uma história de heroísmo e de grandes feitos, de soldados esfarrapados liderados por generais de vinte anos que conquistavam toda a Europa e que arrastaram o continente e os mares a uma guerra virtualmente contínua por quase um quarto de século. Produziu heróis e vilões duradouros: Robespierre, Saint-Just, Danton, Napoleão. Para os intelectuais, produziu uma prosa de lucidez e força maravilhosamente lacônicas. Em resumo, seja lá o que fosse além disso, a Revolução Francesa era um superespetáculo.

Contudo, o impacto maior da Revolução Francesa naqueles que a rememoravam no século XIX, e mesmo no século XX, não era literário e sim político ou, mais genericamente, ideológico. Neste

livro serão considerados três aspectos desta análise retrospectiva. Primeiro, abordarei a Revolução Francesa como uma revolução burguesa e, de fato, em certo sentido, como o protótipo das revoluções burguesas. Em seguida, ela será examinada como um modelo para todas as revoluções subseqüentes, especialmente para as revoluções sociais e para aqueles que queriam fazê-las. E, finalmente, considerarei as transformações nas atitudes políticas refletidas nas comemorações da Revolução Francesa entre o seu primeiro e segundo centenários, e seu impacto naqueles que escreveram e continuam a escrever sua história.

Hoje, não só está fora de moda ver a Revolução Francesa como uma “revolução burguesa”, como muitos historiadores excelentes considerariam tal interpretação como corroida e insustentável. Assim, embora eu não tenha dificuldades em mostrar que os primeiros estudiosos sérios da história da Revolução Francesa — a propósito, homens que viveram entre 1789 e 1815 — viam-na exatamente desse modo, serei obrigado a dizer uma palavra preliminar sobre a atual fase de revisionismo histórico sobre a Revolução, fase iniciada pelo falecido Alfred Cobban, da Universidade de Londres, em meados de 1950. Esse revisionismo tornou-se um ataque maciço em 1970, quando François Furet e Denis Richet criticaram a visão estabelecida da história revolucionária tal como ensinada em uma cátedra da Sorbonne (estabelecida com tal objetivo quase um século antes).⁵ No capítulo final, retornarei à sucessão canônica de professores que defenderam a Revolução e a República. Aqui é relevante observar apenas que o ataque revisionista foi dirigido principalmente contra o que era visto como uma interpretação marxista da Revolução Francesa — ou melhor, como a interpretação marxista — tal como formulada nos cerca de vinte anos que antecedem e sucedem a Segunda Guerra Mundial. É uma questão relativamente trivial saber se essa foi, ou não, a própria interpretação de Marx, especialmente porque o *survey* acadêmico completo das concepções de Marx e Engels sobre o assunto mostra que suas opiniões, jamais sistematicamente expostas, eram às vezes inconsistentes ou incoerentes. Mas pode ser relevante, contudo, mencionar de passagem que o conceito de re-

volução burguesa (revolução *bürgerliche*), de acordo com os mesmos acadêmicos, aparece não mais do que doze vezes nos 38 volumes maciços dos dois autores dos *Werke*.⁶

5 A concepção que foi questionada é a que vê o século XVIII francês como uma luta de classes entre uma burguesia capitalista ascendente e uma classe dominante estabelecida de aristocratas feudais, que a burguesia em ascensão, consciente de si mesma como classe, procurava combater para substituí-la na condição de força dominante na sociedade. Essa concepção via a Revolução Francesa como o triunfo dessa classe e, conseqüentemente, como o mecanismo histórico que acabou com a sociedade feudal-aristocrática e inaugurou a sociedade burguesa capitalista do século XIX, a qual — deduzia-se — não teria podido surgir senão quebrando aquilo que Marx, quando falava da revolução proletária que considerava destinada a derrubar o capitalismo, chamava de “o invólucro da velha sociedade”. Em resumo, o revisionismo criticava (e critica) o conceito de que a Revolução Francesa foi essencialmente uma revolução social necessária, um passo essencial e inevitável no desenvolvimento histórico da sociedade moderna e, é claro, a transferência de poder de uma classe para outra.

Não há dúvida de que algo dessa concepção foi amplamente conservado, e não apenas entre os marxistas. Contudo, deve-se também dizer que os grandes especialistas históricos que operavam nessa tradição estão longe de ser redutíveis a um modelo tão simples. Além disso, e uma vez mais, esse modelo não era especificamente marxista, embora — por razões que discutirei no último capítulo — entre 1900 e a Segunda Guerra Mundial a tradição ortodoxa da historiografia revolucionária tenha encontrado a si mesma convergindo com a tradição marxista. Também é claro por que tal modelo seria adequado para os marxistas. Tal como era posto, ele fornecia um precedente burguês para o triunfo próximo do proletariado. Os trabalhadores eram outra classe que nascera e crescia com força irresistível dentro de uma velha sociedade cujo poder estavam destinados a tomar. Seu triunfo também viria *inevitavelmente* por meio da revolução; e, tal como a sociedade burguesa se situara diante do feudalismo que a precedera e que ela derrubara,

a nova sociedade socialista seria a próxima fase, mais adiantada, do desenvolvimento da sociedade humana. Na era comunista esse modelo servia mais ainda aos marxistas, uma vez que sugeria que nenhum outro mecanismo poderia transformar a sociedade tão rápida e fundamentalmente quanto uma revolução.

Não necessito enumerar os argumentos que tornaram essa concepção insustentável como descrição do que aconteceu na França do final do século XVIII. Aceitemos simplesmente que não havia uma classe burguesa autoconsciente, em 1789, que pudesse representar as novas realidades do poder econômico e que estivesse pronta para tomar os destinos do Estado e da sociedade em suas próprias mãos; e que, na medida em que tal classe pode ser discernida na década de 1780, seu alvo não era fazer uma revolução social mas, antes, reformar as instituições do reino; e que, em qualquer caso, ela não visava à construção sistemática de uma economia industrial capitalista. E, no entanto, o problema da revolução burguesa não desaparece quando reconhecemos que não havia classes de burgueses e nobres distintas e antagônicas, lutando pela supremacia. Pois — se eu puder citar Colin Lucas, cujo trabalho “Nobres, burgueses e as origens da Revolução Francesa” tem sido amplamente usado pelos revisionistas franceses — se não havia classes distintas e antagônicas em 1789

temos, nesse caso, que decidir por que, em 1788-1789, grupos que podem ser identificados como não-nobres combatiam grupos que podem ser identificados como nobres, com isso construindo as fundações do sistema político da burguesia do século XIX; e por que eles atacaram e destruíram os privilégios em 1789, com isso destruindo a organização formal da sociedade francesa do século XVIII e preparando a estrutura dentro da qual o desenvolvimento econômico do século XIX poderia florescer.⁷

Em outras palavras, temos de descobrir por que a Revolução Francesa foi uma revolução burguesa mesmo que ninguém tenha percebido que fosse.

Esse é um problema que não preocupou os homens que primeiro viram a Revolução Francesa como uma revolução social, uma luta de classes e uma vitória burguesa sobre o feudalismo nos

anos que se seguiram imediatamente à derrota final de Napoleão. Eles próprios eram liberais moderados e, mais ou menos como os *bourgeois* sem consciência de classe, pareciam-se ao estranho liberal moderado Tocqueville, que pertencia à velha aristocracia. De fato, como o próprio Marx reconheceu de bom grado, esses foram os homens dos quais ele derivou sua idéia de luta de classes na história.⁸ Eles foram, essencialmente, historiadores de seu próprio tempo. François Guizot tinha 28 anos quando Napoleão foi mandado a Santa Helena; Augustin Thierry tinha vinte, Adolphe Thiers e F. A. Mignet, dezenove e Victor Cousin, 23. De fato, P. L. Roederer — que viu a Revolução Francesa como algo que se fez *antes* do seu acontecimento, “dans les mœurs de la classe moyenne [nos modos de vida da classe média]” e cujas idéias sobre a ascensão secular predestinada das classes médias e sobre a substituição da terra pelo capital foram escritas em 1815 — nascera em 1754 e tomara parte ativa na própria Revolução.⁹ Era um pouco mais velho do que Antoine Barnave, um moderado que foi guilhotinado, mas cuja “Introdução à Revolução Francesa”, escrita enquanto esperava a morte, segue interpretação semelhante. Seu texto foi utilizado por Jean Jaurès, no livro *História Socialista da Revolução Francesa*, como a fundação da interpretação socialista de classe. Ao escrever sobre a Revolução Francesa, esses homens estavam formando um julgamento sobre o que eles próprios haviam vivido e, certamente, sobre a experiência original de seus pais, professores e amigos. E o que estavam abertamente fazendo quando começaram a escrever história, no começo da década de 1820, era, para citar um texto francês recente, “a celebração da epopéia das classes médias francesas”.¹⁰

6 Essa epopéia, tanto para Guizot e Thierry quanto para Marx, começou muito antes da Revolução Francesa — de fato, começou com a conquista da autonomia pelos habitantes dos burgos medievais com relação a seus senhores feudais, constituindo-se assim no núcleo daquilo que se tornaria a moderna classe média.

A burguesia, uma nova nação, cujas maneiras e moral são constituídas pela igualdade civil e pelo trabalho independente, surgiu agora entre nobres e servos e, portanto, destruiu para sempre a dualidade

social original do feudalismo anterior. Seu instinto para a inovação, sua atividade, o *capital que acumulou* [grifos meus] formam uma força que reage de mil modos contra o poder daqueles que possuíam a terra.¹¹

“A continuada elevação do *tiers état* é o fato predominante e a lei de nossa história”, pensava Thierry. O surgimento histórico dessa classe e seu acesso ao poder foi demonstrado e ratificado pela Revolução Francesa e, mais ainda, pela revolução de 1830, que foi vista por Thierry como “o término providencial de todos os séculos, desde o século XII”.¹²

François Guizot, um historiador surpreendentemente interessante que se tornou primeiro-ministro da França no auto-reconhecido regime burguês de 1830-1848, foi ainda mais inequívoco. O agregado de emancipações de habitantes dos burgos locais, na Idade Média, “criou uma classe nova e geral”. Pois, embora não houvesse laços entre esses habitantes e eles não tivessem existência comum e pública como uma classe, “homens engajados em uma mesma situação através do país, possuindo os mesmos interesses, o mesmo modo de vida [*moeurs*], só poderiam engendrar, gradualmente, certos laços mútuos, certa unidade, da qual iria nascer a burguesia. A formação de uma grande classe social, a burguesia, foi a consequência necessária da liberação local dos habitantes do burgo”.¹³ E não apenas isso. A emancipação das comunas medievais produziu a luta de classes, “aquela luta que preenche a história moderna: a Europa moderna nasce na luta das diferentes classes da sociedade”.¹⁴ No entanto, a nova burguesia, gradualmente crescente, estava limitada pelo que Gramsci teria chamado de sua *subalternidade*, o que Guizot chamou de “a prodigiosa timidez de espírito dos burgueses, sua humildade, a excessiva modéstia das reivindicações que fazem ao governo de seu país, a facilidade com que se pode satisfazê-los”.¹⁵ Em resumo, a burguesia era vagarosa em marcar sua pretensão como classe dirigente; em mostrar o que Guizot chamou de “aquele verdadeiro espírito político que aspira influenciar, reformar, governar”.¹⁶ E, por implicação, essa era a pretensão que ela deveria demarcar. Em 1829, sob o governo reacionário de Carlos X, que logo seria derrubado por uma

verdadeira revolução burguesa, era impossível falar mais claro de um púlpito universitário.

Mas qual, precisamente, seria o caráter da sociedade dirigida pela burguesia, assim que ela finalmente decidisse “influenciar, reformar, governar”? Seria essa, como a visão convencional da Revolução ainda sustenta e a despeito das negações dos “revisionistas”, “a era do capitalismo liberal baseado na propriedade privada, na igualdade perante a lei e em *les carrières ouvertes* (em teoria, pelo menos) *aux talents* [as carreiras abertas para os talentos]”?¹⁷ Não pode haver dúvida sobre a intenção do porta-voz do *tiers état*, sem falar dos liberais da Restauração, de estabelecer os últimos três itens. A *Declaração dos Direitos do Homem* dizia o mesmo. Nem pode haver muita dúvida quanto ao primeiro item, ainda que, em 1789, nem o termo *liberal* nem o termo *capitalismo* existissem ou tivessem suas conotações modernas, e ainda que o termo *capitalismo* não aparecesse em francês com alguma alusão ao seu significado corrente antes da década de 1840, quando *laissez-faire* também entrou, como substantivo, no vocabulário.¹⁸ (Contudo, *capitalista*, no sentido de uma pessoa vivendo da renda de investimento, já tinha sido registrado em 1798.)

Pois o que esses homens certamente incentivavam era a liberdade dos empreendimentos, a não-interferência nos assuntos da economia. O próprio fato de que o slogan internacional de tal política (“*laissez-faire, laissez-passer*”) é de origem francesa e velho de muitas décadas em 1789 o sugere.¹⁹ Como também o atesta a popularidade e influência de Adam Smith, cuja obra *A riqueza das nações*, no reconhecimento pesaroso dos próprios franceses, “arruinou os economistas franceses que eram os primeiros do mundo [...] Ele reinou sozinho na maior parte do século”.²⁰ Houve pelo menos três edições francesas de seu trabalho antes da Revolução, e mais quatro foram publicadas durante o período revolucionário (1790-1791, 1795, 1800-1801, 1802) — sem contar a primeira edição do livro de seu discípulo J. B. Say, *Traité d'économie politique* (1803), pois o autor somente foi plenamente reconhecido no período da Restauração — e apenas cinco edições francesas posteriores de *A riqueza das nações*, desde a queda de Napoleão até

o fim do século XIX.²¹ Dificilmente se poderia negar que isso demonstra o interesse considerável, durante o período revolucionário, no profeta daquilo que hoje é chamado, indiscutivelmente, de a economia do capitalismo liberal.

Não se pode nem mesmo negar que os liberais burgueses da restauração visassem a um capitalismo *industrial*, embora a mesma coisa não possa ser dita dos teóricos de 1789. (Mas até mesmo na grande obra de Adam Smith podemos olhar em vão por uma antecipação séria da Revolução Industrial, que estava prestes a eclodir em seu próprio país.) Ao final do período napoleônico, a conexão entre desenvolvimento econômico e industrialização já era evidente. O economista J. B. Say, ele próprio um antigo associado dos girondinos, havia experimentado seu talento nos negócios de fiação de algodão e confirmado suas convicções sobre o livre comércio através dos obstáculos que encontrara na política napoleônica de intervenção estatal. Por volta de 1814, Saint-Simon já via a indústria (no moderno significado da palavra) e os industrialistas (palavra que criou) como a fundação do futuro, e a expressão *Revolução Industrial* estava entrando nos vocabulários francês e alemão, por analogia com Revolução Francesa.²² Além disso, os liames entre progresso, política econômica e indústria já estavam claros na mente dos jovens filósofos liberais. Victor Cousin declarava em 1828: “As ciências físicas e matemáticas são uma conquista da inteligência humana sobre os segredos da natureza; a indústria é uma conquista da liberdade da vontade sobre as forças dessa mesma natureza [...] O mundo, tal qual as ciências físicas e matemáticas e, em seu rastro, a indústria, o fizeram, é um mundo para o homem, reconstruído por ele em sua própria imagem”.²³ Cousin anunciava: “A economia política” — isso é, Adam Smith — “explica o segredo, ou melhor, o detalhe, de tudo isso; segue as conquistas da indústria, que estão, em si mesmas, conectadas com aquelas das matemáticas e das ciências físicas”.²⁴ Mais ainda:

a indústria não será estática e imóvel, mas progressiva. Não se contentará em receber da natureza o que a natureza está pronta para garantir [...] Exercerá pressão sobre a terra para dela extorquir o

máximo de produtos; e, por sua vez, operará sobre esses produtos para dar-lhes a forma que melhor se adequar às idéias da época. O comércio se desenvolverá em uma grande escala, e todas as nações que tiverem um papel nessa era serão nações comerciais [...] Será a era dos grandes empreendimentos marítimos.²⁵

Não é necessário grande esforço para reconhecer, por trás das generalidades do discurso filosófico do jovem professor, o modelo da sociedade do século XIX em sua mente: ele era visível da França, através do Canal. Voltaremos à orientação britânica do liberalismo francês dentro em pouco.

O ponto importante a ser notado aqui não é o fato de a idéia de uma economia *industrial*, como tal, ter surgido claramente só depois da era napoleônica, como testemunham Cousin e Saint-Simon; nessa altura, o conceito geral parece ter sido familiar para a esquerda intelectual. O importante é notar que essa idéia surgiu como o prolongamento natural do pensamento iluminista do século XVIII. Era o produto da combinação do “progresso do Iluminismo” em geral — liberdade, igualdade e economia política — com o avanço material da produção. A novidade situava-se em fazer com que o triunfo desse desenvolvimento dependesse da ascensão e triunfo de uma classe específica, a *burguesia*.

Mas onde a Revolução Francesa entra nesse esquema? A *Histoire de la Révolution Française* de F. A. Mignet, de 1824, fornece uma resposta. O trabalho de Mignet, o primeiro do gênero a merecer o nome de “história”, foi precedido apenas por uma obra similar e maior escrita por um homem destinado, como Guizot, aos cargos políticos mais altos: Adolphe Thiers. Segundo Mignet, no Antigo Regime, os homens estavam divididos em classes rivais: os nobres e “o povo”, ou Terceiro Estado, “cujo poder, riqueza, estabilidade e inteligência cresciam diariamente”.²⁶ O Terceiro Estado formulara a Constituição de 1791, que instituíra uma monarquia constitucional liberal. “Essa constituição”, diz Mignet, “foi obra da classe média; naquele momento, a mais forte; pois, como todos sabem, o poder dominante sempre toma o controle das instituições.” Em uma palavra, a classe média era então o poder dominante ou classe dirigente. Infelizmente, apanhada entre o rei e

a aristocracia contra-revolucionária, por um lado, e “a multidão”, por outro, a classe média foi “atacada por uns e invadida por outros”.²⁷ Se as realizações da revolução liberal deviam ser mantidas, a guerra civil e a intervenção estrangeira requeriam a mobilização do povo comum. No entanto, porque a multidão era necessária para defender o país, “ela reivindicava o governo do país; assim, fez sua própria revolução, da mesma forma que a classe média havia feito a sua”. O poder popular não durou. Contudo, o objetivo da revolução liberal foi realizado, apesar da “anarquia e despotismo; a velha sociedade foi destruída ao longo da Revolução, e a nova sociedade estabelecida sob o Império”.²⁸ Logicamente, Mignet terminou sua história da Revolução Francesa com a queda de Napoleão em 1814.

7 A Revolução Francesa, portanto, foi vista como um processo complexo e de maneira nenhuma unilinear, o qual, não obstante, trouxe como clímax a longa ascensão da classe média e substituiu a antiga sociedade por uma nova. A descontinuidade social fundamental que representou foi poucas vezes tão elegante e eloquentemente expressa quanto por Alexis de Tocqueville, cuja obra é constantemente citada por historiadores revisionistas, com outros propósitos. Em suas *Lembranças*, Tocqueville escreveu: “Nossa história, vista à distância e como um todo, sustenta, de fato, um quadro de lutas mortais entre o Antigo Regime, suas tradições, memórias, esperanças e homens, tal como representados pela aristocracia, e a Nova França, liderada pela classe média”.²⁹ Tal qual Thierry, Tocqueville via a Revolução de 1830 como a segunda edição, mais bem-sucedida, de 1789, tornada necessária por causa da tentativa dos Bourbon de fazer retroceder o relógio para 1788. A Revolução de 1830, segundo ele, foi um triunfo da classe média, “tão definitivo e tão completo que qualquer poder político, cada prerrogativa e todo o governo ficaram confinados e, de fato, comprimidos nos estreitos limites desta única classe [...] Não apenas, portanto, ela dirige a sociedade, mas também se pode dizer que formou a sociedade”.³⁰ Em outro texto, Tocqueville afirmou: “A Revolução destruiu inteiramente, ou está destruindo, tudo o que na antiga sociedade provinha da aristocracia e das instituições feu-

dais, tudo o que estava, de algum modo, conectado com elas, tudo o que tinha algum traço delas”.³¹

À luz de tais avaliações, feitas por homens que, afinal, descreviam a sociedade em que viviam, fica difícil compreender visões correntes de que a Revolução Francesa foi “ineficiente em seus resultados” — para não mencionar os historiadores revisionistas que sustentam que “ao final, a Revolução Francesa beneficiou a mesma elite proprietária de terras que a havia iniciado”, ou que julgam que a nova burguesia ascendente continuava a “s’insérer dans une volonté d’identification à l’aristocratie [se inserir em uma vontade de identificação com a aristocracia]”.³² O mínimo que se pode dizer é que esse não foi o modo como a França pós-revolucionária espantou aqueles que viviam nela ou a visitavam. Certamente, no olhar dos observadores estrangeiros, como no de Balzac, a França pós-revolucionária era uma sociedade na qual, mais do que em qualquer outra, a riqueza era poder e os homens estavam dedicados a sua acumulação.

Lorenz von Stein, traçando a emergência da luta de classes entre burgueses e proletários na França após a Revolução, até mesmo imaginou uma explicação histórica para essa excepcional inclinação ao capitalismo. Sob Napoleão, argumentava, a questão crucial da Revolução Francesa, ou seja, “o direito de cada indivíduo de ascender, por meio de sua própria capacidade, à mais alta posição na sociedade civil e no Estado”, havia sido reduzida à seguinte alternativa: acumular propriedade ou ser bem-sucedido no exército.³³ O despotismo excluía outras formas de competição pela distinção pública. Assim, a França se tornara rica “porque, exatamente através de sua queda sob o despotismo do Império, entrou em um período em que a *riqueza* constitui o *poder* para cada indivíduo”.³⁴ É uma outra questão saber como explicamos essa notável divergência entre alguns historiadores do final do século XX e os observadores do começo do século XIX. Qualquer que seja a resposta, não se pode elidir o fato de que os liberais moderados do período inicial viram as conseqüências da Revolução Francesa em termos completamente diferentes dos de seus sucessores liberais moderados da década de 1980.

Uma coisa é clara. Em algum momento entre 1814 — quando Mignet terminou sua história — e o início da década de 1820, a Revolução Francesa passou a ser lida por jovens liberais de classe média, que cresceram entre a década de 1790 e a de 1800, como o cume da ascensão secular da burguesia à posição de classe dirigente. Note-se, no entanto, que eles não identificaram a classe média exclusivamente ou essencialmente com empresários, ainda que tivessem poucas dúvidas de que, em uma terminologia posterior, a sociedade burguesa tomaria realmente a forma de uma sociedade capitalista e crescentemente industrial. Guizot, mais uma vez, expressou isso com sua lucidez habitual. No século XII, a nova classe consistia principalmente em mercadores e pequenos comerciantes (“*négociants faisant un petit commerce*”) e pequenos proprietários de casas ou terras, residentes nas cidades. Três séculos depois, essa classe incluía advogados, médicos, pessoas letradas de todos os tipos e todos os magistrados locais: “A burguesia tomou forma ao longo do tempo e foi formada por elementos variados. Tanto essa seqüência cronológica como a diversidade foram geralmente negligenciadas em sua história [...] Talvez o segredo de seu destino histórico repouse precisamente na diversidade de sua composição em diferentes períodos da história”.³⁵

Sociologicamente, é óbvio que Guizot estava correto. Qualquer que fosse a natureza da classe média ou burguesia do século XIX, ela era formada pela combinação de vários grupos situados entre a nobreza e o campesinato, e que antes não julgavam que tivessem, necessariamente, muito em comum entre si, como uma classe única, consciente de si e tratada pelos outros como tal; esse era o caso sobretudo daqueles cuja posição estava baseada na educação (*Besitzbürgertum* e *Bildungsbürgertum*, na reveladora terminologia alemã).³⁶ A história do século XIX é incompreensível para qualquer um que suponha que apenas empresários eram realmente” burgueses.

A interpretação burguesa da Revolução Francesa tornou-se a interpretação dominante, não apenas entre liberais franceses mas também entre os liberais de todos os países nos quais o “comércio e o liberalismo”, ou seja, a sociedade burguesa, não haviam ainda

triunfado do modo como os liberais acreditavam que estavam destinados a triunfar em toda parte. Os únicos países onde, até então, a sociedade burguesa já havia triunfado, pensava Thierry em 1817, eram a França, a Inglaterra e a Holanda. A afinidade entre esses países nos quais a sociedade burguesa tornara-se dominante parecia tão estreita que, em 1814, Saint-Simon, o profeta do industrialismo e inventor do termo, imaginava realmente um Parlamento único anglo-francês, o qual seria o núcleo de um conjunto único de instituições pan-européias, em uma monarquia constitucional pan-européia, quando o novo sistema fosse universalmente triunfante.³⁷

Os historiadores liberais não apenas viam afinidade entre a Grã-Bretanha e a França revolucionária, mas também viam a primeira, em alguns aspectos, como uma predecessora e um modelo para a França. Dado o habitual galocentrismo da cultura francesa, nada é mais surpreendente do que a concentração desses homens na história da Inglaterra — especialmente Thierry e Guizot, ambos profundamente influenciados por Walter Scott. Pode-se dizer, de fato, que eles leram não apenas a Revolução Francesa como uma revolução burguesa, mas também a Revolução Inglesa do século XVII. (Esse é outro aspecto da herança da restauração liberal que ressoaria nos marxistas posteriores.) Havia forte razão para tanto: o precedente inglês confirmava os liberais franceses de classe média, cujo ideal certamente não era uma revolução mas — para citar Thierry novamente — um “progresso lento mas sem interrupções”, na convicção que a revolução, não obstante, pode ser necessária, ao passo que o exemplo inglês demonstrava que tal revolução poderia tanto sobreviver ao equivalente a 1793-1794 (1649 e Cromwell) quanto evitá-lo (1688) para criar um sistema capaz de transformação progressiva não-revolucionária.³⁸

Os argumentos de Guizot são particularmente claros. Embora ele insistisse na centralidade da luta de classes na história européia, não via essa luta como um jogo de soma zero que terminasse com a vitória total de um lado e a eliminação do outro, mas sim — mesmo na década de 1820 — como um processo que gerasse, ao final, dentro de cada nação, “certo espírito geral, certa

comunidade de interesses, de idéias e de sentimentos que superasse a diversidade e a guerra".³⁹ A unidade nacional sob hegemonia burguesa parece ter sido seu ideal. Não surpreende que ele estivesse fascinado pelo desenvolvimento histórico da Inglaterra onde, mais do que em qualquer outro lugar da Europa, "os diferentes elementos da configuração social [*état social*] combinaram-se, combateram-se e modificaram-se, sendo continuamente obrigados a se comprometerem em uma existência comum". Onde "a ordem civil e religiosa, a aristocracia, a democracia, a realeza, as instituições locais e centrais, o desenvolvimento moral e político avançam e crescem juntos, em balbúrdia, nem sempre com a mesma velocidade, mas nunca muito afastados uns dos outros". E a Inglaterra, assim, foi capaz, "mais rapidamente que qualquer outro Estado do continente, de alcançar o objetivo de toda a sociedade, ou seja, o estabelecimento de um governo ao mesmo tempo regular e livre, e de desenvolver bom senso político e sólido juízo sobre os assuntos públicos [*le bon sens national et l'intelligence des affaires publiques*]"⁴⁰

Havia razões históricas para essa diferença entre as evoluções britânica e francesa (este é o assunto da aula final do curso de Guizot), ainda que a tendência fundamental da evolução, nos dois países, fosse similar. Enquanto o feudalismo britânico (o "Norman Yoke" [Jugo Normando]) tinha sido a conquista de uma nobreza normanda sobre a comunidade política anglo-saxônica estabelecida e estruturada — o que, portanto, permitira a resistência popular estruturada e de certo modo institucionalizada, um apelo às liberdades prévias anglo-saxônicas — o equivalente francês foi a conquista, pelos nobres francos, sobre uma desintegrada população de gauleses locais ("nos ancêtres les Gaulois"), irreconciliáveis, mas impotentes. Sua revolta contra os nobres, na Revolução Francesa, foi, portanto, mais incontrolada e incontrolável e, conseqüentemente, essa revolução foi mais terrível e radical.⁴¹ Essa era uma tentativa para explicar aquilo que tanto intrigava muitos dos historiadores liberais do século XIX, ou seja, por que na França (nas palavras de Lord Acton) "a passagem das formas de sociedade feudal e aristocrática para as industriais e democráticas foi feita por

convulsões", diferentemente de outras nações (ou seja, da Grã-Bretanha).⁴² Contudo, os britânicos poderiam servir de modelo para a França, depois de 1789: se a Grã-Bretanha havia superado seu Robespierre e/ ou Napoleão — Cromwell — para tornar possível uma segunda revolução, silenciosa e decisiva, destinada a implementar um sistema permanente — a Revolução Gloriosa de 1688 —, a França poderia fazer o mesmo. Poderia, e o fez, com a instalação da Monarquia de Julho em 1830.

Dentro da França, portanto, os paladinos da Restauração monárquica da revolução burguesa eram já moderados potenciais, vendo-se como vencedores, já, do embate decisivo de sua classe. Fora da França, era o chamado de 1789 que soava alto e claro nos ouvidos da classe média. As instituições da Idade Média já haviam tido seus dias, pensava um historiador liberal alemão adequadamente idealista. Novas idéias haviam surgido, e elas afetaram "sobretudo as relações nos estratos da sociedade" [*Stände*], dentre os quais o "estrato burguês" (*Bürgerstand*) tornava-se a cada dia mais importante. E assim "os homens começaram a falar e a escrever sobre os Direitos do Homem, e investigar os direitos daqueles que baseavam suas demandas nos chamados privilégios".⁴³ Essas eram palavras de luta na Alemanha de 1830, assim como não mais necessitavam sê-lo na França. Nessa altura, o termo *bourgeois*, na França, era definido em contraste com *povo* (*peuple*) ou *proletários* (*prolétaires*); na Alemanha — como na enciclopédia *Brokhaus* de 1827 —, opunha-se a *aristocracia*, de um lado, e a *campesinato*, de outro, e o próprio termo *Bürger* era crescentemente igualado aos termos *classe média* e ao francês *bourgeois*.⁴⁴ Uma revolução burguesa era o que os liberais alemães de classe média desejavam ou consideravam necessário, e de uma forma muito mais clara do que seus predecessores franceses de 1788, porque tinham o fato e as experiências de 1789 para relembrar.

Além disso, o paralelo britânico dessa revolução, analisado a posteriori pelos historiadores franceses, parecia aos alemães estabelecer um mecanismo de transformação histórica de grande poder generalidade (particularmente quando suplementado pelas prévias revoltas da Holanda): "Deve um grande povo necessariamente

passar pela crise da revolução, se deseja irromper em direção a uma vida política independente, à liberdade e ao poder? O duplo exemplo da Inglaterra e da França aproxima-se, forçando-nos a aceitar esta proposição”. Assim escreveu o liberal alemão Georg Gervinus às vésperas de 1848 — ele próprio, como tantos de seu tipo, um intelectual e um ativista político.⁴⁵

Como tantas idéias mais tarde assumidas com entusiasmo pelos marxistas, essa concepção da necessidade da revolução, estabelecida, de certo modo, por extrapolação histórica (aquilo que Charles de Rémusat chamou, mais tarde, de “uma convicção geométrica de que havia uma lei das revoluções no mundo moderno”), veio dos liberais da Restauração francesa.⁴⁶ É claro que isso era, também, plausível, e os acontecimentos subseqüentes não diminuíram essa plausibilidade.

9 Em alguns momentos entre o século XVII e a metade do século XX, as histórias de quase todos os Estados “desenvolvidos” — com algumas raras exceções, como a Suécia — e de todos os grandes poderes do mundo moderno registraram uma ou mais descontinuidades repentinas, cataclismas ou rupturas históricas, classificadas como revolução ou moldadas na revolução. É um abuso atribuir tal fato, simplesmente, a uma combinação de coincidências, embora seja um tanto quanto ilegítimo e evidentemente errado inferir, do registro histórico, que é inevitável que a mudança venha por rupturas descontínuas em todos os casos.

De qualquer modo, a revolução necessária dos liberais da Restauração não deve ser confundida com as suas versões posteriores. Eles não estavam preocupados em defender quedas violentas de regimes ou atacar o gradualismo. Sem dúvida, teriam preferido o gradualismo. O que precisavam era de: a) uma teoria que justificasse a revolução liberal contra a acusação que produziria, inevitavelmente, jacobinismo e anarquia e b) uma justificação do triunfo da burguesia. A teoria da revolução necessária e inevitável servia para ambos os propósitos, pois evitava críticas. Quem poderia discutir um fenômeno que estava além da vontade e do controle do homem, semelhante a uma alteração nas placas tectônicas da Terra? Por mil razões, pensava Victor Cousin, a Revolução tinha

ido absolutamente necessária, incluindo seus excessos, que eram parte de sua “missão destrutiva”. E para Guizot, “os choques que chamamos de revolução são menos os sintomas daquilo que está começando e mais a declaração do que já está acontecendo”, ou seja, a ascensão secular da classe média.⁴⁷ Essa visão, de fato, não pareceu insustentável para observadores racionais da primeira metade do século XIX.

Por sua vez, mesmo a classe média alemã, que estava longe do extremismo — e enfrentava a necessidade de realizar tal revolução burguesa, consciente de que a possibilidade de fazê-lo havia chegado à Alemanha, vinda da França —, encarava mais facilmente a violência da Revolução Francesa do que os ingleses contemporâneos, os quais a) não tinham necessidade de tomar a França como modelo do liberalismo inglês e b) enfrentavam sua própria erupção de forças sociais vindas de baixo. A imagem da Revolução Francesa que mais penetrou na consciência britânica não foi a de 1789 ou 1791, mas a de 1793-1794, o Terror. Quando Carlyle escreveu sua História da Revolução em 1837, estava não só pagando um tributo à grandeza do espetáculo histórico mas também antevendo o que poderia ser uma revolta dos trabalhadores pobres britânicos. Como deixou claro, mais tarde, seu ponto de referência era o cartismo.⁴⁸

Os liberais franceses, evidentemente, eram perseguidos pelos perigos do jacobinismo. Os liberais alemães contemplavam-no com alma surpreendente, embora os radicais alemães, por exemplo o gênio juvenil revolucionário Georg Büchner, o enfrentassem sem pestanejar.⁴⁹ Friedrich List, o campeão do nacionalismo econômico alemão, defendeu a Revolução do libelo de que ela seria uma simples explosão de força bruta. Ela era causada pelo “despertar do espírito humano”.⁵⁰ “Só o que é débil e impotente nasce sem dor”, formularia outro alemão liberal estudante da Revolução Francesa⁵¹ antes de casar-se com uma *soubrette* e assumir a cátedra de ciência econômica da Universidade de Praga.⁵²

No entanto, se é inegável que a geração imediatamente pós-revolucionária de franceses liberais via a Revolução Francesa como burguesa, é também igualmente claro que a análise de classe

e de luta de classes que eles exemplificam teria surpreendido todos os observadores e participantes em 1789; mesmo aqueles membros do Terceiro Estado mais ressentidos dos privilégios aristocráticos, tal como Barnave ou, digamos, o Figaro da peça de Beaumarchais e da ópera de Mozart/ Da Ponte. Foi a própria Revolução que criou a consciência dos estratos situados entre a aristocracia e o povo de que constituíam uma *classe média* ou *classe moyenne*, um termo que, de fato, seria mais comumente usado do que *bourgeoisie* (exceto no contexto de seu desenvolvimento histórico), especialmente durante a Monarquia de Julho.⁵³

Era uma classe média em dois sentidos. Em primeiro lugar, o Terceiro Estado, que declarara ser “a nação” em 1789, não o era, falando operacionalmente, mas sim aquilo que o Abbé Siéyes, seu mais eloqüente porta-voz — e, aliás, um paladino de Adam Smith —, chamou de “as classes disponíveis” daquele estado: nas palavras de Colin Lucas, “o grupo sólido, unificado, dos homens profissionais”, o estrato médio da sociedade, homens eleitos como representantes dela. O fato de que eles também se vissem, sinceramente, como representantes dos interesses de toda a nação, e mesmo da humanidade em geral — na medida em que defendiam um sistema não fundado no interesse e no privilégio ou em “preconceitos e costumes, mas sim naquilo que é de todos os tempos e de todos os lugares, naquilo que deve ser a base de cada Constituição, a liberdade e a felicidade do povo” — não pode nos impedir de observar que eles eram tirados de uma zona social específica do povo francês e eram conscientes desse fato.⁵⁴ Pois se, nas palavras de Mignet, o eleitorado de 1791 — a revolução própria dos liberais — estava “restrito aos esclarecidos” que, dessa forma, “controlavam toda a força e poder do Estado”, sendo “no momento os únicos qualificados para controlá-los porque apenas eles tinham a inteligência necessária para o controle do governo”, isso acontecia porque eles constituíam uma elite selecionada por sua capacidade, demonstrada por meio da independência econômica e da educação.⁵⁵ Tal elite aberta, fundada não em nascimento (com a exceção das mulheres, cuja constituição física e psicológica, acreditava-se, privava-as de tais capacidades) e sim no talento, era

inevitável e majoritariamente composta dos estratos médios da sociedade (pois a nobreza não era numerosa, e seu status de modo algum se correlacionava positivamente com inteligência, e a multidão não possuía nem educação nem meios econômicos). Contudo, uma vez que as carreiras abertas ao talento eram a base essencial dessa elite, nada poderia obstar a aceitação de alguém como parte desta elite desde que preenchesse esses critérios de pertencimento, qualquer que fosse sua origem. Citando Mignet novamente: “Deixemos todos partilhar dos direitos *quando forem capazes de ganhá-los*” [grifos meus].

Em segundo lugar, as “classes disponíveis” do Terceiro Estado, que assim se tornaram naturalmente modeladores da nova França, estavam no meio em outro sentido. Elas se encontravam política e socialmente opostas tanto à aristocracia acima quanto ao povo abaixo. O drama da Revolução Francesa para aqueles que podemos chamar, em retrospecto, de liberais moderados — a palavra em si mesma, como sua análise da Revolução, somente apareceu na França depois da queda de Napoleão —⁵⁶ foi que o apoio do povo era essencial contra a aristocracia, o antigo regime e a contra-revolução, enquanto esse povo e os estratos médios tinham interesses seriamente conflitantes. Tal como foi posto, um século depois, por A. V. Dicey, ele próprio o menos radical dos liberais: “A confiança no apoio da multidão parisiense significava convivência com o ultraje e com crimes que tornavam impossível estabelecer instituições livres na França. A repressão à multidão parisiense significava reação e, muito provavelmente, a restauração do despotismo”.⁵⁷ Em outras palavras, sem a multidão não haveria a nova ordem; com ela, viria o risco da revolução social, o que pareceu tornar-se realidade por um breve período em 1793-1794. Os construtores do novo regime precisavam de proteção contra os velhos e os novos perigos. Não surpreende que aprendessem a se reconhecer, no curso dos acontecimentos e também retrospectivamente, como uma classe média, e a reconhecer a Revolução como uma luta de classes tanto contra a aristocracia quanto contra os pobres.

E, contudo, que outra coisa poderiam ter feito? A moderna visão revisionista de que a Revolução Francesa foi, em certo sen-

tido, “desnecessária”, ou seja, que a França do século XIX seria quase a mesma se a Revolução não tivesse acontecido, é o tipo de proposição contrafactual que não é plausível nem passível de prova. Mesmo em seu sentido mais restrito — o qual argumenta que “a mudança atribuída à Revolução Francesa [...] é insuficiente para dar conta daquilo que pode ser atribuído a uma mobilidade social coletiva em tal escala que modificou a estrutura social”, e que não era necessário desbloquear o capitalismo em um antigo regime que não oferecia a ele obstáculos sérios, e que, se a Revolução Francesa fez algo, foi desacelerar seus avanços pós-revolucionários — não se pode de modo nenhum presumir que os moderados de 1789 poderiam ter partilhado desta visão, no mínimo porque ela pertence ao discurso do final do século XX e não àquele do final do século XVIII.⁵⁸

Desde o momento em que os Estados-Gerais estiveram reunidos, era bastante claro que o esclarecido programa de reformas e progresso com o qual, em princípio, todos os homens de boa vontade e educação concordavam, nobres e outros, não seria feito como uma reforma vinda de cima, pela monarquia — como eles todos aspiravam — mas sim por um novo regime. Foi feito por uma revolução — ou seja, uma revolução vinda de baixo, pois uma revolução vinda de cima, por mais desejável que seja na teoria, decididamente não era mais uma opção em 1789, se é que algum dia o fora. De fato, essa revolução jamais teria sido feita se não fosse a intervenção do povo comum. Nem mesmo Tocqueville, que refletiu sobre o quanto teria sido agradável se um autocrata esclarecido pudesse ter feito tal revolução, supôs, por um momento, que isso teria sido possível.⁵⁹ E, embora a cada fase do processo revolucionário houvesse homens que decidiram que os acontecimentos já haviam ido longe o suficiente e que teriam preferido fazê-los parar, os historiadores liberais da Restauração, diferentemente dos liberais modernos e de alguns acadêmicos revisionistas, sabiam que tais acontecimentos não podem ser ligados e desligados como programas de televisão. A imagem que subjaz à metáfora da “derrapada” (*dérápée*), de François Furet, é não histórica, pois pressupõe que o controle do veículo é possível: mas perder

o controle é uma parte integrante das grandes revoluções, como também das grandes guerras do século XX e de outros fenômenos comparáveis. “Os homens esquecem seus interesses reais, seus interesses concretos”, escreveu Thierry sobre a Revolução Francesa em 1817, “mas teria sido fútil tentar nos mostrar a presunção dos objetivos que perseguíamos; [...] a história estava lá, e poderíamos tê-la deixado falar por nós e confundido a razão”.⁶⁰ Mignet sabia-o melhor do que alguns de seus descendentes da família do liberalismo moderado:

Talvez seja impertinente afirmar que as coisas não poderiam ter terminado de modo diferente; mas o certo é que, considerando-se as causas que levaram a ela e a paixão que utilizou e despertou, a Revolução foi obrigada a tomar esse curso e chegar a esse resultado [...]. Não era mais possível nem preveni-la nem *dirigi-la* [grifo meu].⁶¹

No capítulo 2, retornarei à descoberta da revolução como uma espécie de fenômeno natural que escapa ao controle humano, uma das conclusões mais características e importantes que os observadores retiraram da experiência da Revolução Francesa.

No entanto, não deveríamos esperar que os liberais moderados da Restauração, tais quais seus sucessores do presente, tivessem lamentado o incontrolável cataclisma que atravessou a França, por essa mesma razão? Se os revisionistas estão certos em olhar o quarto de século revolucionário como “une péripétie cruelle” na história francesa, depois da qual as coisas voltaram ao seu ritmo lento de mudança, não seria de esperar que homens moderados refletissem, às vezes, nos custos desproporcionais dessas relativamente pequenas mudanças?⁶² Não seria de se esperar, talvez, que mostrassem até mesmo alguma nostalgia do *Ancien Régime*, a mesma que aqueles que visitam regiões da Europa antes governadas pela monarquia Habsburgo ainda detectam entre intelectuais dos países que se livraram de seu jugo nos tempos de seus avós ou bisavós? (A propósito, não deveríamos esperar uma reversão maciça ao monarquismo entre as massas cuja vida foi tão destruída por tão pouco?)⁶³ Mas não há sinal de tais reações.

Os liberais da Restauração, embora amedrontados por muito do que aconteceu em seu país, não rejeitaram a Revolução France-

sa nem foram seus apologistas. De fato, sua historiografia foi vista por um conservador britânico contemporâneo como uma “conspiração geral, então operante, contra os mais velhos Bourbon — uma paradoxal apologia da velha revolução e uma velada provocação a uma nova”.⁶⁴ O autor que ele tinha em mente, Adolphe Thiers, muito dificilmente pode ser acusado de radicalismo excessivo, mesmo na década de 1820.⁶⁵ Quaisquer que fossem os excessos da Revolução Francesa, a alternativa de não haver revolução não teria sido pior? Como colocou François-Xavier Joseph Droz, que viveu o período do Terror quando jovem: “Não devemos imitar aqueles antigos que, terrificados pela incandescência da carruagem de Faetonte, pediram aos deuses para ficar em escuridão permanente”.⁶⁶

Nada é mais surpreendente sobre os liberais da Restauração do que sua recusa em abandonar mesmo aquela parte da Revolução que era indefensável em termos liberais, que os liberais não queriam defender, e que de fato os liberais tinham derrubado: o jacobinismo de 1793-1794. A Revolução Francesa que eles desejavam preservar era aquela de 1789, a *Declaração dos Direitos do Homem*, cujo liberalismo essencial Tocqueville nunca deixou de assinalar; ou, mais concretamente, dos princípios da Constituição de 1791.⁶⁷ Contudo, não foi o próprio Guizot que defendeu a Revolução Francesa como um todo, como “o desenvolvimento necessário de uma sociedade que avança [...] a batalha terrível, mas legítima, do direito contra o privilégio”? Não foi Guizot que não queria

repudiar nada da Revolução. Não peço que se retire nada dela. Eu a entendo como um todo, suas verdades e seus erros, suas virtudes e seus excessos, seus triunfos e suas derrotas [...] Vocês me dirão que ela violou a justiça, oprimiu a liberdade. Concordarei com vocês. Até mesmo me engajarei no exame das causas dessas lamentáveis digressões. Irei até mesmo além. Garanto-lhes que o germe desses crimes estava presente no próprio berço da revolução.⁶⁸

Ao contrário de tantos que prepararam, ou hesitaram em preparar, as celebrações do bicentenário da Revolução Francesa, os liberais da Restauração, com toda sua moderação, assumiram a posição de que “no final das contas, os crimes incluídos, a Revolução valeu a pena”.⁶⁹

Uma das razões para essa inclinação em aceitar o que Thiers, falando da Revolução Inglesa, chamou de “os atos necessários de violência” foi, sem dúvida, o fato de o Terror jacobino ter sido um episódio de curta duração; além disso, um episódio finalizado pela própria Revolução. Os moderados tinham apenas temporariamente perdido seu controle. Mas outra razão, e mais poderosa, foi que a revolução ainda parecia indispensável. Pois, assim como o Antigo Regime não teria sido derrubado sem uma revolução em 1789, a tentativa de restaurá-lo, que eles acreditavam estar acontecendo, também teria que ser anulada por uma revolução. Por trás do desenvolvimento do modelo burguês da Revolução Francesa, que eu localizei no período da Restauração, havia precisamente a luta política dos liberais moderados burgueses contra a tentativa reacionária de fazer voltar o tempo. Para eles, isso se tornou óbvio em 1820, quando os ativistas políticos liberais — incluindo todos os homens que venho discutindo — tiveram de retirar-se da ação e refugiar-se no pensamento e na escrita. “Escrevam livros”, teria dito a estes jovens intelectuais o líder liberal Royer-Collard, depois da queda do ministério Decazes, “não há nada mais para ser feito no momento”.⁷⁰ Foi desse modo que a escola histórica da Restauração, a de Guizot, Thiers, Mignet e outros veio à luz, embora, quando a ação tornou-se novamente factível, alguns tenham preferido permanecer em seus estudos. Aquilo em que esses jovens historiadores estavam engajados era a elaboração de uma teoria para realizar uma revolução burguesa. Em 1830, eles a puseram em prática.

Nesse ponto um esclarecimento torna-se importante. Deve-se compreender com clareza que, para os liberais moderados e à diferença dos herdeiros dos jacobinos, a Restauração de 1814 não era uma concessão lamentável à reação, feita sob a pressão da derrota, mas sim exatamente o que queriam. Embora não estivessem seguros inicialmente, os liberais logo viram — ou acharam conveniente ver — Luís XVIII como um monarca constitucional, ainda que a face monárquica e internacional tenha sido salva pelo ato de chamar a Constituição de uma carta de direitos livremente garantida a partir de cima.⁷¹ Napoleão havia garantido a burguesia con-

tra os dois perigos que a ameaçavam, mas com um preço: sua exclusão da política e a ausência de direitos civis. A burguesia não partilhava do poder. “Havia de fato ricos e pobres”, disse Lorenz von Stein, “mas não havia classe dominante e nenhuma classe estava sendo governada. Havia apenas súditos.”⁷² Mas a Restauração de 1814 restaurou não apenas a monarquia, mas também o elemento do governo constitucional representativo que parecia tão essencial, e o fez sem o perigo do excesso de democracia. Parecia institucionalizar as conquistas da fase moderada da Revolução — pré-1791 — sem a necessidade de revolução ulterior. Como escreveu Guizot, “revolução e legitimidade hoje têm em comum o fato de que ambas procuram preservar-se e preservar o *status quo*”.⁷³ Ao fazê-lo, elas estabeleceram a “cooperação franca” por meio da qual “reis e nações” — Guizot estava, como sempre, pensando na Inglaterra — “extingiram aquelas guerras internas que são denominadas revoluções”. O que Guizot condenava nos reacionários era menos a intenção de restaurar um velho regime que estava fora do alcance de um renascimento efetivo, e mais o fato de arriscar o retorno das massas em uma ação imprevisível, talvez necessária mas sempre perigosa. A burguesia gostava de Luís XVIII porque “para a casa de Bourbon e suas bases de sustentação, o poder absoluto é [agora] impossível; sob eles, a França deve ser livre”.⁷⁴ Em resumo, era uma garantia melhor e mais desejável do que Napoleão, tanto contra o Antigo Regime quanto contra a democracia. E o regime de 1830 — aquela revolução que de fato foi feita como uma revolução burguesa e que instituiu um regime burguês consciente de si e de sua classe, com um rei que usava uma cartola ao invés de uma coroa — era uma solução ainda mais desejável. Parecia até ter resolvido o problema crucial do liberalismo burguês moderado, o de como controlar a mobilização revolucionária das massas. Como a situação reverteu, não o resolveu.

De fato, a Revolução Francesa foi, necessariamente, tanto 1789 quanto 1793-1794, tanto moderada quanto jacobina. Qualquer tentativa de separar esses períodos, de aceitar Mirabeau mas rejeitar Robespierre, é irrealista. É claro que isso não significa identificar ambos, como os conservadores do século XIX estavam pron-

tos a fazer: “jacobinismo, agora chamado pelo novo nome de liberalismo”, segundo escreveu em 1823 o ideólogo protestante holandês Isaac da Costa (1798-1860).⁷⁵ Os ideólogos do liberalismo burguês esforçaram-se muito para manter a democracia limitada — ou seja, longe da intervenção dos pobres e da maioria dos trabalhadores. Os liberais da restauração e a Constituição de 1830 o fizeram de modo mais implacável do que a Constituição de 1791, pois lembravam-se da experiência do jacobinismo. Eles acreditavam, como vimos nas idéias de Mignet, no eleitorado “restrito aos esclarecidos”, que “controlavam toda a força e o poder do Estado” porque somente eles estavam qualificados para controlá-los. Não acreditavam em direitos iguais para todos os cidadãos; para eles, a garantia de uma “igualdade verdadeira” era, para citar Mignet novamente, a “admissibilidade”, da mesma forma que a marca da desigualdade era a “exclusão”.⁷⁶ A democracia liberal parecia-lhes uma contradição: ou havia o liberalismo, baseado em uma elite meritocrática com entrada franca, ou havia democracia. A experiência da Revolução Francesa fê-los até mesmo suspeitar de uma república que, na França, estava ligada ao jacobinismo. O que realmente teria sido adequado a eles era algo como a monarquia constitucional da Inglaterra whig, talvez algo um pouco mais lógico e sistemático e menos aleatório, introduzido preferencialmente por uma revolução controlada como a de 1688. Em 1830 eles pensavam tê-la encontrado.

Mas isso não poderia ter funcionado. Não havia modo de parar no meio da estrada, desde que os portões de 1789 foram abertos. Aqui está o enorme mérito de Tocqueville, um liberal de origens aristocráticas, que não partilhava exatamente das ilusões de um Guizot ou de um Thiers. Os escritos de Tocqueville sobre a Revolução Francesa foram mal lidos, como se fossem declarações de que ela não era necessária e afirmações a favor da continuidade histórica da evolução francesa. Mas, como vimos, ninguém estava mais convencido que ele de que a revolução marcara uma grande e irreversível ruptura com o passado. Da mesma forma, seus escritos sobre a democracia na América foram lidos, especialmente na própria América, como apreciações do mérito desse sistema.

Mas não é assim. Tocqueville reconhecia que, na mesma medida em que a democracia era temida por ele e outros homens instruídos, não havia modo de evitá-la a longo prazo. Ela estava implícita no liberalismo. Poderia, no entanto, esse sistema funcionar sem produzir jacobinismo e revolução social? Foi tal questão que o levou a investigar os Estados Unidos. Ele concluiu que uma versão não jacobina da democracia era possível. Contudo, com toda sua prontidão para estimar a democracia americana, não se mostrou um entusiasta do sistema. Quando escreveu seu notável trabalho, Tocqueville pensou, e certamente esperou, que 1830 provesse um quadro referencial permanente para a evolução posterior da sociedade e instituições francesas. Corretamente, ele apenas quis destacar que, mesmo assim, essa referência teria de se ampliar para poder operar através da democracia política que, gostasse ou não, havia gerado. A longo prazo, a sociedade burguesa fez assim, embora não o tivesse seriamente tentado até 1870, mesmo no país da própria Revolução. E, como veremos no último capítulo, a avaliação da Revolução Francesa em seu primeiro centenário foi, em grande parte, dominada por esse problema.

O fato fundamental permaneceu e ainda permanece: 1789 e 1793 estão juntos. Tanto o liberalismo burguês quanto as revoluções sociais do século XIX e do século XX reivindicam a herança da Revolução Francesa. Neste capítulo, tentej mostrar como o programa do liberalismo burguês foi cristalizado na experiência da Revolução Francesa e em sua reflexão. No próximo capítulo consideraremos a Revolução Francesa como um modelo para as revoluções sociais subseqüentes que começaram a ir além do liberalismo e como um ponto de referência para aqueles que observaram e avaliaram tais revoluções.

ALÉM DA BURGUESIA

A Revolução Francesa dominou a história, a própria linguagem e o simbolismo da política ocidental desde sua irrupção até o período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial — incluindo a política daquelas elites no que hoje é chamado de Terceiro Mundo, que viram que as esperanças de seus povos estavam em algum tipo de modernização, ou seja, em seguir o exemplo dos mais avançados Estados europeus. Assim, por quase um século e meio, a bandeira tricolor francesa forneceu abertamente o modelo para as bandeiras da maioria dos Estados recém-independentes ou unificados no mundo: a Alemanha unificada escolheu preto, vermelho e ouro (e depois preto, branco e vermelho) no lugar do azul, branco e vermelho; a Itália unificada, verde, branco e vermelho; por volta dos anos 1920, 22 Estados haviam se adornado com bandeiras nacionais que consistiam em três listas de cores diferentes, verticais ou horizontais, e outros dois com blocos de três cores em vermelho, branco e azul, o que também sugere a influência francesa. Em comparação, eram muito poucas as bandeiras nacionais que mostravam a influência direta das estrelas e listas, mesmo se considerarmos a presença de uma única estrela no topo do canto esquerdo como um sinal de derivação da bandeira dos Estados Unidos: um máximo de cinco bandeiras, das quais três — Libéria, Panamá e Cuba — foram virtualmente criadas pelos Estados Unidos. Mesmo na América Latina, as bandeiras que mostram a influência tricolor superam o número das que mostram influência do Norte. De fato, a influência comparativamente modesta da Revolução Americana — exceto, é claro, na própria Revolução Francesa

— deve espantar o observador. Como modelo de mudança social e de sistema político, a Revolução Americana foi absorvida e substituída, por assim dizer, pela Revolução Francesa, parte porque os reformadores ou revolucionários das sociedades européias podiam reconhecer-se mais prontamente no *Ancien Régime* da França do que nos colonos livres e senhores de escravos da América do Norte. E também porque, muito mais do que a Revolução Americana, a Revolução Francesa via-se a si mesma como um fenômeno global, a pioneira e o modelo do destino do mundo. Entre as numerosas revoluções do final do século XVIII, ela se destaca não apenas por sua escala ou — em termos do sistema de Estado — por sua centralidade, para não falar de seu drama, mas também porque desde o começo possuiu conscientemente essa dimensão ecumênica.

Por razões óbvias, aqueles que se propuseram a fazer revoluções, e especialmente revoluções cujo objetivo era a transformação fundamental da ordem social (“revoluções sociais”), foram particularmente inspirados e influenciados pelo modelo da França. Desde a década de 1830 ou, no mais tardar, de 1840, essas propostas incluíram os novos movimentos sociais das classes trabalhadoras nos países com industrialização, ou pelo menos os movimentos e organizações que pretendiam falar em nome dessas novas classes. Na própria França, a ideologia e a linguagem da revolução espalhou-se, depois de 1830, por regiões e estratos ainda intocados pela era revolucionária original, incluindo grandes áreas do campo. O processo foi maravilhosamente descrito e analisado por partes da Provença no livro de Maurice Agulhon, *La République au village*.¹ Fora da França, os camponeses, em geral, permaneceram hostis às ideologias trazidas pelos homens das cidades, mesmo quando podiam entendê-las, e justificaram seus próprios movimentos de protesto social e revolta em uma terminologia diferente. Era comum aos governos, às classes dominantes e aos ideólogos da esquerda, ainda em plena segunda metade do século XIX, concordarem — com satisfação ou resignação — que os camponeses eram conservadores. O fato de a esquerda subestimar o potencial radical dos agricultores é bastante notório nas revoluções de 1848 e refletiu-se em sua historiografia até muito depois da Segunda

Guerra Mundial, ainda que tenha havido sugestões, no pós-1848, de que Frederick Engels não considerara totalmente utópica uma segunda edição das guerras camponesas, a qual ele reclamava (enquanto estava escrevendo uma história popular delas). É claro que ele havia visto pessoalmente a ação dos revolucionários armados na Alemanha do sudoeste, uma parte do país em que, conforme os historiadores agora percebem, 1848 foi essencialmente um movimento agrário, e talvez o maior de tais movimentos na Alemanha desde a guerra camponesa do século XVI.² Contudo, mesmo para os camponeses revolucionários, a Revolução Francesa estava longe. O jovem Georg Büchner, autor do espantoso *A Morte de Danton*, não se comunicou com o campesinato de sua Pátria natal na linguagem jacobina, mas sim na linguagem da Bíblia luterana.³

Bem diferente foi o caso dos trabalhadores urbanos ou industriais, que não encontraram dificuldades em assumir a linguagem e o simbolismo da revolução jacobina, os quais a ultra-esquerda francesa havia adaptado especificamente a sua situação, identificando o povo com o proletariado — especialmente depois de 1830. Os trabalhadores franceses de 1830 adaptaram a retórica da Revolução a seus próprios objetivos, ainda que tivessem se tornado conscientes de si como um movimento de classe *contra* as autoridades liberais que também apelavam a essa retórica, e não apenas na França.⁴ Os movimentos socialistas austríaco e alemão, talvez por meio da identificação de seus líderes com a revolução de 1848 — os trabalhadores austríacos celebravam o aniversário das vítimas de março de 1848 (*Märzgefallene*) antes de passarem a celebrar o Primeiro de Maio —, punham ênfase na continuidade com a Grande Revolução. A *Marseillaise* (em várias adaptações textuais) era o hino da Social Democracia Alemã, e a Social Democracia Austríaca, ainda em 1890, punha o barrete frígio — o chapéu característico da Revolução Francesa — e as divisas Igualdade, Liberdade e Fraternidade em seus emblemas do Primeiro de Maio.⁵ Isso não surpreende. Afinal de contas, a ideologia e a linguagem da revolução social chegaram da França à Europa central por intermédio dos trabalhadores assalariados radicais alemães em seus

grandes deslocamentos, dos turistas ou emigrados políticos alemães na Paris de 1848 e por intermédio de publicações influentes e às vezes extremamente bem informadas que alguns deles traziam consigo, especialmente as de Lorenz (von) Stein.⁶ Na época em que, na Europa continental, se desenvolviam importantes movimentos operários socialistas, a tradição da Revolução Francesa como uma transformação política, ativa e insurrecional havia sido, em grande parte, reduzida de fato a seu componente operário. A Comuna de Paris de 1871 ligou a tradição jacobina com a social-revolucionária proletária, e para isso não foi de menor importância o eloqüente obituário analítico escrito por Karl Marx a respeito.⁷

Que a Revolução Francesa vivesse tanto através de 1793-1794 quanto de 1789 era evidente demais para incomodar os comentaristas. Pois 1848 — embora aparentemente fosse um breve episódio derrotado com rapidez na maioria dos numerosos países convulsionados pela revolução — certamente demonstrou que o processo revolucionário continuava. Na França, a esperança de que ele houvesse encontrado uma clara conclusão em 1830 abriu lugar para o pessimismo e a insegurança entre os liberais. “Não sei quando esta viagem vai terminar”, exclamou Tocqueville na década de 1850. “Estou cansado de pensar, mais uma vez, que alcançamos a costa, e descobrir que ela era apenas um enganoso aterro de névoa. Frequentemente me pergunto se a base firme que há tanto tempo procuramos realmente existe, ou se nosso destino é navegar em um mar tempestuoso para sempre.”⁸ Fora da França, nos anos 1870, e usando uma comparação similar, Jacob Burckhardt inaugurou seu curso sobre a Revolução Francesa com as palavras: “Sabemos que a mesma tempestade que feriu a humanidade em 1789 está ainda nos levando para o futuro”.⁹

Nessa situação, a Revolução Francesa acabou servindo a uma série de objetivos. Para aqueles que queriam transformar a sociedade, ela fornecia uma inspiração, uma retórica e um vocabulário, um modelo e um padrão de comparação. Para aqueles que não desejavam ou não necessitavam fazer revolução, os primeiros três desses usos eram menos importantes (exceto na França), embora a maior parte do vocabulário político de todos os Estados do sécu-

lo XIX tenha derivado da Revolução Francesa e tenha sido, com frequência, diretamente emprestado ou adaptado do francês: por exemplo, a maioria daquilo que é associado com “a nação”. Por outro lado, como padrão de comparação, a Revolução Francesa foi, no mínimo, mais importante — pois o medo de revolução é mais comum do que as perspectivas reais dela. E embora, como veremos, para a maioria da nova esquerda ocidental — operária e socialista — a relevância operacional de 1789-1799 tornava-se cada vez mais fraca, ao contrário de sua relevância ideológica, os governos e as classes dominantes estavam constantemente avaliando as possibilidades de subversão e de rebelião de homens e mulheres que, como sabiam bem, tinham muitas razões para estar descontentes com sua parte. As revoluções do passado eram, obviamente, pontos de referência. Assim, em 1914, o ministro britânico John Morley perguntava-se se o clima do país, às vésperas do que seria a Primeira Guerra Mundial — no meio de uma agitação sócio-política considerável —, não seria semelhante ao de 1848.¹⁰ Quando uma revolução realmente eclodiu, tanto os que a apoiavam quanto os que a ela se opunham a comparariam imediatamente com suas predecessoras. Quanto maior e mais central era uma revolução, mais inevitável era sua comparação com 1789.

Assim, em julho de 1917, o *Current Historical Magazine* do *New York Times* publicou um artigo anônimo cujo título, “As Revoluções Francesa e Russa de 1789 e 1917: paralelos e contrastes”, inquestionavelmente refletia as preocupações de cada europeu ou americano instruído do tempo.¹¹ Provavelmente, um número razoável deles teria também concordado com as observações não muito perspicazes do artigo. Em ambos os países, pensava seu autor, “se o soberano tivesse, sábia e lealmente, cedido no momento crítico, estabelecendo genuínas instituições representativas [...] nenhuma revolução teria ocorrido. Em ambos os países, da mesma forma, a oposição final e fatal veio da rainha estrangeira (Maria Antonieta, em um caso, e a czarina alemã por nascimento, em outro) e através de seu perigoso poder sobre o soberano”. Em ambos os países, argumentava, filósofos e escritores prepararam longamente a revolução — Voltaire e Rousseau em um caso, Tolstói, Herzen e Bakunin no

outro. (O autor do ensaio não julgava alta a influência de Marx.) Ele construiu um paralelo entre o Conselho de Notáveis francês, substituídos pelos Estados-Gerais e pela Assembléia Constituinte, em um caso, e o Conselho Imperial russo, substituído pela Duma Imperial, no outro. Examinando o desenvolvimento interno da Revolução Russa, que, é claro, não tinha progredido muito por volta do verão de 1917, o autor julgava que no partido liberal Kadet, Rodsianko e Miliukov correspondessem aos girondinos, e o Soviete dos representantes dos trabalhadores e dos soldados, aos jacobinos. (Na medida em que isso poderia sugerir que os liberais seriam depostos pelos Sovietes, não era uma má predição; contudo, em outros assuntos, o autor não consegue dar uma impressão particularmente forte.)

O que essas comparações ressaltavam não era a revolução liberal, mas a revolução jacobina e o que estava nela implicado. Pois, cada vez mais, 1789 deixava de ser um assunto explosivo, com exceção da Rússia czarista e da Turquia. Ao final do século XIX, a Europa consistia majoritariamente — com exceção das duas monarquias absolutas acima mencionadas, das repúblicas da França e da Suíça e de algumas minirrelíquias da Idade Média como San Marino e Andorra, que não necessitam ser contadas — de monarquias que se haviam ajustado à revolução ou, em outros termos, de classes médias que se haviam ajustado aos antigos regimes. Depois de 1830, não houve mais revoluções burguesas bem-sucedidas. Contudo, os velhos regimes haviam aprendido que a sobrevivência significava adaptar-se à era do liberalismo de 1789-1791, ou melhor, de 1815-1830. Em contrapartida, eles aprenderam que a maioria dos burgueses liberais se satisfaria com menos que seu programa completo em troca de uma garantia contra o jacobinismo, a democracia ou os fatores que poderiam produzi-los. De fato, a restauração da monarquia na França em 1814 mostrou ser a antecipação de um padrão geral: um velho regime que coopta o suficiente da Revolução Francesa para satisfazer a ambos os parceiros. Como o arquiconservador Bismarck declarou em 1866, com sua habitual e incomparável lucidez e gosto pela provocação: “Se é para haver uma revolução, é melhor nós a fazermos do que sermos suas vítimas”.¹²

O liberalismo burguês (exceto na Rússia e na Turquia) não precisava mais de uma revolução nem a desejava. De fato, estava ansioso para afastar-se da análise que havia criado, pois tal análise, antes direcionada contra o feudalismo, agora voltava sua mira contra a sociedade burguesa. Como disse o socialista moderado Louis Blanc em sua *História da Revolução Francesa*, de 1847, a burguesia havia ganhado uma liberdade genuína através da revolução, mas a liberdade do povo era apenas nominal.¹³ Portanto, o povo precisava fazer a sua Revolução Francesa. Observadores mais lúcidos e radicais iam adiante e viam uma luta de classes entre a classe dominante dos novos burgueses e o proletariado que ela explorava como o principal conteúdo da história capitalista — assim como aquela da burguesia contra o feudalismo nos tempos antigos. Essa era a visão dos comunistas franceses, filhos da ultrasesquerda jacobina do período após o Termidor. Essa elaboração da análise de classe burguesa-liberal foi tão bem recebida pelos revolucionários sociais, como Marx, quanto mal recebida por seus fundadores. Thierry, sacudido pela Revolução de 1848, concluiu que a análise de classe era relevante para o Antigo Regime, mas não para o novo, pois a nação, que havia se realizado através da Revolução Francesa, era agora um todo unificado, uma e sempre a mesma; e mais errônea ainda era a suposição de que o *Tiers État* havia correspondido à burguesia, que esse *Tiers État* burguês seria superior às outras classes inferiores e que teria interesses diferentes dos delas.¹⁴ Guizot, que havia, mais do que os outros, deixado uma saída de emergência para sua análise de classe, abandonou rapidamente a posição de apoiar *qualquer* revolução. As revoluções eram, ou teriam de ser, uma história passada.

Por outro lado, para os novos revolucionários sociais orientados para o proletariado, a questão da revolução burguesa permaneceu, paradoxalmente, urgente e vital. Era óbvio que a revolução burguesa precedia uma revolução proletária, porque acontecera pelo menos uma revolução burguesa bem-sucedida e, até então, nenhuma proletária ainda. Poder-se-ia argumentar — e assim se argumentou — que apenas o desenvolvimento do capitalismo em uma sociedade burguesa vitoriosa criaria as condições para a emergên-

cia de seu opositor proletário, econômica e politicamente, pois, como Marx colocou, ao comentar o Thierry pós-1848: "A oposição decisiva entre a burguesia e o povo não se estabelece até que a burguesia, como *Tiers État*, deixe de se opor ao *clergé* e à *noblesse*".¹⁵ Poder-se-ia também argumentar — e mais tarde se argumentou — que apenas a extensão da revolução burguesa a sua conclusão lógica de uma república democrática poderia criar as condições institucionais e organizacionais para a conduta eficaz da luta de classe proletária contra a burguesia; quaisquer que fossem os detalhes do argumento, até 1917 era universalmente aceito, ao menos entre os marxistas, que o caminho para o triunfo das classes trabalhadoras e para o socialismo passava pela revolução burguesa — a primeira fase necessária da revolução socialista.

Nesse ponto emergem três questões. Primeiro, parecia evidente que as duas revoluções deveriam ser entrelaçadas. O espectro do comunismo começou a acossar a Europa em uma época em que a revolução burguesa ou ainda não havia sido feita (como na Alemanha) ou ainda estava incompleta, ao menos em importantes setores da burguesia — sem mencionar a pequena burguesia — como na Monarquia de Julho ou mesmo na Grã-Bretanha do primeiro *Reform Act*. O que havia acontecido? Essa, se se quiser, era a questão para a esquerda na década de 1840 e também na década de 1850, na medida em que ela ainda esperava um novo 1848. Segundo, o que aconteceria se a burguesia atingisse seus principais objetivos sem levar a revolução burguesa para além de um compromisso satisfatório com o antigo regime, como estava acontecendo em muitos países? Ou — a terceira contingência — o que ocorreria se, uma vez mais, a burguesia, para manter os trabalhadores controlados, sacrificasse a um tipo qualquer de ditadura suas demandas políticas por uma Constituição e por um governo representativo? A Revolução Francesa fornecia material para responder à primeira e à terceira questões, mas não à segunda.

O jacobinismo parecia ser a chave para o problema de 1848. Parecia ser *tanto* essencial ao sucesso e sobrevivência da revolução burguesa *quanto* um modo de radicalizá-la e empurrá-la para a esquerda, para além de seus limites burgueses. Em uma palavra,

fornecia tanto um modo de se alcançarem os fins da revolução burguesa, quando a burguesia desamparada não estava em posição de fazê-lo, quanto um meio de ultrapassá-la. A análise inicial de Marx no começo de 1840 — e ele foi um dos muitos esquerdistas que analisaram detalhadamente cada fase da história da Revolução Francesa com lentes de aumento, de modo a poder discernir as lições para o futuro — concentrou-se no jacobinismo como um fenômeno político que permitira à revolução saltar, e não andar, e também alcançar em cinco anos o que, de outro modo, tomaria muitas décadas, "em vista das concepções temerosas e excessivamente conciliadoras da burguesia".¹⁶ Contudo, durante e depois de 1848, a possibilidade de empurrar a revolução para a esquerda, por meio de uma vanguarda política, de transformar seu caráter, tornou-se a preocupação central de seu pensamento: é essa fase do pensamento estratégico de Marx que formaria o ponto de partida de Lenin ou, mais precisamente, o dos revolucionários marxistas russos que se encontrariam, em sua própria opinião, em uma situação análoga, em que a burguesia e o proletariado eram ambos evidentemente fracos demais para cumprir as tarefas históricas a eles atribuídas pela teoria. Lenin, conforme seus oponentes gostavam de dizer, era um jacobino.

É claro que a ascendência do comunismo, vindo do jacobinismo, foi a essência do argumento da *Conspiração dos iguais*, de Buonarroti (1828). Era um ponto seguro para a ultra-esquerda francesa antes de os blanquistas, após 1848, comprometerem-se com a visão de que os hebertistas — e não o insuficientemente ateísta Robespierre — foram os verdadeiros revolucionários, o que foi claramente aceito pelo jovem Engels.¹⁷ Tanto ele como Marx, inicialmente, aceitaram a visão de que a base da República Jacobina era o "proletariado insurgente", mas um proletariado cuja vitória em 1793-1794 podia ser apenas temporária, "um elemento da própria revolução burguesa", na medida em que as condições materiais para a superação da burguesia não estavam ainda maduras. (A propósito, esse é um dos raros exemplos do uso que Marx fez do termo corrente *revolução burguesa*.)¹⁸ A análise mais completa da composição social da multidão parisiense de 1789-1794 seria

feita apenas no futuro, como também a distinção entre jacobinos e sans-culottes que seria tão importante na historiografia francesa da esquerda, de Mathiez a Soboul.

Em resumo, era natural para Marx dizer simplesmente aos poloneses, em 1848: "O jacobino de 1793 tornou-se o comunista de hoje".¹⁹ E, portanto, não surpreende que Lenin não escondesse sua forte admiração pelo jacobinismo, sem se deixar convencer pelos mencheviques que o criticavam como jacobino no início de 1900, bem como pelos narodniks, que também o faziam com outros argumentos.²⁰ Talvez se deva dizer que, ao contrário de tantos outros russos revolucionários, Lenin não mergulhou em um conhecimento detalhado das minúcias da história revolucionária francesa, embora tenha feito uma bibliografia sobre o assunto em seu exílio na Suíça durante a guerra. Pode-se derivar praticamente tudo o que escreveu sobre o tema de sua educação geral e dos trabalhos de Marx e Engels.

Contudo, sem contarmos com a filiação histórica, a reflexão marxista sobre a estratégia do proletariado em uma revolução futura, pós-1848 (como na "Comunicação à Liga Comunista", de 1850) — o famoso chamado para a "revolução permanente" —, fornece um elo com o tipo de problema político com o qual os bolcheviques se viram confrontados meio século depois. Além disso, a crítica feita por Trotsky a Lenin, mais tarde corporificada nas ortodoxias rivais das seitas trotskistas, referem-se novamente ao mesmo ponto do pensamento de Marx, ou seja, seu uso (ocasional) da frase "revolução permanente", precisamente pela possibilidade que abria de transformar a revolução burguesa em algo mais radical. O uso original desta frase por Marx, nem seria preciso dizer, refere-se diretamente à história da Revolução Francesa.*

É, portanto, evidente que a questão da revolução burguesa foi de substancial interesse prático para os revolucionários sociais, e que se tornou urgente nas raras ocasiões em que se viram realmente na direção de uma revolução. Tornou-se crucial para eles até hoje,

(*) A discussão posterior mais interessante sobre o jacobinismo, do ponto de vista de uma revolução mais radical, seria feita pelas reflexões de Antonio Gramsci na prisão. Elas estão reproduzidas aqui, no apêndice.

como o testemunham os debates da esquerda revolucionária latino-americana desde os últimos anos da década de 1950, que alimentaram o debate acadêmico entre os estudiosos da América Latina, teóricos do "sistema mundial" e teóricos da "dependência". Podemos nos lembrar que a maior questão teórica entre os partidos comunistas ortodoxos da linha soviética e as várias novas esquerdas — esquerdas marxistas dissidentes (trotskistas, maoístas, castrietas) — era se a questão imediata era unir-se com a burguesia nacional contra os regimes dominados pelos proprietários da terra (que poderiam ser vistos como similares aos senhores feudais) — e, é claro, contra o imperialismo — ou imediatamente depor também a burguesia para estabelecer diretamente um regime socialista.* Embora estes debates terceiro-mundistas, como os debates análogos que dividiram o movimento comunista indiano, não se referissem diretamente à Revolução Francesa, é claro que eles prolongavam os debates entre os marxistas que dela derivaram e que nela podem ser localizados.

O contraste com o Velho Mundo é impressionante. Ainda em 1946, a versão trotskista do debate ("revolução permanente") estava presente nos termos específicos da Revolução Francesa no livro de Daniel Guérin, *Bourgeois et bras-nus*, um trabalho descrito como a história das lutas de classe sob a Primeira República e debatido como um exemplo da tese da revolução permanente.²¹

Contudo, suponhamos que a burguesia renunciasse a sua pretendida revolução; ou suponhamos que a fizeram, mas sentiram-se incapazes de proteger-se contra os perigos da esquerda em um regime de instituições liberais. E daí? A Revolução Francesa fornecia pouca ajuda no primeiro caso, embora, depois de 1848, ele tenha se tornado bastante familiar, particularmente na Europa central. Os historiadores ainda interrogam se a burguesia alemã realmente abdicou diante da monarquia e nobreza prussianas, entran-

(*) Em termos acadêmicos, isso levou a infindas discussões sobre a natureza do modo regional de produção, ou modos de produção, e a debates sobre se a América Latina poderia ou não ser vista como essencialmente "capitalista" desde a conquista, dado que desde então já seria parte de um mundo interpretado como um sistema essencialmente capitalista existente no século XVI.

do assim (diferentemente das classes médias inglesa e francesa) em um *Sonderweg*, ou numa peculiar estrada histórica que a levou a Hitler; ou se, de fato, ela forçou Bismarck e os junkers a garantir um regime suficientemente burguês. Qualquer que seja a resposta a tais questões, os liberais alemães, depois de 1848, se satisfizeram com bem menos do que aquilo que a maior parte deles havia considerado como indispensável quando eles aderiram à revolução de 1848. Frederick Engels, no final de sua vida, às vezes brincava com a idéia de que, em analogia com a França, cedo ou tarde parte desses liberais realmente faria nova proposta em relação a um poder sem concessões, mas de fato o novo movimento operário e socialista não contava mais com isso. Por mais que esse novo movimento operário estivesse comprometido com a tradição da Revolução Francesa — e não podemos esquecer que, antes de a *Internacional* tornar-se seu hino, os trabalhadores alemães cantavam versões próprias da *Marseillaise* — politicamente a história de 1789-1794 havia deixado de ser relevante para os novos partidos trabalhistas social-democráticos.²² Ficou menos relevante ainda nos países industriais quando os líderes trabalhistas reconheceram, alguns mais relutantes do que outros, que o caminho para a frente não passava mais por tomadas de bastilhas, por proclamações de comunas insurrectas ou coisas assim. É claro que eram revolucionários, pelo menos se fossem marxistas, como a maioria dos seus partidos de fato era. Mas, como disse Karl Kautsky — o guru teórico do grande SPD alemão — com um toque de constrangimento: “Nós somos um partido revolucionário, mas não fazemos revolução”.²³

Por outro lado, a Revolução Francesa fornecia um exemplo espetacular de uma revolução excessivamente radicalizada que se refugia no autoritarismo, ou seja, a ascensão do poder político de Napoleão. Mais ainda, a história da França forneceu uma repetição do fenômeno em 1848-1851, quando, uma vez mais, os liberais moderados, tendo derrotado um desafio insurrecional da esquerda, foram incapazes de estabelecer as condições de uma estabilidade política, criando as condições para que outro Bonaparte tomasse o poder. Não é, portanto, surpreendente que o termo *bonapartismo*

tenha se tornado parte do vocabulário político dos revolucionários sociais, especialmente aqueles inspirados em Marx, que, em um de seus mais brilhantes panfletos, descreveu a ascensão ao poder do segundo Napoleão chamando-a pelo nome do golpe de Estado do primeiro Napoleão. O fenômeno não escapou a observadores liberais. Heinrich von Sybel estava provavelmente pensando nele quando, no início da *História da Revolução Francesa* que começara a escrever em 1853, pensou que a queda do sistema feudal medieval (*Feudalwesens*) em toda parte favorecia o surgimento do Estado militarizado moderno.²⁴ Em 1914, o historiador liberal britânico e futuro ministro do governo H. A. L. Fisher, de modo pouco esclarecedor, generalizou o fenômeno em seis conferências cujo título era “Bonapartismo”. Mais comumente, no entanto, a palavra foi usada no discurso político convencional seja para descrever a causa daqueles ligados à dinastia Bonaparte, como na França, seja, mais geralmente, como um sinônimo para algo que também podia ser chamado de *cesarismo*, com referência a Júlio César.

Contudo, na esquerda marxista, o bonapartismo seria discutido intensamente, sobretudo em relação à questão da luta de classes e da direção de classe em situações de equilíbrio relativo entre forças de classe antagônicas. Em tais situações, a que ponto poderia um aparato de Estado, ou um governante pessoal, tornar-se autônomo, ascendendo acima das classes ou jogando-as umas contras as outras? Embora esses debates derivassem da experiência da primeira Revolução Francesa, eles realmente ocorriam em um outro plano porque estavam baseados muito mais na história do segundo Bonaparte do que na do primeiro. E eram debates, é claro, preocupados com problemas políticos e históricos cada vez mais afastados do Dezoito Brumário original, problemas de crescente generalidade histórica. Algumas discussões modernas derivam pouco mais do que o nome da situação do Bonaparte original, como quando o termo é usado para explicar os regimes autoritários e fascistas do século XX.²⁵ Contudo, a partir de 1917 o termo retornou a debates políticos relacionados muito mais diretamente à grande Revolução Francesa, como logo veremos.

Na medida em que o século XIX corria, a experiência da revolução original tornou-se crescentemente distante das circunstâncias nas quais os revolucionários se encontravam. Isso aconteceu inclusive na França. O ano de 1830 poderia ainda ser visto — e de fato foi — como uma repetição de 1789-1791 pela burguesia liberal, dessa vez pronta para o potencial perigo jacobino e, portanto, capaz de mandar as massas mobilizadas para casa depois de alguns dias, antes que elas compreendessem que tinham sido logradas. O ano de 1848 foi, uma vez mais, facilmente visto como outra variante da revolução original: dessa vez, com um desafio jacobino-sans-culotte muito mais forte, vindo de uma ultrasesquerda que pretendia representar o novo proletariado mas que jamais teve a chance de adquirir poder, nem por um momento; foi derrotada eleitoralmente, enganada, provocada para entrar em uma insurreição em junho de 1848 e brutalmente esmagada. Mas, tal como após o Termidor em 1794, os moderados vitoriosos não tinham apoio político para um regime estável, mesmo quando aliados com os conservadores; isso abriu caminho para o segundo Bonaparte. Mesmo a Comuna de Paris de 1871 ainda se encaixava no padrão da revolução radical de 1792, pelo menos no que dizia respeito aos aspectos municipais: a comuna revolucionária, as seções populares e assim por diante. Se a burguesia não pensava mais em termos de 1789-1794, os radicais social-revolucionários e democráticos certamente ainda o faziam. Eles estavam, como Blanqui e seus seguidores, mergulhados na experiência de 1790, sem falar de jacobinos como Delescluze, que se consideravam herdeiros diretos de Robespierre, Saint-Just e da Comissão de Salvação Pública. Havia de fato homens, em 1860, cuja idéia do que fazer quando Napoleão III caísse era repetir, tão exatamente quanto possível, o que havia acontecido na grande Revolução.²⁶ Façam sentido ou não esses paralelos com a revolução original, eles não parecem irrelevantes por uma razão principal: era evidente que a França não havia conseguido chegar a um novo regime permanente desde a queda do Antigo Regime, em 1789. Havia passado pelos dez anos da Revolução, dezoito anos da Monarquia de Julho, quatro anos da Segunda República e dezenove anos de

outro império. A Revolução, ao que tudo indicava, ainda estava em processo.

Contudo, tornava-se cada vez mais claro, depois de 1870, que a fórmula para um regime burguês permanente havia sido encontrada em uma república parlamentar burguesa, embora essa república continuasse a ser desafiada de tempos em tempos. Esses eram, essencialmente, desafios vindos da direita ou, no caso do boulangierismo, de algo que parecia semelhante ao bonapartismo, o que facilitava, portanto, a união dos herdeiros dos liberais e dos jacobinos em defesa da república, reforçando a política que, como o falecido Sanford Elwitt mostrou, foi sistematicamente iniciada pela oposição moderada na década de 1860.²⁷ Mas olhemos para o outro lado da moeda. O fato de que os burgueses liberais podiam, doravante, operar no quadro de uma república democrática — o que eles tinham até então tentado evitar — demonstrava que o perigo do jacobinismo não era mais o que se devia temer. Os ultras podiam ser integrados no sistema — e aqueles que se recusavam poderiam ser isolados em um gueto minoritário. Aquilo que Danton ou Robespierre haviam feito não tinha mais interesse diretamente operacional para aqueles inspirados em 1792-1794, embora, é claro, como vimos, a própria cooptação da revolução radical e popular pelos liberais moderados tenha dado a suas divisas, símbolos e retórica uma ressonância nacional enorme. Afinal de contas, a data do episódio mais dramático de intervenção popular da Revolução Francesa, a Tomada da Bastilha, foi escolhida em 1880 como o Dia Nacional da República Francesa.

Se tudo era assim na própria pátria-mãe da Revolução, mais óbvio ainda era em outros lugares. Ou as revoluções não estavam realmente na agenda política ou haviam se tornado tipos diferentes de revolução. Pois, mesmo onde as políticas da insurreição, da rebelião e do poder que emerge do cano de uma arma fossem praticadas ou praticáveis, como na península Ibérica, elas não eram imediatamente traduzíveis em termos comparáveis a 1789-1799. Para ver isso, basta seguir a carreira de Giuseppe Garibaldi, que provavelmente tomou parte em um maior número de revoltas, revoluções, levantes armados e guerras de libertação do que qualquer

outro homem do século XIX e que, aliás, começou sua carreira política sob a influência da Revolução Francesa vista do prisma da ideologia saint-simoniana, que o marcou profundamente.²⁸ Certamente todos, com exceção de cegos reacionários, acreditavam nos Direitos do Homem e no país que lhes havia dado sua mais influente expressão. O caudilho militar Melgarejo, em sua distante Bolívia, mais forte em simpatia política do que em informação e geografia, ofereceu levar sua cavalaria para ajudar a França, o país da liberdade, quando ouviu falar da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. No entanto, admiração ou inspiração são uma coisa, modelos políticos são outra.

Contudo, a Revolução Francesa fez um dramático retorno como modelo, ou como ponto de referência, na Rússia, por razões já sugeridas. De um lado, as comparações pareciam óbvias: uma monarquia absoluta do tipo *Ancien Régime* em crise; a necessidade de instituições liberais burguesas que, sob as circunstâncias do czarismo, poderiam aparecer apenas através de revolução; e forças revolucionárias mais radicais ainda esperando por coisas além do que esperavam aqueles que apenas desejavam um constitucionalismo liberal. De outro lado, grupos e corpos revolucionários — há que se lembrar de que, sob as condições czaristas, até mesmo os reformadores moderados tinham de ser revolucionários, pois inexistia um modo legal de se mudar o regime, a não ser pelo trono — grupos revolucionários que estavam mergulhados na história da Revolução Francesa e com o mais forte incentivo para analisar detalhadamente seu registro histórico. Aqui havia uma revolução universalmente considerada como inevitável e iminente. O próprio Marx começou a apostar em uma explosão russa por volta de 1870 em diante.

Os intelectuais russos, a maioria dos quais era necessariamente também revolucionária sob o czar, estavam mergulhados na história da Revolução Francesa. “Eles conhecem a Revolução Francesa melhor do que nós”, exclamou Marcel Cachin, mais tarde um dos velhos chefes do comunismo francês, aos delegados do Congresso do Partido Socialista de Tours, em seu retorno de Moscou em 1920.²⁹ Não admira: as contribuições russas originais à

história da Revolução Francesa foram substanciais. De fato, I. V. Lutchitskii (1845-1918), um liberal russo, e N. I. Kareiev (1850-1931), um liberal que tinha sido narodnik, foram os pioneiros no estudo do campesinato e da questão da terra na França do final do século XVIII, e foram reconhecidos pelos franceses como tais. Também o anarquista Peter Kropotkin escreveu uma história da Revolução Francesa em dois volumes que, por longo tempo, foi a melhor história esquerdista séria disponível internacionalmente. Foi primeiro publicada em inglês e francês, em 1909, e finalmente em russo, em 1914.

Não surpreende, portanto, que os revolucionários russos automaticamente procurassem analogias russas com os acontecimentos franceses de 1789-1799, como o fez Plekhanov, o “pai do marxismo russo”, no final de sua vida.³⁰

A comparação com a Revolução Francesa, embora óbvia na mente dos participantes instruídos da Revolução Russa de 1905, não parece, no entanto, ter sido muito importante, talvez principalmente porque o czarismo, ainda que tenha balançado por um tempo, de fato nunca perdeu o controle, mesmo antes que a revolução fosse reprimida.³¹ Em 1905, Lenin criticou os mencheviques como “girondinos” por não terem ao menos considerado a possibilidade de uma ditadura jacobina na Rússia; mas o assunto era acadêmico.³² Em todo o caso, Lenin estava respondendo com uma alusão direta à experiência da convenção de 1793. Depois da derrota, a relação entre a classe operária e a revolução burguesa foi muito discutida, com as referências habituais ao jacobinismo e a sua natureza. Contudo, a comparação com 1789-1799 não foi muito além de generalidades.

Por outro lado, 1917 e os anos que se seguiram foram cheios de referências à França revolucionária. Essas referências chegaram ao ponto de se procurarem as contrapartes russas para as figuras famosas da Revolução Francesa. Em 1919, W. H. Chamberlin, que escreveria mais tarde uma das melhores histórias da Revolução Russa, pensava que Lenin era semelhante a Robespierre, com “uma mentalidade mais esclarecida e com mais lastro internacional”, embora Charles Willis Thompson, dois anos depois, criticasse

como pouco adequada a comparação Lenin-Robespierre. Para Chamberlin, Trostky era como Saint-Just, mas para Thompson ele lembrava Carnot, o organizador dos exércitos revolucionários. Mais tarde, Thompson rejeitou aqueles que viram em Trotsky um Marat.³³

Seria fácil traçar os caminhos pelos quais os revolucionários russos dotados de senso histórico compararam os acontecimentos de sua própria revolução com a sua predecessora. Sukhanov, o famoso observador de 1917, é um excelente exemplo de indivíduo "criado nas histórias das revoluções inglesa e francesa", que especulava, como ele próprio disse, que o "poder dual" dos Soviéticos e do governo provisório produziria algum tipo de Napoleão ou Cromwell — mas quem, entre os políticos revolucionários, se prestaria ao papel? — ou talvez um Robespierre. Mas novamente não havia candidato óbvio em vista.³⁴ A própria *História da Revolução Russa* de Trotsky é cheia de tais comparações, que sem dúvida estavam entre suas preocupações nesse tempo. Os democratas constitucionais (o principal partido liberal), que estavam tentando manter uma monarquia constitucional, sugeriam a ele o quão diferente 1917 era de 1789: naquela ocasião, o poder real era ainda universalmente aceito, ao passo que agora o czarismo já perdera sua legitimidade popular. O poder dual sugeria comparações com as revoluções inglesa e francesa. Em julho de 1917, os bolcheviques foram levados por uma manobra a se colocar na liderança de demonstrações populares as quais eles próprios achavam intempestivas, e a repressão provocou uma derrota temporária do partido e a fuga de Lenin de Petrogrado. Imediatamente, ocorreu a Trotsky a comparação com as demonstrações no Champs de Mars em julho de 1791, nas quais Lafayette havia manobrado os republicanos; do mesmo modo, tentou a comparação entre a segunda e mais radical revolução de 10 de agosto de 1792 com a Revolução de Outubro, ambas virtualmente sem resistência, ambas de fato proclamadas antecipadamente.³⁵

É talvez mais interessante ver como as comparações com os revolucionários franceses foram usadas por várias pessoas para avaliar, e progressivamente criticar, os acontecimentos que se suce-

diam na Rússia. Uma vez mais, lembremo-nos do protótipo histórico derivado da Revolução Francesa. Ele consistia de seis fases: o rebotar da Revolução, ou seja, a perda de controle pela monarquia, do curso dos acontecimentos na primavera e no verão de 1789; o período da Assembléia Constituinte, que terminou com a Constituição liberal de 1791; a quebra da nova fórmula em 1791-1792, devida a tensões internas e externas, que levaram à segunda revolução em 10 de agosto de 1792 e à instituição da República; em terceiro lugar, a radicalização da República em 1792-1793, quando a direita e a esquerda revolucionárias — a Gironda e a Montanha — lutavam por ela na nova Convenção Nacional, e o regime lutava contra a revolta interna e a intervenção estrangeira. Isso culminou no golpe que conferiu poder à esquerda, em junho de 1793, o qual introduziu a nova fase: a República Jacobina, a fase mais radical da Revolução Francesa, aliás associada ao terror (como o indica seu nome popular), uma sucessão de expurgos internos e uma extraordinariamente bem-sucedida mobilização para a guerra total da população. Quando isso salvou a França, o regime radical terminou no Nove Termidor. Para nossos objetivos, o período que vai de julho de 1794 até o golpe de Napoleão pode ser visto como uma fase única, a quinta, que tentou retroceder para um regime mais viável e moderado. Essa tentativa malogrou, e no Dezoito Brumário de 1799 o regime autoritário e armado de Bonaparte assumiu o poder. Sem dúvida, é possível distinguir ainda entre o regime de Napoleão antes de 1804, quando ele ainda governava como chefe de uma república, e seu império posterior, mas não precisamos nos preocupar com isso nesta discussão. Em qualquer caso, para os liberais da Restauração, todo o período napoleônico pertencia à Revolução Francesa. Mignet terminou sua história em 1814.

Que os bolcheviques eram, em 1917, os equivalentes aos jacobinos, parecia evidente demais. O problema para os adversários à esquerda de Lenin era que, uma vez que a revolução havia eclodido, era muito difícil criticar os jacobinos. Eles haviam sido os revolucionários mais consistentes e eficazes, os salvadores da França, e, além disso, não podiam ser identificados com o puro extremismo, pois Robespierre e a Comissão de Salvação Pública

tinham se oposto tanto a seus inimigos da direita quanto aos da esquerda. Portanto, o velho Plekhanov, que não aprovava a transferência de poder feita em outubro, recusou-se a vê-la como uma vitória dos jacobinos. Argumentava que o equivalente aos hebertistas (os ultras que foram liquidados por Robespierre na primavera de 1794) havia tomado o poder e nada de bom poderia vir disso.³⁶ Por seu lado, alguns anos depois, o velho teórico social-democrata alemão Karl Kautsky também recusou a conexão positiva entre os jacobinos e os bolcheviques. Naturalmente, argumentava, os amigos dos bolcheviques ressaltavam as semelhanças entre a monarquia constitucional, os girondinos republicanos moderados da Revolução Francesa e os derrotados social-revolucionários e mencheviques da Rússia, identificando portanto os bolcheviques com os jacobinos. Isso servia para dar-lhes crédito como verdadeiros revolucionários. Contudo, desde o começo, os bolcheviques apenas poderiam *parecer* equivalentes aos jacobinos; eles haviam se comportado de forma bastante distinta: revelaram-se bonapartistas, ou seja, como uma espécie de contra-revolucionários.³⁷

O selo da autenticidade jacobina, por outro lado, foi dado aos bolcheviques pela fonte mais autorizada: a *Société des Études Robespierristes*, que mandou os mais calorosos votos para a jovem revolução, com a esperança de que “encontraria, para liderá-la, Robespierres e Saint-Justs capazes de garanti-la contra o duplo perigo da fraqueza e do exagero”.³⁸ (E, podemos acrescentar, para continuar a guerra contra a Alemanha, que eles logo encerraram.) De fato, a maior autoridade no assunto, Albert Mathiez, que viu Lenin como “o Robespierre bem-sucedido”, escreveu um panfleto, *Bolchevismo e jacobinismo*, no qual argumentava que, embora a história nunca se repetisse, “os revolucionários russos deliberada e conscientemente copiavam seus modelos franceses. Estão animados pelo mesmo espírito”.³⁹ Por um breve momento (1920-1922) Mathiez levou ao novo Partido Comunista seu entusiasmo pelos Robespierres bem-sucedidos — graças a uma doutrina mais efetiva que a original —, o que lhe deve ter custado a sucessão oficial de uma cátedra na Sorbonne quando Aulard se aposentou, em 1924.

No entanto, é difícil vê-lo como um marxista ou comunista característico, embora seu apoio à experiência do esforço de guerra feito entre 1914-1918 e à Revolução Russa tenha dado a sua síntese da história de 1789-1794 (1921) uma consciência social e uma dimensão política maiores do que tiveram os trabalhos do mesmo tipo que o antecederam.

De modo bastante curioso, inicialmente houve poucos paladinos da ultra-esquerda revolucionária francesa. Talvez estivessem desarmados pelo entusiasmo óbvio dos bolcheviques por Marat, cujo nome batizou um dos navios de guerra do novo regime e uma rua em Leningrado. Em qualquer caso, a revolução vitoriosa encontrava mais facilmente identificação com Robespierre do que com seus oponentes guilhotinados da esquerda, mesmo se Lenin, logo após outubro, tenha se defendido contra a acusação de praticar um terror jacobino: “A nossa revolução não é o terror revolucionário francês que guilhotinou pessoas desarmadas, e espero que nunca iremos tão longe”.⁴⁰ A esperança provou ser em vão. Somente com o triunfo do stalinismo é que a ultra-esquerda encontrou seus paladinos contra o novo Robespierre de Moscou: entre eles, Daniel Guérin, cujo livro *La lutte des classes sous la Première République* (1946), uma curiosa combinação de idéias libertárias e trotskistas — com um toque de Rosa de Luxemburgo —, revivia o argumento segundo o qual os sans-culottes eram proletários lutando contra os jacobinos burgueses.

Na verdade, independentemente do fato de Stalin ver-se como um novo Robespierre, os comunistas estrangeiros do período antifascista encontravam algum conforto, quando avaliavam os julgamentos e expurgos soviéticos, na idéia de que estes eram tão justificados pela necessidade quanto havia sido o Terror de 1793-1794.⁴¹ Isso ocorria também na França, onde a idealização de Robespierre chegava a dominar a tradição histórica jacobina por razões que nada têm que ver com Marx ou Lenin. Era bastante fácil para comunistas franceses como Mathiez ver Robespierre como “uma prefiguração de Stalin”.⁴² Talvez em outros países onde a palavra *Terror* não sugerisse tão prontamente episódios de glória nacional e triunfo revolucionário, essa comparação com Stalin

tenha sido evitada. Contudo, é difícil não concordar com Isaac Deutscher que Stalin “pertencia à família dos grandes déspotas revolucionários, como Cromwell, Robespierre e Napoleão”.⁴³

No entanto, o debate sobre o jacobinismo em si mesmo não foi muito significativo. Havia realmente pouca dúvida de que, se alguém em 1917 representava o equivalente aos jacobinos, eram os bolcheviques. O problema real era o seguinte: onde estavam os Bonapartes ou os Cromwells que, como seus precedentes históricos sugeriam, poderiam estar andando pelos bastidores? Além disso, haveria algum Termidor e, em caso positivo, aonde ele poderia levar a Rússia?

O primeiro desses problemas foi visto como uma possibilidade muito real já em 1917. Kerensky tinha sido tão completamente expulso da história que me lembro de meu próprio espanto quando me contaram que aquele pequeno cavalheiro idoso que podia ser visto andando pela área da biblioteca de Hoover, em Stanford, era ele. De algum modo sentia-se que ele deveria estar morto há muito tempo, embora, na realidade, ele ainda não tivesse oitenta anos por aquela época. Seu momento na história durou de março a novembro de 1917, mas durante esse período ele foi uma figura central — como mostram os persistentes debates feitos na época e depois — por seu desejo ou capacidade para ser um Bonaparte. Isso se tornou parte da herança soviética pois, anos depois, tanto Trotsky quanto M. N. Roy argumentaram — no contexto da questão geral do bonapartismo e da Revolução Russa — que a tentativa de Kerensky de atuar como Napoleão foi de fato um aborto porque não havia base nenhuma para tanto no desenvolvimento prévio da Revolução.⁴⁴ Esses argumentos se baseavam na tentativa do governo provisório — bem-sucedida por um breve tempo — de suprimir os bolcheviques, no verão de 1917. O que estava na mente de Kerensky, naquele momento, não era certamente tornar-se um Napoleão, mas sim ressuscitar outro aspecto da Revolução Francesa, ou seja, desencadear um apelo de tipo jacobino, uma guerra de resistência patriótica contra a Alemanha que iria manter a Rússia na Grande Guerra. O problema foi que todos os revolucionários reais, e não apenas os bolcheviques, se opunham à guerra porque

sabiam que a demanda por pão, paz e terra era o que realmente mobilizava a maioria das massas. Kerensky lançou seu apelo e mais uma vez jogou o exército russo em uma ofensiva no verão de 1917. Errou totalmente a pontaria e cortou a garganta do governo provisório. Os soldados camponeses recusaram-se a lutar, foram para casa e começaram a dividir a terra. As pessoas que realmente conseguiram levar os russos a lutar novamente foram os bolcheviques: — mas *depois* da Revolução de Outubro e *depois* de saírem da Guerra Mundial. Aqui a comparação entre os jacobinos e os bolcheviques era óbvia. W. H. Chamberlin corretamente notou, no meio da guerra civil russa, as semelhanças entre o sucesso jacobino em construir exércitos revolucionários formidáveis a partir de conscritos, nas ruínas do antigo exército real, e “o igualmente espantoso contraste entre a multidão desamparada e desordenada que depôs as armas e recusou-se a lutar em Brest-Litowsk e o Exército Vermelho, resoluto e eficaz, que expulsou os tchecoslovacos do Volga e os franceses da Ucrânia”.⁴⁵

Contudo, o debate real sobre o bonapartismo e o Termidor estabeleceu-se *depois* da Revolução de Outubro e entre as várias tendências do marxismo soviético e não-soviético. Paradoxalmente, pode-se dizer que tais debates prolongaram a memória histórica e a influência da Revolução Francesa, que de outro modo teria sido transferida para o museu da história passada na maioria dos países do mundo, com exceção, é claro, da França. Pois, afinal, 1917 tornou-se o protótipo da grande revolução do século XX, aquela com a qual a política do século foi obrigada a se entender. A escala ascendente e as repercussões internacionais da Revolução Russa tornaram pequenas aquelas de 1789, e não havia precedente para a sua inovação maior, um regime revolucionário social que deliberadamente foi além da fase democrática burguesa, *mantendo-se permanentemente e provando-se capaz de gerar outros*. O jacobinismo do ano II, qualquer que tenha sido seu caráter social, foi um episódio temporário. A Comuna de Paris em 1871, embora fosse claramente um fenômeno operário, não chegou a ser um regime e mal durou algumas semanas. Seu potencial para a transformação socialista ou pós-burguesa repousa inteiramente no elo-

qüente obituário que Marx lhe dedicou, o qual se tornou um texto tão importante tanto para Lenin quanto para Mao. Até 1917, nem mesmo Lenin, como também a maioria dos marxistas, esperara ou antecipara uma transição direta e imediata para o “poder proletário” como uma consequência da queda do czarismo. Contudo, desde 1917, e para grande parte do século XX, são precisamente os regimes pós-capitalistas os esperados como consequências normais de revoluções. De fato, no Terceiro Mundo 1917 obscureceu 1789: aquilo que manteve vivo 1789 como um ponto político de referência, dando-lhe uma sobrevida de segunda mão, foi seu papel nos debates internos da própria Rússia soviética.

Termidor foi o termo óbvio usado para descrever qualquer desenvolvimento que marcasse um recuo dos revolucionários de posições radicais para moderadas, o qual os revolucionários comumente (mas erradamente) identificavam como traição da revolução. Os mencheviques, que se haviam recusado, desde o início, a apoiar o projeto de Lenin para transformar uma revolução burguesa em uma proletária — com o argumento muito pouco razoável de que a Rússia não estava pronta para o socialismo —, estavam prontos para detectar o termidor desde o começo; no caso de Martov, já em 1918. Naturalmente, todos o reconheceram quando o regime soviético iniciou a NEP (Nova Política Econômica) em 1921, e saudaram esse termidor com variados graus de auto-satisfação, caso fossem críticos do regime, e variados graus de apreensão, caso fossem bolcheviques (os quais associavam o termidor com a contra-revolução).⁴⁶ O termo foi prontamente usado contra aqueles que propuseram a NEP como um possível caminho adiante e não como um recuo temporário, tal como Bukharin o fez. De 1925 em diante passou a ser usado por Trotsky e seus aliados contra a maioria do partido, significando uma acusação geral de que a Revolução estava sendo traída, com isso amargando as já tensas relações entre os grupos. Embora a flecha da “reação termidoriana” fosse originalmente dirigida contra a perspectiva de Bukharin sobre o desenvolvimento socialista — e, portanto, errou o alvo uma vez que Stalin entrou pela via oposta da industrialização ultra-rápida e da coletivização em 1928 — Trotsky voltou ao grito de “termidor”

nos anos 30, quando reconhecidamente seu julgamento político havia caído aos pedaços. De um modo ou de outro, a palavra termidor permaneceu como a arma com a qual Trotsky atacava seus oponentes — de forma suicida, pois, em certos momentos cruciais, fê-lo olhar Bukharin, o sem-sorte na política, como um perigo maior que Stalin. De fato, embora Trotsky nunca tenha realmente desistido da palavra, mais tarde chegou perto de admitir que ele e seus aliados haviam ficado obcecados pela analogia com 1794.⁴⁷

A analogia termidoriana gerou, para citar Isaac Deutscher, “calor e paixão indescritíveis em todas as facções” na luta que houve entre a morte de Lenin e o triunfo de Stalin.⁴⁸ Deutscher, que descreveu essa atmosfera extraordinariamente bem em sua biografia de Trotsky, também sugere uma explicação plausível para as “paixões nefastas e violentas suscitadas por essa livesca lembrança histórica”.⁴⁹ Pois, tal qual a Revolução Francesa entre o Termidor e o Brumário, a Rússia soviética, entre 1921 e 1928, estava visivelmente vivendo um intervalo. Ainda que a política de transformação feita sobre as bases da NEP, justificada em nome do falecido Lenin, seja vista hoje como a legitimação histórica das políticas reformistas de Gorbachev, nos anos 20 era meramente uma das opções políticas para os bolcheviques e, conforme se deu, uma opção falida. Ninguém sabia o que aconteceria, ou o que deveria acontecer, se os que fizeram a revolução estivessem em posição de controlá-la. Nas palavras de Deutscher: “Isso levou a suas mentes o elemento incontrolável de uma revolução, do qual eles estavam progressivamente — ainda que vagamente — cientes”; vou referir-me brevemente a isso.⁵⁰

Embora, em retrospectiva, a década de 1920 pareça ser, aos observadores soviéticos dos anos 80, uma breve era de esperança e vida cultural diante da era de ferro de Stalin, aos velhos bolcheviques do tempo era um pesadelo a mais, no qual as coisas familiares se tornaram estranhas e ameaçadoras; a esperança de uma economia socialista resultara exatamente na velha Rússia dos mujiques, dos pequenos comerciantes e dos burocratas, só que sem a aristocracia e a antiga burguesia; o Partido, aquele bando de ami-

gos devotados a fazer a revolução mundial, aparecia como o sistema de partido único do poder, obscuro e impenetrável mesmo para aqueles que dele faziam parte. “O bolchevique de 1917 dificilmente se reconhecia no bolchevique de 1928”, escreveu Christian Rakovsky.⁵¹

As lutas pelo futuro da União Soviética, e talvez também pelo socialismo mundial, foram feitas por pequenos grupos e facções de políticos entre a indiferença maciça de um campesinato ignorante e a terrível apatia da classe operária, em cujo nome os bolcheviques diziam agir. Aqui, para os conhecedores da Revolução Francesa, residia a comparação mais óbvia com o Termidor. De acordo com Rakovsky, o Terceiro Estado havia se desintegrado assim que derrotara o Antigo Regime.⁵² A base social da Revolução encolheu, mesmo sob os jacobinos, e o poder foi exercido cada vez por menos pessoas. A fome e a miséria do povo, no tempo da crise, não permitiam aos jacobinos confiar o destino da Revolução ao voto popular. O governo arbitrário e terrorista de Robespierre levou o povo à indiferença política, e foi isso que permitiu aos termidorianos derrubar seu regime. Qualquer que fosse o resultado das lutas empreendidas por minúsculos punhados de bolcheviques sobre o corpo inerte das massas soviéticas — como Rakovsky escreveu depois da vitória de Stalin — ele não teria sido influenciado de baixo. De fato, Rakovsky amargamente citou o Babeuf do período termidoriano: “Reeducar o povo no amor à liberdade é mais difícil do que conquistar a liberdade”.⁵³

Em tal situação, logicamente o estudioso da Revolução Francesa deveria esperar um Bonaparte. De fato, Trotsky chegou a ver, em certo momento, Stalin e o stalinismo desse modo, embora inicialmente, uma vez mais, sua proximidade com o precedente francês tenha obscurecido seu julgamento e o tenha levado a pensar que um Dezoito Brumário *literal* fosse provável, ou seja, um golpe armado contra Stalin.⁵⁴ Contudo, de modo paradoxal, a acusação de bonapartismo foi principalmente usada pelos oponentes de Trotsky como um contragolpe natural contra as acusações de termidor. Trotsky tinha sido, afinal de contas, o arquiteto principal e chefe efetivo do Exército Vermelho e estava suficientemente

consciente, como sempre, do precedente francês para renunciar como comissário de guerra em 1925 para que pudesse se opor às acusações de que nutria ambições bonapartistas.⁵⁵ A própria iniciativa de Stalin nessas acusações foi, provavelmente, negligenciável, embora não haja dúvida de que ele as tenha acolhido e usado. Não há evidências nos registros e trabalhos de Stalin que mostrem qualquer interesse especial na Revolução Francesa. Suas referências históricas são essencialmente as da história russa.

Assim, a luta da década de 1920 na União Soviética foi conduzida com acusações mútuas tiradas da Revolução Francesa. Aliás, isso é uma advertência contra a tendência excessiva em buscar na história uma repetição. Na medida em que eram mera troca de insultos, as acusações mútuas de termidor ou bonapartismo foram politicamente irrelevantes. Na medida em que aqueles que as fizeram levaram a sério as analogias com 1789-1799, elas frequentemente fizeram com que eles se enganassem. Contudo, essas analogias indicam a extraordinária profundidade da imersão dos revolucionários russos na história de seus predecessores. Não é muito significativo que um Trotsky, defendendo-se perante a Comissão de Controle em 1927, cite uma fala de um obscuro jacobino (Brival) na Convenção Nacional no dia seguinte ao Termidor — uma ocasião que conteve a mais profética lembrança da Revolução Francesa, ou seja, um aviso da guilhotina que viria na década de 1930.⁵⁶ O que é mais espantoso é que o primeiro homem a fazer publicamente a comparação entre a Rússia pós-Lenin e o Termidor não foi um intelectual, mas o secretário da organização do partido em Leningrado em 1925, um trabalhador autodidata, Peter Zalutsky.⁵⁷

No entanto, havia uma distinção importante entre termidor e bonapartismo como slogans. Todo mundo era contra ditadores militares. Se havia um princípio fundamental entre os marxistas revolucionários — e, sem dúvida, a memória de Napoleão contribuía para isso — era a necessidade da supremacia absoluta do partido civil sobre o militar, por mais que este fosse revolucionário. Essa era a razão, afinal de contas, para a instituição dos comissários políticos. No melhor dos casos, pode-se argumentar que Bonaparte

de fato não traiu a Revolução mas tornou-a irreversível, ao tê-la institucionalizado em seu regime. Havia comunistas heterodoxos — M. N. Roy era um deles — que perguntavam: “E daí se a revolução proletária de nossos dias vai ter seu napoleonismo? Pode ser um estágio necessário”.⁵⁸ No entanto, estes sentimentos eram apologeticos.

Por outro lado, termidor pode ser visto não como mera traição à revolução ou um modo de terminá-la, mas como uma guinada de uma crise a curto prazo para uma transformação a longo prazo: tanto recuo de uma posição insustentável quanto avanço para uma estratégia mais viável. Afinal de contas, as pessoas que derrubaram Robespierre no Nove Termidor original não eram contra-revolucionários, mas seus próprios colegas da Convenção Nacional e da Comissão de Salvação Pública. Na história da Revolução Russa, existe um momento obviamente semelhante, quando os bolcheviques foram forçados a fazer algo muito parecido, embora sem sacrificar nenhum de seus líderes. O implacável “comunismo de guerra” pelo qual o governo soviético conseguiu os recursos para sobreviver à guerra civil de 1918-1920 correspondeu às análogas políticas de emergência do esforço de guerra jacobino, até mesmo no fato de que havia, em ambos os casos, entusiastas revolucionários que viam a austeridade forçada do período como uma primeira instalação de sua utopia, fosse ela definida como a regra de uma Virtude igualitária e espartana, fosse de algum outro modo mais marxista. Em ambos os casos, a vitória fez dos regimes de crise algo politicamente intolerável e, de fato, desnecessário. Sob a pressão da revolta dos trabalhadores e camponeses, a Nova Política Econômica teve de ser instituída em 1921. Era certamente um recuo da Revolução, porém um recuo inevitável. Contudo, essas medidas não poderiam ser vistas como uma mudança planejada — ou transformadas em mudança planejada — que apontasse para um modo de desenvolvimento necessariamente menos drástico, mas, a longo prazo, mais firmemente ancorado? As próprias opiniões de Lenin não foram firmes ou consistentes, embora ele tenha progressivamente jogado seu peso — sempre o realista político supremo — a favor de uma política pós-revolucionária de reforma e

gradualismo. O que ele realmente pensava é assunto de muito debate, especialmente em seus últimos dois anos de vida, quando sua condição cada vez mais o impedia de escrever e, ao final, até mesmo de falar.⁵⁹ No entanto, o homem que escreveu: “O que é novo no presente momento, para nossa revolução, é a necessidade de nos refugiarmos em um método de ação ‘reformista’, gradualista, cautelosamente desviante, nas questões fundamentais da construção econômica” não é alguém que estivesse pensando em um drama súbito.⁶⁰ É igualmente certo que Lenin não tinha a intenção de abandonar a construção de uma sociedade socialista, mesmo se em seu último artigo publicado tenha escrito: “Falta-nos civilização suficiente para permitir que passemos direto ao socialismo, embora de fato tenhamos os requisitos políticos para tanto”.⁶¹ Até o fim de seus dias, ele estava confiante em que o socialismo no mundo em algum momento triunfaria.

Não surpreende, portanto, que na atmosfera da União Soviética de Gorbachev, Lenin obtivesse o crédito de ter tido uma visão mais positiva do Termidor do que a usual; até mesmo enunciou-se a idéia de que um dos maiores problemas da Revolução foi como assegurar sua própria “autotermidorização”.⁶² Na ausência de qualquer documentação, pode-se expressar ceticismo. A conotação da palavra *termidor* no bolchevismo de então e no comunismo internacional era tão forte e uniformemente negativa que seria surpreendente encontrar Lenin usando o termo, embora isso talvez não tivesse sido mais surpreendente que encontrá-lo pedindo aos bolcheviques que fossem reformistas. Contudo, ainda que ele não o tenha feito, a referência à “autotermidorização” na Moscou de 1988-1989 é uma evidência da força e persistência da Revolução Francesa como um ponto de referência para sua grande sucessora.

Além do Termidor e de Bonaparte, dos jacobinos e do Terror, a Revolução Francesa sugeria mais comparações genéricas com a Revolução Russa. Uma das primeiras coisas observadas sobre ela foi que parecia não tanto um conjunto de decisões planejadas e ações controladas por seres humanos, mas um fenômeno natural que não se submetia ao controle humano, escapando de seu âmbito. Em nosso século, acostumamo-nos a outros fenômenos que têm

essa característica: as duas guerras mundiais, por exemplo. O que realmente acontece em tais casos, como eles se desenvolvem, qual é seu resultado, tudo isso não tem, praticamente, nada que ver com as intenções daqueles que tomaram as decisões iniciais. Esses acontecimentos têm sua própria dinâmica, sua própria lógica imprevisível. Na década de 1790, os contra-revolucionários foram provavelmente os primeiros a chamar a atenção para essa incontornabilidade do processo revolucionário, uma vez que isto lhes fornecia os argumentos contra aqueles que apoiavam a Revolução. No entanto, os próprios revolucionários também fizeram a mesma observação, comparando a Revolução a um cataclisma natural. “A lava da revolução corre majestaticamente, nada poupando”, escreveu o jacobino alemão Georg Forster em Paris, em outubro de 1793. A revolução, dizia, “quebrou todos os diques, venceu todas as barreiras erigidas por muitos dos melhores intelectuais, aqui e em outros lugares [...] cujos sistemas prescreviam seus limites”. A revolução era simplesmente “a Revolução, um fenômeno natural raro demais para conhecermos suas leis peculiares”.⁶⁵ É claro que a metáfora de um fenômeno natural percorria ambos os caminhos. Se sugeria uma catástrofe aos conservadores, era uma catástrofe inevitável e que não se podia deter. Conforme os conservadores inteligentes logo entenderam, era algo que não podia ser simplesmente suprimido, mas sim canalizado e domesticado.

Repetidamente encontramos a metáfora da natureza aplicada às revoluções. Não creio que Lenin sequer soubesse das inúmeras passagens semelhantes sobre a Revolução Francesa quando escreveu, logo após outubro, sobre a situação antes da queda do czarismo: “Estávamos conscientes de que o velho poder sentava-se no topo de um vulcão. Muitos sinais nos diziam que grandes processos estavam se dando nas profundezas da mente das pessoas. Sentíamos que o ar estava carregado de eletricidade. Estávamos seguros de que inevitavelmente explodiria em um temporal purificador”.⁶⁶ Qual outra metáfora que não a erupção vulcânica ou o furacão viria tão espontaneamente à mente?

No entanto, para os revolucionários, e especialmente para um revolucionário tão implacavelmente realista como Lenin, as con-

seqüências da incontornabilidade como que natural dos fenômenos eram práticas. De fato, Lenin era o oposto de um blanquista ou do homem que tentasse fazer a revolução como ato de vontade, por meio de um golpe ou de um *putsch*, embora tenha sido por isso que seus opositores o criticavam. Estava no pólo oposto de um Fidel Castro ou Che Guevara. Repetidamente, e sobretudo durante e depois de 1917, ele insistiu que as “revoluções não podem ser feitas, não podem ser ganhas por partes. A revolução não pode ser feita por encomenda; ela se desenvolve”.⁶⁷ Ou então: “A revolução não pode ser prevista nem profetizada; vem por si mesma. Será que alguém sabia, mesmo uma semana antes da revolução de fevereiro, que ela estava a ponto de irromper?”.⁶⁸ Ou ainda: “Nenhuma seqüência pode ser estabelecida para as revoluções”.⁶⁹ Quando alguns bolcheviques se prepararam para apostar no aparecimento da revolução na Europa ocidental, na qual também Lenin punha suas esperanças, ele repetiu, mais de uma vez, que “não sabemos, e não poderemos saber, nada dessas coisas. Ninguém está em posição de saber” se haveria algum atraso, quando a revolução varreria o Ocidente, se ela ou os bolcheviques seriam derrotados pela reação, ou o que aconteceria.⁶⁸ O partido tinha de estar preparado para todas as contingências e ajustar suas estratégias e táticas para as circunstâncias que apareciam.

Contudo, não haveria algum risco de os revolucionários, ao navegarem os mares revoltos e as correntes da história, se verem carregados não apenas para direções não desejadas e incertas, mas também para *fora* de seu objetivo original? É apenas nesse sentido que podemos falar naquilo que Furet chama de *dérápage*, que não pode ser visto como um desvio do curso do veículo, mas sim como a descoberta de que o chão da terra histórica é tal que, dada a situação, o lugar e as condições sob as quais ocorre uma revolução, nem mesmo o melhor condutor pode levá-la na direção desejada. Pois essa, afinal, foi uma das lições da Revolução Francesa. Ninguém, em 1789, pretendeu a ditadura jacobina, o Terror, o Termidor ou Napoleão. Ninguém, dos mais moderados reformistas aos mais radicais agitadores, teria recebido bem, em 1789, qualquer um desses acontecimentos, exceto, talvez, o sombrio Marat, que — não obs-

tante a maravilhosa pintura de David — não foi universalmente pranteado entre seus colegas revolucionários. Lenin — em seu próprio compromisso de tomar *qualquer* decisão que garantisse a sobrevivência da Revolução, mesmo que desagradável; em sua recusa em deixar que a ideologia perturbasse o modo de fazer aquilo que deveria ser feito — não teria corrido o risco de ter transformado a Revolução em alguma outra coisa?

Como vimos, esse receio deve ter rondado obscuramente os bolcheviques depois da morte de Lenin. É um dos sinais de sua grandeza o fato de que o próprio Lenin estava francamente inclinado a enfrentar essa possibilidade quando lhe foi sugerida por Sukhanov em suas memórias, que são um valiosíssimo relato de testemunhos diretos da Revolução. É significativo que, ao enfrentá-la, Lenin mais um vez tenha caído no período da Revolução Francesa. Ele citou a famosa máxima de Napoleão: “Primeiro entre na batalha, depois veja o que deve ser feito” [“On s’engage et puis on voit”]. Entramos na batalha, ditou o moribundo Lenin em 1923. Bem, descobrimos que tínhamos de fazer coisas que odiamos fazer e que gostaríamos de não ter feito — a paz em Brest-Litowsk, o recuo à Nova Política Econômica e “assim por diante”.⁶⁹ Não podemos realmente culpá-lo por se recusar a entrar em detalhes desse “assim por diante”, ou por insistir que tais desvios e recuos eram “detalhes do desenvolvimento (do ponto de vista da história mundial eles eram certamente detalhes)”.⁷⁰ Não se poderia esperar que Lenin deixasse de expressar sua fé na Revolução e em suas perspectivas a longo prazo — mesmo que saibamos quão grandes ele considerava as dificuldades, quão remotas as perspectivas de avanço, quão estreitas as “limitações camponesas” que confinavam o regime.

Mas a fé de Lenin no futuro da Revolução Russa também repousava na história: a história da Revolução Francesa. Pois, como vimos, a principal lição que os observadores do século XIX dela retiraram é que não havia sido um acontecimento, mas um processo. Compreender o que Lenin e muitos marxistas olharam como o resultado lógico, “clássico”, de uma revolução burguesa, ou seja, uma república democrática e parlamentar, levou quase um século.

1789 não foi a Revolução Francesa, nem 1791 ou 1793-1794, nem o Diretório, nem Napoleão, nem a Restauração, nem 1830, 1848, nem o Segundo Império. Todas essas foram fases do processo complexo e contraditório de criar a base permanente de uma sociedade burguesa na França. Por que Lenin não pensaria, em 1923, que a Revolução Russa poderia ser também um processo histórico longo, com seus difíceis recuos e ziguezagues?

É impossível dizer como os observadores soviéticos olham para esse processo hoje, depois de setenta anos. A babel de vozes discordantes que agora têm uma chance de surgir de dentro do país, pela primeira vez desde a Revolução Russa, não pode ainda ser analisada historicamente em seus componentes. Uma coisa, no entanto, é clara. A analogia com a Revolução Francesa ainda está viva. Dada a história da União Soviética, dificilmente se poderia esperar outra coisa. A história da própria Revolução Francesa está sendo reconsiderada. É bastante certo que Robespierre será um herói bem menos positivo, na historiografia soviética, do que ele foi no passado. Mas no bicentenário da Revolução Francesa, houve outra comparação que impressionou os intelectuais da Rússia de Gorbachev, quando o primeiro Congresso dos Deputados do Povo genuinamente eleito foi aberto. Foi o chamado dos Estados-Gerais e sua transformação em uma Assembléia Nacional que começou a reformar os domínios da França. Essa analogia não é mais realista do que outras tentativas de ver o padrão de um acontecimento histórico em outro. Também permite diferentes leituras e ênfases, dependendo da posição política corrente daqueles que as fazem. Não precisamos concordar com a versão de um reformador democrático que, na metade de 1989, depois de ver que seu lado político tinha sido bem votado no Congresso de Moscou, escreveu: “Hoje, quando os acontecimentos franceses de dois séculos atrás estão em nossas mentes — e Gorbachev afirmou que a perestroika é uma revolução — gostaria de lembrar que o Terceiro Estado também constituiu um terço dos deputados, mas foi aquele terço que se tornou a autêntica Assembléia Nacional”.⁷¹ No entanto, não poderia haver tributo maior para o sentido político da Revolução de 1789 que o fato de que ela ainda possa prover um modelo e

ponto de referência para aqueles que desejam transformar o sistema soviético. Em 1989, permanece 1789 — ou novamente se torna mais relevante do que 1917, até mesmo no país da Grande Revolução de Outubro.

3

DE UM CENTENÁRIO A OUTRO

O primeiro capítulo deste livro analisou o que a burguesia liberal do século XIX fez da Revolução Francesa. O segundo seguiu aqueles que temeram ou fizeram, ou esperaram fazer uma revolução que os levou para além dos jacobinos e, portanto, assimilou a experiência de 1789 e dos anos seguintes. Pois — não se pode deixar de repetir sempre — tanto o liberalismo quanto a revolução social, tanto a burguesia quanto, potencialmente, o proletariado, tanto a democracia (em qualquer de suas versões) quanto a ditadura encontram seus ancestrais na extraordinária década que começou com a convocação dos Estados-Gerais, a Tomada da Bastilha e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

Com exceção dos conservadores, todos podiam lembrar-se de algumas de suas partes ou interpretar sua história de uma maneira adequada a sua causa. A política francesa, sabemos, continuava a ser feita como um drama de costumes vestido de barretes frígios. Os liberais moderados podiam ser reconhecidos porque seu herói foi Mirabeau ou os girondinos, sobre quem um político e poeta romântico famoso, mas insípido, Alphonse Lamartine (1790-1869), publicou uma história em vários volumes nas vésperas da Revolução de 1848 para desencorajar os excessos do jacobinismo. Quando a Revolução estourou, Lamartine fez o melhor que pôde para evitar os radicais de esquerda e, depois, para anulá-los. Os republicanos do centro, seguindo Michelet e Auguste Comte, escolheram Danton como seu herói. Os republicanos de esquerda e insurrectos pinçaram Marat ou, progressivamente, Robespierre como seu tipo, exceto para os mais apaixonados ateístas, que não

podiam engolir sua defesa do Ser Supremo. Foi sugerido que a identificação das grandes figuras da Revolução com as posições políticas posteriores, amargamente conflitivas, tornou impossível para a França desenvolver um culto aos pais fundadores, como foi o caso dos Estados Unidos. Até onde conheço, nenhum deles sequer apareceu em selos postais.¹

Em contrapartida, essas diferenças não foram significativas para os bolcheviques russos, desde que as figuras fossem suficientemente revolucionárias. Eles nem teriam de ser antecessores do socialismo. Quando os bolcheviques tomaram o poder na Rússia, Lenin achou importante educar uma população amplamente analfabeta em política e portanto propôs, em 1918, que monumentos a várias pessoas dignas da Revolução deveriam ser erguidos em lugares visíveis das cidades, especialmente naqueles onde soldados pudessem vê-los, acompanhados de uma placa biográfica. Naturalmente, eles incluíram os socialistas e comunistas — Marx, Engels, Lassalle —, radicais russos e os precursores — Radishtehev, Herzen, Perovskaya —, libertadores para todos os fins, como Garibaldi, e poetas progressistas. Entre as figuras da Revolução Francesa que eram extremamente proeminentes, encontramos Robespierre e Danton, ambos não socialistas, mas — até onde pude descobrir — Babeuf não figurava. Para os objetivos de Lenin, revolucionários vitoriosos, por mais efêmeros que tivessem sido, eram claramente mais importantes do que suas posições ideológicas. Parece que essa comemoração dos revolucionários franceses como ancestrais da Revolução de Outubro durou pouco. Muitos desses monumentos desapareceram desde então, pois, por causa do tempo curto, os artistas foram autorizados a produzir suas estátuas em terracota e gesso até que trabalhos mais permanentes, de bronze ou mármore, pudessem ser criados. No entanto, um relevo de Robespierre feito em 1920 ainda existe, sugerindo o que foi perdido, feito pelo criador dos monumentos de Robespierre, Danton e Herzen em Leningrado.² A propósito, a Revolução Francesa não parece ter uma presença importante na iconografia posterior ou na toponímia da Rússia soviética.

Em resumo, todos tiveram a sua Revolução Francesa, e o que foi nela celebrado, condenado ou rejeitado dependeu não da políti-

ca ou da ideologia de 1789, mas do tempo e lugar dos próprios comentaristas. Essa refração da Revolução através de prismas políticos contemporâneos é o assunto deste capítulo. Isso é muito evidente, como veremos, nos debates e conflitos que aconteceram no bicentenário revolucionário de 1989, ou mesmo no primeiro centenário, celebrado em 1889.

Não há a menor dúvida de que o primeiro centenário foi uma ocasião política superior, nacional e internacionalmente. Os embaixadores da Rússia, Itália, Áustria-Hungria, Alemanha e Grã-Bretanha — ou seja, de todas as grandes potências além da França — recusaram-se incisivamente a comparecer às celebrações do aniversário do encontro dos Estados-Gerais (a data escolhida para marcar o começo da Revolução Francesa), embora, como mostrou acidamente *Le Temps*, seus predecessores *houvessem comparecido* ao primeiro aniversário da Tomada da Bastilha, em 1790. O *Times*, de Londres, não teve dúvidas de que eles estavam corretos. “Infelizmente”, pensava, “a Revolução que começou sob tão brilhantes auspícios, ao invés de fazer reformas, terminou no reino do terror, da confiscação e da proscricção e decapitou o rei e a rainha.” Portanto, embora outras nações “que, gradualmente, adotaram as reformas introduzidas pela Revolução” não estivessem realmente se recusando a celebrar o centenário, pois diplomatas menores não foram lembrados, dificilmente se poderia esperar que a presença dos embaixadores, na condição de representantes pessoais de seus monarcas, expressasse sua aprovação aos jacobinos.³ Além disso, a República Francesa pretendia celebrar o centenário de seu acontecimento fundador não apenas com uma ou duas cerimônias, mas também com a então habitual exposição internacional — mas uma exposição especial, pois seu monumento principal, a recém-construída torre Eiffel, é ainda a única construção da França mais conhecida internacionalmente. Mesmo assim, houve pressões pesadas sobre os franceses e, como o *Times* mais uma vez noticiou, com aprovação, “sob a influência do bom senso público, nacional e estrangeiro [ou seja, a ameaça de boicote] gradualmente a Exposição abandonou sua conexão íntima com a Revolução Francesa”, de modo que sua inauguração deixou de ser parte oficial da celebração centenária.⁴

podiam engolir sua defesa do Ser Supremo. Foi sugerido que a identificação das grandes figuras da Revolução com as posições políticas posteriores, amargamente conflitivas, tornou impossível para a França desenvolver um culto aos pais fundadores, como foi o caso dos Estados Unidos. Até onde conheço, nenhum deles sequer apareceu em selos postais.¹

Em contrapartida, essas diferenças não foram significativas para os bolcheviques russos, desde que as figuras fossem suficientemente revolucionárias. Eles nem teriam de ser antecessores do socialismo. Quando os bolcheviques tomaram o poder na Rússia, Lenin achou importante educar uma população amplamente analfabeta em política e portanto propôs, em 1918, que monumentos a várias pessoas dignas da Revolução deveriam ser erguidos em lugares visíveis das cidades, especialmente naqueles onde soldados pudessem vê-los, acompanhados de uma placa biográfica. Naturalmente, eles incluíram os socialistas e comunistas — Marx, Engels, Lassalle —, radicais russos e os precursores — Radishtchev, Herzen, Perovskaya —, libertadores para todos os fins, como Garibaldi, e poetas progressistas. Entre as figuras da Revolução Francesa que eram extremamente proeminentes, encontramos Robespierre e Danton, ambos não socialistas, mas — até onde pude descobrir — Babeuf não figurava. Para os objetivos de Lenin, revolucionários vitoriosos, por mais efêmeros que tivessem sido, eram claramente mais importantes do que suas posições ideológicas. Parece que essa comemoração dos revolucionários franceses como ancestrais da Revolução de Outubro durou pouco. Muitos desses monumentos desapareceram desde então, pois, por causa do tempo curto, os artistas foram autorizados a produzir suas estátuas em terracota e gesso até que trabalhos mais permanentes, de bronze ou mármore, pudessem ser criados. No entanto, um relevo de Robespierre feito em 1920 ainda existe, sugerindo o que foi perdido, feito pelo criador dos monumentos de Robespierre, Danton e Herzen em Leningrado.² A propósito, a Revolução Francesa não parece ter uma presença importante na iconografia posterior ou na toponímia da Rússia soviética.

Em resumo, todos tiveram a sua Revolução Francesa, e o que foi nela celebrado, condenado ou rejeitado dependeu não da políti-

ca ou da ideologia de 1789, mas do tempo e lugar dos próprios comentaristas. Essa refração da Revolução através de prismas políticos contemporâneos é o assunto deste capítulo. Isso é muito evidente, como veremos, nos debates e conflitos que aconteceram no bicentenário revolucionário de 1989, ou mesmo no primeiro centenário, celebrado em 1889.

Não há a menor dúvida de que o primeiro centenário foi uma ocasião política superior, nacional e internacionalmente. Os embaixadores da Rússia, Itália, Áustria-Hungria, Alemanha e Grã-Bretanha — ou seja, de todos as grandes potências além da França — recusaram-se incisivamente a comparecer às celebrações do aniversário do encontro dos Estados-Gerais (a data escolhida para marcar o começo da Revolução Francesa), embora, como mostrou acidamente *Le Temps*, seus predecessores *houvessem comparecido* ao primeiro aniversário da Tomada da Bastilha, em 1790. O *Times*, de Londres, não teve dúvidas de que eles estavam corretos. “Infelizmente”, pensava, “a Revolução que começou sob tão brilhantes auspícios, ao invés de fazer reformas, terminou no reino do terror, da confiscação e da proscrição e decapitou o rei e a rainha.” Portanto, embora outras nações “que, gradualmente, adotaram as reformas introduzidas pela Revolução” não estivessem realmente se recusando a celebrar o centenário, pois diplomatas menores não foram lembrados, dificilmente se poderia esperar que a presença dos embaixadores, na condição de representantes pessoais de seus monarcas, expressasse sua aprovação aos jacobinos.³ Além disso, a República Francesa pretendia celebrar o centenário de seu acontecimento fundador não apenas com uma ou duas cerimônias, mas também com a então habitual exposição internacional — mas uma exposição especial, pois seu monumento principal, a recém-construída torre Eiffel, é ainda a única construção da França mais conhecida internacionalmente. Mesmo assim, houve pressões pesadas sobre os franceses e, como o *Times* mais uma vez noticiou, com aprovação, “sob a influência do bom senso público, nacional e estrangeiro [ou seja, a ameaça de boicote] gradualmente a Exposição abandonou sua conexão íntima com a Revolução Francesa”, de modo que sua inauguração deixou de ser parte oficial da celebração centenária.⁴

Naturalmente houve países nos quais o centenário foi um acontecimento menos controverso, como por exemplo os Estados Unidos, que decoraram as estátuas de Nova York para a celebração centenária da Queda da Bastilha.⁵ Uma república nascida pela revolução, e ligada com a Revolução Francesa através de Lafayette e Tom Paine, não achava a simples ocorrência de uma revolução tão difícil de engolir. Não obstante, o jovem Woodrow Wilson, já com ares de homem de Estado — mais tarde, presidente —, então ensinando história em Bryn Mawr, via o jacobinismo como um dos piores exemplos para ser colocado aos olhos de qualquer um, especialmente latino-americano. Contudo, fora do hemisfério ocidental, as monarquias eram ainda a forma de governo quase universal e, ao menos por essa razão, aqueles que governavam Estados eram extremamente suscetíveis com relação a celebrar um regicídio.

Não obstante, o tema mais controvertido levantado pelo centenário não foi a monarquia, mas a democracia. A discussão era sobre isso, e não sobre terror, ou proscrição (ou seja, a perseguição de dissidentes), nem mesmo sobre o maior pesadelo da sociedade burguesa do século XIX: o confisco da propriedade privada. A França havia finalmente escolhido ser uma república e uma democracia na década de 1870. Seus governantes haviam escolhido deliberadamente autodefinir-se como herdeiros da Revolução, fazendo do 14 de julho o seu dia nacional e escolhendo a *Marseillaise* como o hino nacional; e, apesar de certa relutância em lembrar Robespierre, cujo nome, até hoje, é dado a poucas ruas do país, a República não excluiu a herança jacobina. Chegou até a eleger para a presidência, em 1887, um homem que levava um dos grandes nomes jacobinos — o neto de Lazare Carnot, que havia sido o Trotsky dos exércitos revolucionários — embora, é claro, o feito jacobino de ter ganhado supremacia militar para a França era o aspecto menos controverso daquele regime. Sobre isso, a esquerda e a direita podiam convergir, o que explica que entre as figuras proeminentes do ano II colocadas formalmente no Pantheon em 1889, no aniversário da abolição do feudalismo, estivessem três homens da guerra, Carnot, Hoche e Marceau.⁶ Ainda que o centenário oficial tenha evitado cuidadosamente lembrar as datas mais controversas depois da

Proclamação da República em 21 de setembro de 1792, preferindo se concentrar nos três primeiros meses da Revolução de 1789 — como fez também o segundo centenário —, não negou nenhuma de suas datas. O único ato historiográfico da República em 1889 foi o de votar fundos para uma edição nacional da jacobina *História da Revolução Francesa* de Michelet. A municipalidade de Paris, então mais radical, foi além: erigiu uma estátua para Danton, que ainda fica perto da estação de metrô Odéon, no terreno da casa onde o próprio Danton foi preso em 1794.

O jacobinismo foi a parte mais tocante da Revolução Francesa e, em 1889, o jacobinismo significava democracia. Pois, embora os socialistas e outros revolucionários certamente lutassem pelo socialismo, e embora a Segunda Internacional tenha sido realmente fundada em Paris em 1889 — plenamente consciente do significado da data e do lugar — o socialismo não era ainda uma grande força política na primeira metade de 1889, exceto na Alemanha. Logo se tornaria essa força política, mas só depois do centenário. A democracia é que preocupava os analistas.

Pois há uma grande diferença entre o primeiro e o segundo centenários. Exceto pela democracia, ninguém, dos liberais até a esquerda, via a Revolução de outro modo a não ser como um notável acontecimento histórico, cujas maiores realizações eram julgadas positivamente, no todo. “Os princípios da Revolução Francesa”, escreveu um autor na *Contemporary Review*, “tornaram-se uma propriedade comum no mundo civilizado.” Que ele tenha escrito, ao lembrar a Revolução Gloriosa de 1688, “envoltos em forma histórica, eles eram ingleses muito antes de se tornarem franceses”, prova simplesmente que ele os aprovava.⁷ A Revolução, pensava o historiador liberal católico Lord Acton, que a ensinava em Cambridge na década de 1890, tinha dado “um imenso passo adiante na marcha da humanidade, algo que lhe devemos até hoje por alguns dos benefícios políticos que gozamos”.⁸ Anatole Leroy-Beaulieu, um preocupado e inteligente liberal, inventou um banquete centenário no qual vários estrangeiros expressavam suas opiniões críticas gerais sobre a Revolução Francesa, mas o surpreendente a respeito deles foi o quanto da Revolução eles acei-

tavam.⁹ O convidado americano naturalmente argumentava que, se alguém havia inventado a liberdade, tinha sido seu povo e não a França. O convidado inglês, que era — supunha-se — um baronete liberal unionista de uma família whig, argumentava a mesma coisa. O alemão congratulava-se por seu país não ter tido uma revolução e ter vencido a guerra camponesa do século XVI que poderia ter-se tornado uma revolução, mas admitia que a Revolução Francesa havia acelerado o desenvolvimento nacional germânico. E se ela tinha sido tão universalmente saudada pelas grandes cabeças da Alemanha, era porque essas cabeças já estavam imbuídas dos princípios que, eles pensavam, viram a França pôr em ação. O italiano aclamava a Revolução Francesa por sua contribuição ao *Risorgimento* e à reconstituição das nacionalidades modernas, mas é claro que achava tanto seus bons quanto os maus elementos já presentes na tradição italiana. O grego obviamente referiu-se à tradição clássica passada, mas também rendeu tributo à Revolução por ter contribuído para a revivescência de seu país. E assim por diante. Em resumo, as críticas dos convidados de Leroy-Beaulieu — e elas naturalmente não são apenas portadoras da própria opinião do autor — revelam a aceitação e a aceitabilidade geral, pelo menos no Ocidente, dos princípios da Revolução Francesa.

Aqueles que achavam que a Revolução Francesa tinha sido um desastre — “a tremenda catástrofe de 1789 seguida por cem anos de revolução”, como a *Edinburgh Review* a chamou — assim pensavam por causa do elemento popular que nela foi identificado com o jacobinismo.¹⁰ Mas embora houvesse referências obrigatórias ao Terror, o inimigo real era “o princípio de que a vontade popular está sobre todas as pessoas e todas as instituições superiores”, como disse Henry Reeve, um velho amigo inglês de Guizot, de Thiers e de Tocqueville, quando comentou o livro apaixonadamente anti-revolucionário de Hippolyte Taine, *Origins of contemporary France*, que tinha aparecido havia pouco.¹¹ Pois, pensava Henry Reeve, se tal princípio fosse aceito “haveria um fim não apenas daquilo que é chamado de limites constitucionais, mas também das próprias bases da sociedade civil e das leis fundamentais da moralidade”.¹² De fato, como disse outro resenhista do

livro de Taine, a sua lição política central era o descrédito nos princípios democráticos de governo.¹³ Embora às vezes se suponha que a palavra *anarquia* que aparece prontamente na boca dos escritores antijacobinos se refira a banhos de sangue e ausência de leis, de fato eles tinham em mente algo menos dramático. A *Edinburgh Review* falava de um descenso gradual, nos últimos cem anos, “para uma condição de anarquia que ameaça a própria existência da nação” na França.¹⁴ É claro que isso não queria dizer que Paris — sem mencionar a Borgonha — tivesse se aproximado, em 1889, da situação do South Bronx em 1989, mesmo se o autor pensava, sem dar evidências, que o anticlericalismo do governo significava “um grande relaxamento da moral e um aumento único do crime”.¹⁵ O que ele quis dizer, como outros que simpatizavam com essas posições, era que um século de revolução havia dado à França “sufrágio universal sem inteligência”, para citar Goldwin Smith, que, portanto, via a Revolução como “a maior catástrofe que caiu sobre a raça humana”.¹⁶ O sufrágio universal, para citar novamente a *Edinburgh Review*, “tinha gradualmente solapado a autoridade das classes esclarecidas”. De modo desnecessário, pois — como Smith escreveu — “o que a maioria de nós queremos não é votar [...] mas sim um governo forte, estável, esclarecido e responsável”.¹⁷ A Revolução Francesa — aqui a referência é Burke — havia rompido drasticamente com a tradição e, portanto, retirado todas as garantias contra a anarquia.¹⁸

A nota de histeria nesses ataques pode nos parecer exagerada, especialmente na medida em que até antijacobinos duros não negavam que a Revolução tinha feito algum bem para a França — e nisso eles se diferenciavam dos antijacobinos de 1989. Havia “aumentado tremendamente a riqueza material da França”.¹⁹ Havia dado à França um corpo sólido de camponeses proprietários, sempre considerados, no século XIX, como um elemento de estabilidade política.²⁰ Quando analisamos em detalhe estes textos anti-revolucionários, descobrimos que o pior que podem dizer é que a França, desde a Revolução, tornou-se politicamente instável — nenhum regime havia durado mais do que vinte anos, treze constituições haviam se sucedido em um século, e assim por diante.²¹

Para ser franco, no centenário a República estava no meio de uma crise séria: o movimento político do general Boulanger, que não podia deixar de evocar outros militares que puseram um fim a repúblicas instáveis. Contudo, seja lá o que se pensasse sobre a política francesa nas décadas de 1880 e 1890, seria um absurdo falar desse país em termos apocalípticos em 1889. Era, reconhecidamente, o mesmo país que, vinte anos depois — quando Boulanger, Panama e Dreyfus ainda estavam frescos na memória —, o *Spectator*, resenhando outro livro sobre a Revolução Francesa, podia descrever como “o mais saudável, estável e também mais civilizado dos países continentais”.²²

O que fazia surgir tais terrores e paixões não era o estado no qual se achava a França depois de um século de revolução, mas saber que a política democrática e tudo o que implicava estava agora se espalhando em todos os países burgueses, e que “o voto universal sem inteligência”, cedo ou tarde, estaria chegando. Foi isso que Goldwin Smith quis dizer quando declarou: “O jacobinismo é agora uma doença tão estabelecida quanto a varíola. A infecção começa a atravessar o Canal”.²³ Foi nesse período que a democracia eleitoral em bases amplas tornou-se, pela primeira vez, parte integral da política até mesmo daqueles países que costumamos considerar como os mais tradicionalmente democráticos; ou seja, quando a espécie de constitucionalismo liberal que os burgueses liberais, como Guizot, tinham instituído precisamente como uma *barreira* à democracia — excluindo do direito de voto, *em princípio*, os pobres e os ignorantes (sem falar das mulheres) — deixou de ser sustentável. O que não é tão amplamente conhecido é a enorme preocupação das classes dominantes com as implicações da democracia eleitoral. Elas olharam os Estados Unidos, como Tocqueville havia feito, mas, diferentemente de Tocqueville, viram antes de mais nada o melhor Congresso e as melhores prefeituras que o dinheiro podia comprar: fraudes, pilhagens, demagogia e máquinas políticas — e também, no período da perturbada década de 1880, descontentamento social e agitação. Elas olharam para a França e viram, sob a longa sombra de Robespierre, corrupção, instabilidade, demagogos, embora sem máquinas políti-

cas. Em resumo, elas viram a crise dos Estados e das políticas até então conhecidas. Não admira que o centenário da Revolução Francesa as enchesse de mau agouro.

No entanto, se deixarmos de lado os reacionários genuínos, como a Igreja Católica do Sílabo de 1864 e do Primeiro Concílio do Vaticano, que rejeitou tudo do pobre século XIX, a Revolução Francesa, em geral, não gerou rejeições tão histéricas quanto as que mencionei. Pelo menos no mundo anglo-saxão, mesmo aqueles que simpatizavam com o antijacobinismo de Taine geralmente concordavam que seu livro *Origins of contemporary France* passara dos limites. Os resenhistas levantaram questões sensíveis. Por que Taine não viu que, em 1789, poderia não ter sido óbvio para os franceses, como agora, que uma mudança para instituições liberais seria possível sem uma revolução fundamental?²⁴ Por que ele não viu que a chave para a situação era que nem mesmo os moderados podiam confiar no rei? Se todos eram tão devotados à monarquia, por que a França, que não era uma república em 1788, nunca se tornou monarquista novamente?²⁵ Taine não reconheceu o dilema de cada partido na medida em que chegaram ao poder: “Confiança no apoio da multidão de Paris significava conivência com o ultraje e os crimes que tornavam impossível estabelecer as instituições livres na França. Repressão à multidão parisiense significava reação e, muito provavelmente, a restauração do despotismo”.²⁶ De fato, com todo o respeito a Taine como intelectual de peso, seu trabalho foi considerado muito mais propagandístico do que científico. A amargura do conservador, pensava o *Spectator*, esparramava-se pelo livro. A ele, “falta desinteresse científico, largueza de visão e discernimento”, escreveu *The Nation*. Intelectuais franceses eminentes foram normalmente recebidos no estrangeiro com mais respeito do que Taine.²⁷

Vamos agora do primeiro centenário para a experiência do segundo. A primeira coisa a notar sobre o intervalo entre os séculos é que sabemos incomparavelmente mais sobre a história da Revolução Francesa do que sabíamos em 1889. Uma das consequências principais, não do primeiro centenário, mas da adoção, pela Terceira República, da Revolução Francesa como seu acon-

tecimento fundador foi que a historiografia foi em frente. Em 1880, a França ganhou não apenas um museu da Revolução — o Museu Carnavalet, de Paris — mas também, na Sorbonne, uma matéria dedicada a sua história, em 1885, e uma cátedra, em 1891. É possível atestar a grande novidade que isso representava pelo fato de que seu primeiro ocupante, que se tornou a primeira corporificação acadêmica da Revolução Francesa, não era nem mesmo um historiador por formação. Alphonse Aulard (1849-1928), um estudioso de literatura e um especialista no grande poeta romântico Leopardi, tornou-se um historiador da Revolução Francesa porque era um republicano convicto.

Assim, temos que lembrar que, em 1889, a historiografia acadêmica estava ainda em sua infância. Acton, que conhecia a literatura historiográfica internacional melhor que muitos, relacionou apenas três homens que descreveu como “historiadores modernos” em suas conferências de 1895: Sybel, Taine e Sorel; e dois destes escreviam sobretudo sobre os aspectos internacionais da Revolução Francesa.³⁸ Mas logo isso mudou. Por volta de 1914, os sucessores de Aulard na cátedra da Sorbonne já eram adultos e, de fato, até o fim da década de 1950 a história da Revolução Francesa permaneceu dominada pela longa geração que chegou à maturidade por volta de 1900: Mathiez e Lefebvre nasceram em 1874, Sagnac, em 1868, e Caron, em 1875. (O próprio Aulard tinha nascido em 1849.) Com exceção de Georges Lefebvre, exilado em escolas provinciais de segundo grau, a nova geração já tinha publicado bastante e estava já estabelecida — e Lefebvre, que tinha apenas uma monografia local como crédito, já tinha virtualmente completado a pesquisa que gerou sua grande tese sobre os camponeses do departamento do *Nord* e a Revolução Francesa, que seria publicada em 1924.

Ao contrário do que agora freqüentemente se diz, nenhum desses historiadores era um marxista. (De fato, nem mesmo os russos que iniciaram o estudo da questão agrária na França durante o período, estimulando Lefebvre, eram marxistas: I. V. Lutchitskii — 1845-1918 — e N. I. Kareiev — 1850-1931 — foram, ambos, liberais, embora o último tenha tido, originalmente, ligações popu-

listas.) Mathiez alegava ser um socialista, mas o consenso geral entre seus contemporâneos indicava que ele era basicamente um homem de 1793.³⁹ Lefebvre, um socialista do Norte industrial, estava mais profundamente imbuído das idéias do movimento operário e certamente impressionado com a concepção materialista da história de Marx, mas seu mestre verdadeiro era Jaurès, que havia adotado algumas das idéias de Marx — muito poucas, e compreendidas de modo errôneo, poderiam dizer os marxistas de seu tempo — com uma grande parte de Michelet. Os historiadores da Revolução Francesa eram republicanos democráticos e apaixonados, na versão jacobina, e isso automaticamente os empurrou para uma posição à esquerda do espectro político. Pois não era o próprio Aulard, um homem longe do extremismo, que julgava que a Revolução Francesa conduzia logicamente ao socialismo, embora apenas uma minoria de franceses pudesse compreendê-la assim?⁴⁰ Não é nada claro o que ele, ou a maioria dos que politicamente chamavam a si mesmos de socialistas na França, por volta de 1900, entendiam pela palavra, mas ela era inquestionavelmente uma insígnia que assinalava a posição de alguém do lado do progresso, do povo e da esquerda. E é difícil que tenha sido por acaso que tantos dos que fizeram a historiografia clássica da Revolução Francesa tenham vindo daquele templo da República, sem inimigos na esquerda, a fortaleza dos dreyfusards, a *École Normale Supérieure* da rua d'Ulm: o próprio Aulard, Agnac, Mathiez, Jean Jaurès — embora também, deve-se dizer, Taine, de uma geração anterior.

Lancemos um breve olhar, e necessariamente impressionista, quantitativo, na historiografia da Revolução Francesa desde o primeiro centenário.⁴¹ Em uma estimativa aproximada, o Museu Britânico (a Biblioteca Britânica) agregou mais de 150 títulos a cada cinco anos entre 1881 e 1900, mais de 250 entre 1901 e 1905, mais de 330 entre 1906 e 1910 e um máximo de todos os tempos — até o presente — de aproximadamente 450 títulos entre 1911-1915.⁴² O primeiro pós-guerra manteve um nível fixo de 150 a 170 títulos a cada cinco anos, mas a segunda metade da década de 1930 — a época da Frente Popular — assistiu a um notável crescimento de 225 títulos, que não se refletiu nas resenhas do *Times Literary*

Supplement, ao contrário do estouro pré-1914. Depois de um começo modesto na segunda era pós-guerra, as décadas de 1960 e 1970 registraram um agudo arranque: aproximadamente trezentos títulos na segunda metade da década de 1960. Isso refletiu-se claramente no *Times Literary Supplement* na década de 1970. Podemos ter certeza de que a década de 1980 registrará, provavelmente, um estouro maior do que aquele anterior a 1914 — algo que acompanha naturalmente o segundo centenário e os meios modernos de comunicação e de publicidade editorial.

Contudo, embora a quantidade possa indicar o nível geral de interesse na Revolução Francesa, em si mesma conta-nos pouco sobre sua natureza. Aqui pode ser útil um rápido olhar no lado biográfico dessa literatura. Antes da Primeira Guerra Mundial, ela é dominada pelos trabalhos sobre a família real francesa — Maria Antonieta e companhia — que enchiam colunas de bibliografia e, devemos supor, apelavam sobretudo aos leitores conservadores e contra-revolucionários. Desde a Primeira Guerra Mundial, esse ramo da historiografia revolucionária murchou e hoje é insignificante. Por outro lado, os estudos sobre as personalidades revolucionárias individuais ou sobre os líderes e suas obras foram escritos por autores com diversas atitudes políticas e vários níveis de seriedade, e iam desde obras para entretenimento de salão até erudição pesada. Isso faz com que as variações no interesse em figuras específicas sejam instrutivas. Assim, a mais moderada das figuras principais, Mirabeau, teve seu ápice antes de 1914, caindo acentuadamente depois. Exceto por um rápido momento na década de 1960 e novamente na de 1980, ele não despertou interesse desde a Segunda Guerra Mundial — ainda que fosse de se esperar que um homem que era não apenas uma das figuras principais da Revolução Francesa, mas também um economista destacado, além de pornógrafo, atraísse autores.³³ O centrista Danton, menos eminente, teve seu pico na década de 1920, com alguma ação nas décadas de 1900 e 1930 e — como já vimos — por volta do primeiro centenário. Robespierre não foi particularmente notório até 1900 — ele estava mais ou menos no mesmo nível de Marat, como representante do jacobinismo radical até o meio da década de 1900,

mas, desde então, atraiu mais atenção do que qualquer outra figura — embora parte disso não fosse tanto biográfica, mas antes uma reflexão sobre seu papel na República Jacobina. Contudo, o período em que esteve mais em evidência foi, talvez sem surpresas, a segunda metade da década de 1930 — a época da Frente Popular — e as décadas de 1960 e 1970. Na extrema esquerda Marat tem sido cada vez mais substituído como porta-bandeira por Saint-Just, embora pareça que um certo interesse neste se tenha mantido desde os dias da Revolução de Outubro na União Soviética.³⁴ Afora a edição de Vellay, de 1908, dos escritos de Saint-Just, a Biblioteca Britânica nada registra dele ou sobre ele antes da Primeira Guerra Mundial (contra onze títulos sobre Marat). O interesse se torna visível na década de 1930 — embora não mais refletido adequadamente na Biblioteca Britânica — mas alcançou apenas um modesto pico nas décadas de 1970 e 1980, como seria de esperar de uma figura que, ao contrário de Marat, atrai fundamentalmente intelectuais. Na extrema esquerda Babeuf, o primeiro comunista, inexistia antes da Primeira Guerra Mundial, aparecendo apenas na década de 1930. Seu período de projeção máxima é nas décadas de 1960 (que celebrou o bicentenário de seu nascimento) e de 1970. O que isso sugere é que o máximo do interesse específico da esquerda na historiografia da Revolução Francesa é encontrado na década de 1930 e novamente nas de 1960 e 1970. Em ambos os casos, temos a combinação de um forte partido comunista com uma radicalização mais geral. É contra isso que devemos situar a reação que, depois de 1940, era mais política do que historiográfica (o livro de Georges Lefebvre, *Quatre-vingt-neuf*, foi confiscado por Vichy como subversivo), mas que hoje é tão política quanto historiográfica.³⁵

Examinemos rapidamente a produção historiográfica importante. Aqui podemos distinguir cinco períodos. Durante todos eles, com exceção do último e atual período, a historiografia de ponta sobre o assunto foi apaixonadamente republicana e jacobina. Os anti-revolucionários não possuíam reconhecimento acadêmico importante, embora tivessem um bom punhado de leitores. Apenas um desses autores tem possibilidade de ser candidato à reabi-

litação, Auguste Cochin (1876-1916), um defensor de Taine contra o ataque de Aulard, o qual tem sido assumido por François Furet (que não é um *normalien*). A versão clássica, política e institucional dos radicais da Terceira República e dos radicais socialistas coincide com a época de Aulard. Como já se sugeriu, as fundações da historiografia moderna erudita foram feitas no período entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial. Depois da Primeira Guerra Mundial, o campo historiográfico, na França, moveu-se para a esquerda e se tornou nitidamente socialista — Aulard entrou em declínio bem antes de sua morte, em 1928 — embora novamente os historiadores socialistas e comunistas franceses se mantivessem fiéis ao jacobinismo, especialmente a Robespierre, e não aos próprios ancestrais de seu movimento; nem mesmo foram fiéis ao Lenin de 1917, o qual, de todos os revolucionários, prezava sobretudo Danton como “o maior mestre das táticas revolucionárias que conhecemos”.⁴⁶ A década de 1920 foi dominada por Mathiez, que, aliás, enfatizou suas convicções socialistas reeditando a *Histoire socialiste de la Révolution Française*, de Jaurès, que originalmente havia sido editada como uma obra política e não acadêmica. Embora Mathiez não tenha conseguido a cátedra, ele dominava a *Société des Études Robespierristes* e, através dela, o campo de estudos. A versão de Mathiez tornou-se uma das mais influentes. Foi rapidamente assumida nos Estados Unidos, onde o interesse pela história da Revolução Francesa, talvez por causa da tradição republicana, estava bem estabelecido nas universidades — Harvard chegou a comprar a biblioteca de Aulard — e sua síntese da história revolucionária logo foi traduzida e uma versão resumida dela foi incluída, no começo da década de 1930, na *Encyclopédia de ciências sociais* de Seligman, onde ainda pode ser proveitosamente consultada.

Não vou me deter na amarga hostilidade de Mathiez a Danton, que o distinguia de Aulard mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, uma vez que é principalmente uma polêmica de interesse local francês; em todo caso, pode-se suspeitar que ela refletisse os sentimentos edípicos de Mathiez pelo fundador do campo, o qual ele não conseguiu suceder na cátedra da Sorbonne.

Aulard foi sucedido nessa cátedra por Philippe Sagnac, uma figura central na historiografia positivista francesa, mas que não imprimiu um perfil especial a sua posição. Contudo, Mathiez *de facto* sucedeu Aulard e foi sucedido por Georges Lefebvre (1874-1959) que, em 1932, tomou seu lugar como o catedrático da *Société des Études Robespierristes* e diretor dos *Annales Historiques de la Révolution Française* de Mathiez, que havia muito tinham substituído a enfraquecida revista de Aulard, *La Révolution Française*, como o órgão da historiografia revolucionária. Lefebvre, que dominava na década de 1930 — e, de fato, durante todo o período de sua vida —, tinha tido um começo muito lento, talvez porque lhe faltasse o suporte de uma instituição de origem. Exilado nas escolas secundárias do Norte — dizem que ele foi a única pessoa que apoiou Dreyfus em Boulogne-sur-mer —, Lefebvre não conseguiu sequer se concentrar na Revolução Francesa, pois seu superior na provinciana Lille induziu-o a traduzir um trabalho-padrão, o livro de Stubbs *Constitutional history of England*, em três volumes, ao qual agregou um complemento na década de 1920. Essa excursão implausível na história da Inglaterra medieval, tornada mais implausível ainda pelo fato de que o autor original desse clássico vitoriano foi um bispo, teve o proveito menor de fazer os historiadores ingleses apreciá-lo mais rapidamente do que os americanos. A única vez em sua vida em que deixou a França foi para fazer uma visita acadêmica à Inglaterra, em 1934. É bem possível que Lefebvre tenha passado algumas noites na Grã-Bretanha antes de, aos 60 anos, passar uma noite em Paris. Depois da publicação do seu grande e seminal trabalho sobre o campesinato, ele foi habilitado para ocupar uma cátedra universitária: primeiro em Clermont-Ferrand — na época, a Sibéria acadêmica da França — depois em Estrasburgo, inusitadamente aberta ao talento após seu retorno à França depois da guerra e a base de onde Marc Bloch e Lucien Febvre desferiram seu ataque contra a ortodoxia histórica nos *Annales* e se prepararam para capturar Paris. Lefebvre também chegou a Paris em 1935, finalmente mudando-se para a canônica cátedra de história da Revolução Francesa depois da aposentadoria de Sagnac, em 1937.

Por mais lento que seu começo tenha sido, Lefebvre recuperou o tempo perdido. A década de 1930 foi dominada por um número de volumes clássicos feitos por ele: *The great fear of 1789* é de 1932, que é ponto de partida para a hoje chamada “história vinda de baixo” (um termo cunhado por Lefebvre); a magnífica história de Europa na era napoleônica (1935), superior a um volume precedente sobre a Revolução Francesa, na mesma série, escrito apenas parcialmente por ele (mas depois revisado); a continuação dos três volumes de Mathiez sobre a era do Termidor — Lefebvre não publicou o volume final, sobre o Diretório, até 1946; e, acima de tudo, o mais marcante monumento que alguém jamais ergueu no centésimo quinquagésimo aniversário da Revolução Francesa, em 1939, um pequeno livro chamado *Quatre-vingt-neuf* [Oitenta e nove], em francês, mas familiar a todos na tradução de R. R. Palmer de 1947, com o título de *The coming of the French Revolution*. Foi o tributo prestado pela Frente Popular Francesa, no momento do seu declínio, à Revolução Francesa, quando não poderia mais comemorá-la adequadamente. Esse livro é, essencialmente, aquilo que a historiografia revisionista moderna está atacando, mas não sem respeitá-lo. Pois Lefebvre, concordemos ou não com ele, foi um grande historiador. Na minha opinião, e mesmo na de seus adversários, Lefebvre foi, de longe, o mais importante historiador moderno da Revolução Francesa. Politicamente, era um socialista no tempo em que escreveu suas maiores obras; depois da guerra, foi um simpatizante dos comunistas.

Duas outras observações historiográficas podem ser feitas sobre a década de 1930. Primeiro, essa historiografia parece tão completamente dominada por Lefebvre sobretudo porque outro grande historiador da Revolução Francesa é, ou tornou-se, mais conhecido como historiador econômico ou social: Ernest Labrousse (1895-1988), que morreu nonagenário. Labrousse foi outro dos intelectuais comprometidos com a esquerda que se dedicaram à história, embora fosse mais ativista em política do que a maioria deles. Após um breve período no Partido Comunista no começo dos anos 20 seguindo o Congresso de Tours, quando a maioria dos socialistas se afastou, ele juntou-se novamente ao Partido Socia-

lista e tornou-se por algum tempo chefe de gabinete de Leon Blum. Seu trabalho maior sobre a Revolução Francesa foi um alentado estudo da crise econômica do *Ancien Régime*, na segunda metade da década de 1780. Explicou a origem da Revolução em termos de uma coincidência de duas crises, a econômica e a política, no velho sistema, e depois escreveu um trabalho (“Como nascem as revoluções”),³⁷ no qual tentava generalizar esse modelo um pouco mecânico para 1830 e 1848. Por sua biografia e mentalidade, Labrousse pertence à Terceira República e a sua tradição, mas, ao contrário de outros historiadores, considerava-se um marxista, embora o fosse de um modo antigo, determinista econômico ou kautskista. Braudel o considerava o único grande historiador francês além dele mesmo e lamentava — ou fingia lamentar — que a história francesa sofresse porque ele e Labrousse não se davam bem. A outra observação a fazer sobre a década de 1930 é que nela foi desencadeado o estudo moderno de história revolucionária nos Estados Unidos (onde o campo já estava estabelecido) e na Grã-Bretanha. Ambos são, ou tornaram-se, os principais centros não-franceses para essa pesquisa.

O período do pós-guerra, até a metade dos anos 60, foi dominado por Lefebvre — que morreu em 1959 — e seus discípulos, que, a essa altura, estavam muito mais próximos do Partido Comunista, embora seu sucessor (após um intervalo preenchido por Marcel Reinhard, 1889-1973), Albert Soboul (1914-1982), fosse exatamente uma figura tão típica da tradição republicana quanto qualquer um de seus predecessores: há obituários maravilhosos tanto de Lefebvre quanto de Soboul feitos por Richard Cobb, aluno de um e amigo de outro, não obstante ser tão afastado do marxismo quanto possível; contudo, Cobb era um historiador fascinado pelas pessoas anônimas da base da história e, portanto, aproximou-se dos únicos historiadores que fizeram a história do povo comum na Revolução, Lefebvre e seus seguidores comunistas. Deve-se notar, de passagem, que o brilhante grupo de jovens historiadores que abandonou o Partido Comunista na metade dos anos 50, depois de uma fase de rígido stalinismo — o mais eminente deles, Emmanuel Le Roy Ladurie, já descreveu seu desenvolvimento po-

lítico-educacional —,³⁸ mostrou muito pouco interesse na Revolução Francesa, sendo bem mais atraído pela escola dos *Annales*; no entanto, dois ex-comunistas, François Furet e Denis Richet, inauguraram a onda revisionista na França. Desde a morte prematura de Albert Soboul, em 1982, a cátedra da Sorbonne vem sendo ocupada por Michel Vovelle (nascido em 1933), outro ex-comunista, cuja pesquisa original estava no campo da história cultural ou história das “mentalidades”, a qual exerceu uma atração forte e benéfica sobre muitos historiadores talentosos de esquerda nas décadas de 1960 e 1970.

Contudo, desde a guerra não foi mais possível pensar a historiografia da Revolução Francesa como fundamentalmente francesa. Os próprios discípulos de Lefebvre eram um grupo internacional, e o número de Ph. D. no assunto subiu verticalmente na Grã-Bretanha das décadas de 1950 e 1960. Não houve teses antes de 1910, e daí em diante houve seis por década até 1950 — de fato, nove na década de 1930 — mas, a partir de então, dezoito na década de 1950 e vinte na de 60.³⁹

Agora examinemos brevemente o significado dessas fases de interpretação da Revolução Francesa. Na França, elas refletiram a história da Terceira República enquanto o regime durou — ou seja, até 1940. Isso significa que a formação da principal escola de historiadores revolucionários franceses reflete a institucionalização da Terceira República como uma democracia que se referia à Revolução Francesa como sua experiência fundante. Sugiro que a grande explosão da historiografia revolucionária na década de 1900 reflita o triunfo das muitas crises de infância por que passou — que culminou com o Caso Dreyfus, um triunfo ratificado pela separação da Igreja do Estado e pela emergência dos socialistas radicais como partido central da República. Eles não eram, como todos sabemos, nem radicais nem socialistas, mas sim profundamente comprometidos com a República e portanto com a Revolução Francesa, e muitos dos seus políticos de destaque, no período entre guerras, eram sérios historiadores praticantes do período revolucionário, notadamente o intelectual gastrônomo, e redondo, Edouard Herriot (1872-1957) — também um *normalien*. Herriot

publicou um volume de conferências chamado *Homenagem à Revolução* no ano de seu centésimo quinquagésimo aniversário, não obstante o fato de o Terror jacobino ter feito o melhor que pôde para arrasar sua cidade de origem e sua base política, a grande cidade de Lyon, por causa de sua atividade contra-revolucionária. (Herriot escreveu também uma história do episódio).⁴⁰ O triunfo da República sobre seus inimigos, como o Caso Dreyfus tinha demonstrado, foi baseado em uma aliança do centro com a esquerda — até mesmo com a extrema esquerda. O princípio político básico da Terceira República era, então: “Não há inimigos à esquerda” e, portanto, nenhuma rejeição ao legado da República Jacobina. Embora nem Robespierre nem Saint-Just, para não falar em Marat, despertassem entusiasmo fora da extrema esquerda, mesmo os moderados apreciavam Danton, que tinha sido tanto um jacobino como um oponente de Robespierre e dos excessos do Terror. Louis Barthou, um político moderado republicano que ficou mais conhecido por sua morte — foi assassinado junto com o rei Alexandre da Iugoslávia em 1934 por um terrorista iugoslavo —, escreveu as biografias de Mirabeau e Danton e também um livro sobre o Nove Termidor, ou seja, sobre a queda de Robespierre. Essa é, eu sugiro, a chave para a idealização que Aulard faz de Danton.

Depois da década de 1900, tem-se a impressão de que, por um momento, a Revolução Francesa tornou-se, para os republicanos de centro, um assunto da oratória do 14 de julho mais do que um assunto de urgência ideológica importante. O centro de gravidade da historiografia revolucionária mudou-se para a esquerda: não tanto em termos políticos mas sim sociais. Não é insignificante, em meu ponto de vista, que o grande trabalho do sucessor de Aulard como principal representante da história revolucionária fosse sobre o preço dos alimentos e a revolta social na era do Terror, embora Mathiez tenha publicado primeiro sobre história religiosa; ou que o sucessor de Mathiez, Lefebvre, tenha escrito sua tese sobre o campesinato do Norte na Revolução; ou que a obra magna de seu sucessor Soboul lidasse com os *sans-culottes* de Paris — ou seja, com os ativistas de base popular. (Aliás, nenhum desses historiadores idealizou seus temas: Mathiez e Soboul ficaram

firmes ao lado de Robespierre contra seus opositores da esquerda, e Lefebvre analisou seus camponeses sem ilusões, ou melhor, da perspectiva dos jacobinos urbanos.)⁴¹ Mais genericamente, a história da Revolução Francesa cada vez mais mudou-se para um registro social e econômico. Já mencionei Labrousse; mas, para citar outros exemplos da velha geração de especialistas no campo, Marcel Reinhard tinha sido um dos primeiros a ir à história demográfica do período revolucionário, embora também ele — um pouco mais tarde — tenha publicado uma biografia-padrão do organizador militar jacobino, Carnot.⁴² Jacques Godechot (nascido em 1907), presidente da *Société des Études Robespierristes*, embora interessado principalmente em história institucional em geral, também foi atraído pela demografia. No início, esse interesse certamente não refletia o marxismo — a tradição marxista na França era desprezível — mas a ascensão do movimento operário e socialista: se se quiser, a influência de Jaurès. Entretanto, ajudou a trazer a historiografia revolucionária para mais perto de um campo comum com os marxistas, que até então tinham sido a principal escola interessada nas dimensões econômicas e sociais da história. Na década de 1930, essa convergência foi reforçada por um acontecimento crucial: a ascensão do fascismo internacional, que levou a maioria das outras escolas políticas conservadoras, direitistas, tradicionalistas e reacionárias em seu rastro.

Tal acontecimento foi crucial, porque o fascismo era a expressão da quintessência daqueles que tinham rejeitado completamente, desde o começo, a Revolução Francesa. De fato, até meados do século XX, a extrema direita poderia praticamente ser definida por sua rejeição da Revolução, ou seja, não apenas dos jacobinos e de sua descendência política, mas também do liberalismo, de toda a ideologia do Iluminismo do século XVIII e do progresso do século XIX, para não falar da emancipação dos judeus, que foi uma das maiores e mais notáveis façanhas da Revolução Francesa. Não havia dúvidas sobre a posição da direita francesa: queria reverter a Revolução Francesa, mesmo se sua maioria não acreditasse realmente na restauração da monarquia dos Bourbon, o que pediam os militantes mais ativos da *Action Française*. A

única vez em que a direita francesa realmente derrubou a República, em 1940-1944, manteve a monarquia longe — embora sua influência ideológica nos homens de Vichy fosse muito visível — estabelecendo meramente um “Estado Francês” indefinido e autoritário. Não havia dúvidas sobre a posição da Igreja Católica no tempo do Vaticano I. Não esperava abolir 1789 por toda parte — embora o tenha feito na Espanha de Franco, dos franco-maçônicos e tudo o mais — mas bem que teria gostado. E, sobretudo, não havia dúvidas sobre a posição do fascismo. Mussolini o disse, pessoalmente, em seu artigo sobre o fascismo em sua *Enciclopédia italiana*. Ele lutava “contra o positivismo materialista e fraco do século XIX [...] contra todas as abstrações individualistas do tipo das do século XVIII [...] e contra todas as utopias e inovações jacobinas”.⁴³ A mesma coisa era ainda mais obviamente verdadeira na Alemanha, onde a ideologia nacional havia muito tempo suspeitava não apenas do liberalismo ocidental mas dos franceses, vistos como imorais, nacionalistas e, por assim dizer, inimigos hereditários da Alemanha.

Assim, inevitavelmente todos os antifascistas, na década de 1930, tenderam a cerrar fileiras em torno da Revolução Francesa, o maior alvo dos inimigos. Deve-se dizer que essa campanha em torno da memória da Revolução Francesa foi ideologicamente o que a Frente Popular foi politicamente: a união de todos os antifascistas. Não foi por acaso que os sindicatos franceses, depois de 1936, financiaram Jean Renoir para fazer um filme sobre a *Marseillaise*, ou, como eu mesmo lembro, uma produção teatral elaborada da obra muito maçante de Romain Rolland, *Quatorze Juillet*, representada em Paris no verão de 1936. Mas havia ainda outra razão pela qual a Frente Popular desenvolvia um culto pela *Marseillaise*, pela bandeira tricolor e pelos jacobinos de 1793-1794. Eles haviam sido os franceses patriotas originais, os salvadores da França numa guerra de defesa nacional — e ideológica — contra os reacionários locais que foram ao estrangeiro aliar-se com os inimigos do país.

Por razões que não precisam nos ocupar aqui, nas últimas duas décadas no século XIX o vocabulário do nacionalismo e patriotismo

francês passou da esquerda para a direita.⁴⁴ A esquerda proletária e socialista — novamente por razões que não posso analisar aqui — reagiu, durante esse período, à cooptação da *Marseillaise*, da bandeira tricolor e do resto pela Terceira República oficial, abandonando o lado patriótico e guerreiro da tradição jacobina. Tornou-se associada a antimilitarismo e mesmo a pacifismo. Principalmente sob influência comunista, essa esquerda agora voltava-se novamente para os símbolos do patriotismo nacional, cônica do fato de que a *Marseillaise* e as três cores jacobinas eram também símbolos da revolução social radical. O Partido Comunista parecia que conseguiria assumir as tradições da República: era uma das coisas que preocupavam De Gaulle nos anos da Resistência.

Tal como aconteceu, a recuperação do patriotismo jacobino foi ideologicamente uma boa mudança, pois a fraqueza da historiografia francesa de direita sempre residiu no fato de que ela não podia rejeitar um episódio tão glorioso e triunfante da história da França como as conquistas e vitórias dos revolucionários e da era napoleônica. Os historiadores de direita que escreviam popularizações elegantes e inteligentes estavam unidos para exaltar o Antigo Regime e para denunciar Robespierre. Contudo, como poderiam rejeitar aqueles gloriosos feitos militares dos soldados franceses, especialmente quando conquistados contra prussianos e ingleses? Tudo isso significa que a historiografia da Revolução Francesa tornou-se tanto mais de esquerda quanto jacobina. Politicamente, a Frente Popular se desfez. Historiograficamente, produziu seu maior triunfo em 1939, na medida em que a guerra se aproximava: o livro de George Lefebvre, *The coming of the French Revolution*. E, se para a geração seguinte esse livro dominou o campo, isso era em memória tanto da Resistência e da Libertação quanto da Terceira República.

A essa altura, a fusão das tradições republicanas, jacobinas, socialistas e comunistas estava bastante completa, pois a Frente Popular e a Resistência posterior haviam transformado o Partido Comunista no maior partido da esquerda; e na década de 1930 podemos realmente começar a traçar a influência do marxismo na esquerda francesa. Mas qual, exatamente, era essa influência em

termos da Grande Revolução? O próprio Marx nunca analisou a Revolução Francesa como historiador, como fez com a Revolução de 1848 na França, com a Segunda República e com a Comuna de Paris. Nem mesmo Engels, mais inclinado para a escrita histórica, chegou a produzir uma versão coerente dela, nem sequer uma versão popular. Como vimos, a idéia da Revolução Francesa como uma vitória burguesa na luta de classes, que Marx assumiu, veio dos liberais burgueses da Restauração. O marxismo recebeu bem a idéia da Revolução Francesa como uma revolução do povo e tentou olhá-la a partir da perspectiva popular, mas isso foi menos especificamente marxista ainda: pertencia a Michelet. A idealização do Terror e de Robespierre deve-se aos babouvistas e, especialmente, a Buonarroti, que transpôs a fase radical de 1793-1794 para o registro do comunismo proletário do século XIX. Contudo, embora Babeuf fosse admirado como um comunista precoce, certamente ele tinha tantas chances de atrair Marx teoricamente quanto Weitling ou Thomas Spence, e o culto a Robespierre não era, em nenhum sentido, marxista. Na verdade, como vimos, o que se tornou a tradição marxista central foi a escolha de se alinhar com Robespierre contra os ultra-radicais da esquerda que a ele se opunham, uma escolha que é apenas compreensível na hipótese de que os marxistas se tenham apropriado da tradição jacobina, e não o contrário. Em si mesmo, parece tão surpreendente para comunistas modernos defender Robespierre contra Hébert e Jacques Roux como seria para os comunistas e socialistas britânicos — com toda a sua admiração pelos regicidas e pela república no século XVII — defender Cromwell contra os Levellers e os Diggers. Para falar a verdade, os historiadores marxistas comprometidos *simultaneamente* com os conceitos da Revolução Francesa como uma revolução burguesa e da República Jacobina como a corporificação das suas conquistas mais avançadas tiveram problemas consideráveis para decidir exatamente quem representava a burguesia na era da Comissão de Salvação Pública, a qual tinha tanto orgulho de comerciantes quanto William Jennings Bryan de banqueiros orientais. A propósito, nem Engels nem Marx aceitaram uma visão da República Jacobina tão ingênua como esta.

Certamente, a interpretação jacobina da Revolução Francesa foi, em certa medida, “marxianizada” por Jaurès e seus seguidores, principalmente no sentido de que eles prestaram mais atenção do que seus predecessores aos fatores sociais e econômicos em sua origem e desenvolvimento e, particularmente, na mobilização de seu componente popular. No sentido mais amplo, a interpretação pós-Jaurès da Revolução Francesa como uma revolução burguesa não avançou significativamente para além da tese liberal de ter sido um levante que ratificou a longa ascensão da burguesia que, por volta de 1789, estaria pronta para substituir o feudalismo. Os marxistas permaneceram dentro dos limites da interpretação jacobina também a esse respeito. Os artigos bem conhecidos de George V. Taylor sobre a “riqueza não capitalista” que, mais ainda do que Cobban, formam o ponto de partida real para o revisionismo, não eram tanto críticas aos pesquisadores marxistas ou jacobinos do assunto, que mal existiam, quanto demonstrações de que não bastava *assumir* que a burguesia tinha surgido, mas o termo deveria ser definido e o surgimento, demonstrado.¹⁵

Em resumo, os marxistas tiraram bem mais da historiografia republicana da Revolução Francesa, tal como ela se desenvolveu no século XX, do que contribuíram para ela. No entanto, não há dúvidas de que fizeram dessa historiografia a sua própria e, portanto, asseguraram que um ataque ao marxismo deveria ser também um ataque àquela historiografia.

A REVISÃO QUE SUBSISTE

O que vimos nos últimos vinte anos aproximadamente é uma reação historiográfica maciça contra essa visão canônica. Vinte anos atrás, Lefebvre foi louvado, em termos extravagantes, por John McManners na *New Cambridge Modern History*, e sua síntese foi considerada completa. Crane Brinton, que dificilmente compartilharia algo com o leninismo, basicamente rejeitou o livro de Alfred Cobban, *Social interpretation of the French Revolution* — a pedra angular do revisionismo moderno —, como o trabalho de um historiador fora de moda, antitéorico, o qual, uma vez que nem alguém como ele pode deixar de “interpretar”, mostrou algo muito mais simplório do que aquilo que rejeita.¹ No entanto, em 1989, um livro excelente e equilibrado baseado na velha visão — *The French Revolution*, de Georges Rudé — foi repudiado como o trabalho de alguém que “está preocupado com a distribuição da carga quando o navio já foi torpedeado [...] e já está no fundo do mar”, e como “uma recapitulação de velhas idéias, não mais confiáveis à luz de pesquisas recentes. Não se ajusta aos fatos tal como são percebidos hoje”.² E um historiador francês descreve o trabalho de François Furet como “diffuser les thèses de Cobban et de ses successeurs [difundir as teses de Cobban e de seus seguidores]”.³ Duvido que, em algum período anterior, a historiografia revolucionária francesa tenha passado por tão dramática revisão de julgamento como esta.

O forte extremismo de algumas afirmações correntes deve nos alertar que estamos lidando com algo mais do que puras emoções acadêmicas. Da mesma forma, as afirmações do tipo “os fatos, tal como são percebidos hoje” [grifo meu], que significa não os fatos,

mas nossa interpretação deles. Isso se confirma pela tentativa de mostrar que a Revolução Francesa foi, de certo ângulo, *não importante*, o que não apenas é implausível mas também contra a opinião universal do século XIX. Em resumo, que a Revolução Francesa foi o oposto mesmo da mudança social inevitável na qual pensava o jovem Benjamim Constant, o primeiro e mais moderado dos grandes liberais burgueses moderados, quando escreveu em 1796: “Ao final, devemos curvar-nos à necessidade que nos impele para a frente, devemos parar de ignorar a marcha da sociedade”.⁴ Mas, segundo uma opinião recente, a Revolução Francesa foi “puro acaso em sua origem e ineficaz em seu resultado”.⁵ De fato há ideólogos, alguns deles historiadores, que escrevem como se a Revolução pudesse ser escrita fora do enredo da história moderna, sem que se afete a sua narrativa básica — embora o autor da última citação não esteja entre eles. O absurdo da hipótese de que a Revolução Francesa seria simplesmente um deslize na longa e gradual marcha da França eterna é patente.

A justificação oficial para essa reviravolta é, dizem, a acumulação de pesquisa que tornou a antiga abordagem insustentável. De fato, houve um impressionante crescimento da pesquisa nesse campo, embora não tanto na França e certamente não entre os revisionistas desse país. Paradoxalmente, a mais bem cotada ortodoxia historiográfica do pós-guerra, a escola dos *Annales* (na medida em que era uma escola), prestou pouca atenção naquilo que era considerado fenômenos superficiais da história de acontecimentos tais como a política, incluindo aí as revoluções. Essa é talvez a razão por que a história da Revolução Francesa foi deixada fundamentalmente aos marxistas, os quais acreditavam que as revoluções são acontecimentos históricos importantes. O que a maioria dos revisionistas franceses está fazendo é, para citar o título do livro de François Furet, *Pensando a Revolução Francesa* (*Penser la Révolution Française*) ou seja, ajustando de forma diferente os fatos conhecidos. Os tais novos fatos, tal como estão circulando, são em grande parte devidos a pesquisadores ingleses e americanos. Em seis páginas de referência de um trabalho revisionista recente, escolhidas ao acaso, encontrei 89 referências a trabalhos estran-

geiros e 51 a franceses.⁶ Dado o orgulho nacional dos acadêmicos franceses e a centralidade da Revolução Francesa em sua história nacional, poder-se-ia suspeitar que a inclinação ideológica tenha ajudado a fazer com que alguns deles se tornassem tão prontamente receptivos a opiniões estrangeiras. De qualquer modo, o começo do revisionismo remete a uma época anterior à disponibilidade dessa nova pesquisa, ou seja, ao ataque de Alfred Cobban (1901-1968) ao conceito da Revolução Francesa como uma revolução burguesa, em 1955.⁷ Em resumo, o argumento não tem sido feito com base em fatos, mas em interpretações.

Pode-se ir até mais longe. O argumento revisionista não é exatamente sobre a Revolução Francesa, mas sobre as grandes generalizações historiográficas e políticas que podem ser lidas nela. Um leitor historiograficamente não comprometido — por exemplo, um sociólogo bem informado — sempre pode enfatizar que, sobre os fatos da situação, há muito pouca discórdia entre os revisionistas e o melhor da velha erudição,⁸ embora os esboços históricos do falecido Albert Soboul (mas não seu extraordinário trabalho sobre os *sans-culottes* parisienses) deixem margem para as zombarias de Furet sobre “uma espécie de vulgata leninista-populista”.⁹ Se Georges Lefebvre tivesse publicado seus trabalhos não nas décadas de 1920 e 1930 mas, como um pesquisador desconhecido, nas décadas de 1960 e 1970, eles dificilmente teriam sido lidos como pilares de uma ortodoxia que deve ser hoje questionada. Teriam sido lidos como uma contribuição a sua revisão.¹⁰

Um exemplo é ilustrativo. Um dos maiores argumentos revisionistas contra considerar a Revolução Francesa uma revolução burguesa é que tal revolução, na hipótese marxista, deveria, por direito, ter impulsionado o capitalismo na França, quando é evidente que a economia francesa não esteve particularmente bem nem durante nem após a época revolucionária (“Le mythe marxiste assimilant la révolution à une étape décisive dans le développement de l'économie capitaliste est facilement démentie par la stagnation de l'économie pendant la période révolutionnaire et au delà”).¹¹ No mínimo, o desenvolvimento econômico da França no século XIX estava atrás do de muitos outros países. O primeiro fato já era bem

conhecido por Frederick Engels, que o comentou aparentemente sem imaginar que poderia invalidar suas análises.¹² O segundo foi geralmente aceito por muitos historiadores econômicos da primeira metade deste século, incluindo marxistas. O grande corpo de literatura sobre “o atraso econômico” francês o atesta, embora a pesquisa mais moderna abra espaço para o revisionismo também nesse campo. Contudo, George Lefebvre não apenas considerou certos os efeitos negativos da Revolução Francesa sobre o desenvolvimento subsequente do capitalismo francês, mas especificamente tentou explicá-lo por meio da análise do contexto agrário da Revolução. Explicações semelhantes foram usadas até mesmo pelo porta-bandeira da ortodoxia da revolução burguesa, Albert Soboul, para dar conta do atraso relativo do capitalismo francês quando comparado ao britânico.¹³ Ambos podem ser legitimamente criticados, mas não por terem falhado em notar e analisar o que parece tão evidente para seus críticos. Os argumentos sobre interpretações e argumentos sobre fatos são de tipos diferentes.

Isso não implica, é claro, negar que a pesquisa sobre a Revolução Francesa tenha avançado de modo bastante impressionante desde a Segunda Guerra Mundial — provavelmente mais do que em qualquer período desde o quarto de século que precedeu 1914 — e que, portanto, sua historiografia requeira ampliar-se, atualizar-se, rever-se e modificar-se para incluir novas questões, novas respostas e novos dados. Esse é, acima de tudo, o caso para o período que suscitou a Revolução. Por exemplo, a afirmação de Lefebvre de que “a reação aristocrática, crescendo e tomando forma rapidamente desde o final do reinado de Luís XIV, é a característica mais importante da história francesa do século XVIII” não se sustentou e, no presente, é difícil ver alguém tentando ressuscitá-la.¹⁴ Mais genericamente, a história revolucionária deve, daqui em diante, buscar conhecer melhor as regiões e grupos da sociedade francesa desprezados pela historiografia tradicional e orientada politicamente: sobretudo as mulheres, as partes “apolíticas” do povo francês e os contra-revolucionários. É bem menos claro que deva preocupar-se com as modas contemporâneas de análise, como fazem alguns historiadores — a história como “retórica”, a revolução como simbolismo, desconstrução e coisas parecidas.

É também inegável que a historiografia francesa republicana tradicional, antes e depois de sua convergência e interpenetração com a versão marxista, tendeu a se tornar tanto uma ortodoxia pedagógica como ideológica, altamente resistente à mudança. Para ilustrar com um exemplo relativamente menor: na década de 1950, a sugestão de R. R. Palmer e Jacques Godechot de que a Revolução Francesa fazia parte de um movimento atlântico mais amplo contra os antigos regimes ocidentais¹⁵ enfrentou uma indignada oposição nos círculos históricos marxistas, embora a idéia fosse sugestiva e interessante e ambos os autores pertencessem à principal corrente da historiografia republicana.¹⁶ As objeções eram essencialmente políticas. De um lado, os comunistas da década de 1950 eram tremendamente desconfiados do termo *atlântico*, na medida em que parecia reforçar a alegação ocidental de que os Estados Unidos e a Europa ocidental compunham um todo, em oposição à Europa do leste (como na *Organização do Tratado do Atlântico Norte*). Essa objeção ao atlanticismo, tanto na história quanto na política, introduziu-se de modo infeliz no campo acadêmico e era, aliás, partilhada por pesquisadores de um conservadorismo sem mácula.¹⁷ Por outro lado, a sugestão de que a Revolução Francesa não tinha sido um fenômeno singular e, historicamente falando, singularmente decisivo, parecia enfraquecer a singularidade e a importância mundial decisiva das “grandes” revoluções contemporâneas e futuras, para não falar do orgulho nacional dos franceses, especialmente dos revolucionários franceses. Se as ortodoxias eram tão sensíveis a modificações relativamente menores, então sua resistência a desafios maiores deveria ser bem mais forte.

Contudo, os desafios para interpretações ideológicas ou políticas não devem ser confundidos com revisões históricas, mesmo se as duas nem sempre possam ser separadas, especialmente em um campo político tão explosivo quanto é a história da Revolução Francesa. No entanto, quando consideramos o atual desafio — na medida em que é político e ideológico — há uma curiosa desproporção entre as paixões envolvidas e os objetivos a que se obrigam. Pois, tal como a extensão da democracia política em sociedades

parlamentares ocidentais foi a sombra que se projetou sobre os debates no primeiro centenário de 1789, assim também a Revolução Russa e as que a sucederam projetaram sua sombra sobre os debates ideológicos feitos na ocasião de seu bicentenário. As únicas pessoas que ainda atacam 1789 como tal são velhos conservadores franceses fora de moda e os herdeiros daquela direita que sempre se definiu pela rejeição de tudo o que foi trazido pelo Iluminismo. É claro que existem ainda muitas pessoas assim. A revisão liberal da história revolucionária francesa é inteiramente dirigida, via 1789, para 1917. É uma ironia da história que, ao fazê-lo, ela ataque precisamente — como vimos no primeiro capítulo — a interpretação da Revolução Francesa que primeiro foi formulada e popularizada pela própria escola de liberalismo moderado da qual pretende-se herdeira.

Daí vem o descontrolado uso de termos como *gulag* (uma palavra ruidosa nos círculos intelectuais franceses desde Soljenitsin), e da Orwellíngua de *1984*, as referências ao totalitarismo, a ênfase nos agitadores e ideólogos como os criadores de 1789 e a insistência nos jacobinos como os ancestrais do partido de vanguarda (Furet, atualizando Cochin). Daí a insistência no Tocqueville que viu continuidades na história contra o Tocqueville que viu a Revolução Francesa como criadora de uma “nova sociedade”.¹⁸ Daí, também, a preferir-se o velho Guizot, o qual pretendia que pessoas como ele “rejeitassem ambas as afirmativas: recusar tanto o retorno às máximas do Antigo Regime quanto qualquer adesão especulativa aos princípios revolucionários”,¹⁹ ao jovem Guizot que escrevera em 1820:

Direi ainda que a Revolução, trazida pelo desenvolvimento necessário de uma sociedade que progride, fundada em princípios morais, encarregada do projeto do bem geral, foi a batalha *terrível* mas *legítima* contra o privilégio, da liberdade legal contra o despotismo, e que apenas à Revolução pertence a tarefa de regular-se a si mesma, de purificar-se, de encontrar a monarquia constitucional para consumir o bem que começou e para reparar o mal que fez.²⁰

Daí, em resumo, a linha geral do argumento que favorece a reforma e a mudança gradual da Revolução e a linha específica do argu-

mento de que a Revolução Francesa pouco influenciou em relação à evolução da França, e que aquilo em que influenciou foi realizado a um custo mais alto do que valia.²¹

De fato, a hipótese de que a Revolução Francesa não conseguiu nada proporcional a seus custos é essencial às histórias da Revolução escritas como denúncias políticas contemporâneas, como é o caso do best-seller eloqüente e estilístico de Simon Schama, *Cidadãos*, pois deixa o autor livre para concentrar-se naquilo que é apresentado como horror e sofrimento gratuito. Não há dúvidas de que, no devido tempo, alguém que não mais saiba por que a Segunda Guerra Mundial foi feita, pelo menos na Europa, poderá escrever uma história maravilhosamente talentosa e amarga dessa guerra, na qual concluirá que ela foi uma catástrofe inútil e provavelmente evitável, que causou mais morte e destruição do que a Primeira Guerra Mundial e que conseguiu pouca coisa que não pudesse ser obtida de outro modo. Certamente é mais fácil analisar esses acontecimentos de uma distância descomprometida, se eles são suficientemente remotos para que o envolvimento seja opcional. Schama não está envolvido no assunto como um especialista, pois, embora seja extremamente bem informado, seu livro não se destaca por sua contribuição ao conhecimento já adquirido. A escolha feita pelo autor, de uma narrativa centrada em incidentes e pessoas específicas, evita nitidamente os problemas de perspectiva e generalização. E, escrevendo 150 anos após Carlyle, cuja brilhante técnica da história de efeito ele retomou, Schama não mais se sente parte do drama como Carlyle era, mas apenas um cronista desencantado dos crimes e loucuras da humanidade.

No entanto, embora seja muito natural para os intelectuais liberais usar a experiência da Revolução Francesa como um argumento contra as revoluções comunistas modernas e, inversamente, avaliar criticamente Robespierre à luz de Stalin ou Mao — como de fato os próprios historiadores soviéticos estão fazendo agora —, a olho nu, os perigos de uma revolução social do tipo da russa ou chinesa, ou, se se preferir, da cambodjana ou da peruana do *Sendero Luminoso* parecem muito remotos nos países desenvolvidos da década de 1980, incluindo a França — muito mais remotos, de fato,

do que pareciam os possíveis perigos da democracia em 1889. Foi natural para historiadores que viveram a experiência de atrocidades muito maiores do que as de 1793-1794 situar sua origem na década de 1790, tal como foi natural para historiadores britânicos que viveram durante a Segunda Guerra Mundial reconsiderar o Terror do ano II como possivelmente o primeiro exemplo da guerra de mobilização total planejada que haviam recentemente experimentado. Contudo, por que alguém, exceto aqueles que sempre recusaram 1789, haveria de insistir na Revolução Francesa como um exemplo do que pode acontecer quando revoluções não são evitadas, ou apresentar estimativas maximizadas das perdas e destruições que ela trouxe para a França — algo que nenhum historiador tentou esconder — quando, dentre todos os perigos reais para o tecido social da França ou de todas as sociedades modernas urbanizadas, os oferecidos pelos sucessores de Robespierre e Saint-Just são, provavelmente, os mais desprezíveis? Existe uma desproporção total entre o mero fato do bicentenário em um mundo ocidental relativamente estável e as paixões que fez surgir na França, embora se deva dizer que em outros lugares a ocasião foi comemorada dentro de um espírito menos litigioso.

O que era explosivo na França de 1989 não era o estado do país, mas as paixões de seus intelectuais, especialmente daqueles com visibilidade na cada vez mais importante mídia de opinião, que lhes deu um destaque pouco comum.²² O ataque revisionista contra a Revolução refletiu não um perigo detectado de revolta social, mas um ajuste de contas na Rive Gauche de Paris. Um ajuste de contas principalmente com o passado dos próprios escritores, ou seja, com o marxismo, que, como notou Raymond Aron, foi a base geral das volúveis modas ideológicas que dominaram a cena intelectual de Paris por trinta anos, após a Libertação.²³ Os detalhes desse capítulo da história intelectual da França não precisam nos ocupar aqui. Sua origem remonta ao período do fascismo, ou melhor, do antifascismo, quando a ideologia tradicional do Iluminismo e dos valores republicanos — da crença na razão, na ciência, no progresso e nos Direitos do Homem — convergiu com o comunismo, no exato momento em que este se tornava firme e

implacavelmente stalinista, e não menos no doméstico Partido Comunista Francês, de modo que, entre 1935 e 1945, ele se tornou contíguo com a tradição jacobina nativa, e também a maior organização política do país.

Certamente nem todos os intelectuais da esquerda eram ou se tornaram membros do Partido Comunista, embora o número de estudantes que entraram para esse partido na França do pós-guerra, especialmente em algumas instituições de elite, tenha sido impressionante: durante a primeira Guerra Fria, algo em torno de um quarto de todos os estudantes da *École Normale Supérieure* da rua d'Ulm, conhecida como um estabelecimento que mantinha as tradições da esquerda republicana, possuía a carteira do PCF.²⁴ (Antes da guerra, o Quartier Latin tinha sido dominado principalmente pelos estudantes da ultradireita.) No entanto, independente do fato de os intelectuais pertencerem ou não ao partido, é certo que “da Libertação até 1981, o PCF exercia uma fascinação hipnotizadora sobre a intelligentsia radical da França” porque representava a base de massa da esquerda — de fato, com o declínio do velho Partido Socialista antes de sua reconstituição em novas bases por Mitterand, o PCF era praticamente o único representante político da esquerda.²⁵ Além disso, uma vez que praticamente todos os governos, do final da unidade antifascista (1947) até a década de 1980 foram, com exceções momentâneas, baseados no centro e na direita (gaullista), os intelectuais raramente se sentiram tentados a abandonar a postura oposicionista de esquerda. O repensar seriamente as perspectivas políticas de esquerda — que poderiam ter sido sugeridas pelas experiências européias das décadas de 1950 e 1960 — pôde ser adiado até depois do gaullismo e, a não ser por um breve momento de retórica rebelde e ilusão ao final dos anos 60, não pareceu sequer necessário. O afastamento do general De Gaulle e o fim das ilusões de 1968 também marcaram o fim da era da hegemonia intelectual *marxisant*. O recuo na França foi tremendamente dramático, porque a distância entre a alta teoria abstrata e a realidade social com a qual ela deveria, de algum modo, estar relacionada, tornou-se insuperável — exceto pelas tramas da sutileza filosófica, que não poderiam ter peso algum. Em todo caso,

as modas intelectuais ditam as cores ideológicas a serem usadas durante o ciclo corrente, da mesma forma que a *haute couture* dita as cores da estação. Logo tornou-se mais difícil encontrar marxistas do que positivistas no velho estilo, e os que sobraram foram abandonados como um chapéu velho. Mesmo antes de sua morte, Jean-Paul Sartre havia se tornado alguém que não interessava. Quando, após a sua morte, um editor americano quis comprar os direitos da edição de sua biografia, que ele naturalmente imaginava que estivesse sendo preparada, descobriu que nenhum editor francês havia julgado valer a pena investir em tal trabalho.* Sartre sumira de vista no Quinto Arrondissement, embora o sucesso da biografia de Annie Cohen-Solal na França e em diversos outros países tenha demonstrado que o nome ainda significava muito para um público mais amplo.

A crise do marxismo afetou a Revolução Francesa por razões gerais e específicas. Em termos gerais, a Revolução, e especialmente o jacobinismo, tinha sido a imagem em relação à qual a esquerda francesa havia se formado, como vimos. Em termos específicos, como Tony Judt argumentou, a história revolucionária francesa, em um sentido real, *substituiu* uma grande parte da pesquisa e da teoria política da esquerda francesa.²⁶ A rejeição das antigas crenças radicais implicou, automaticamente, um ataque revisionista na história da Revolução. No entanto, e isso não passou despercebido por Judt, esse ataque não era contra a interpretação marxista, mas contra aquilo que os intelectuais radicais franceses vêm fazendo desde a década de 1840 — e, como vimos, aquilo que os intelectuais liberais franceses vêm fazendo desde a década de 1810. É um ataque contra o corpo principal da tradição intelectual francesa: Guizot e Comte são vítimas tão inevitáveis quanto Marx.

No entanto, existem outras razões que não as intelectuais para explicar por que, desde a década de 1970, esse rebaixamento da Revolução Francesa se tornou menos inconcebível do que teria

(*) De fato, foi encontrado um autor, o livro foi encomendado (em francês) por Nova York e os direitos de edição foram vendidos aos franceses.

sido antes. A primeira dessas razões é especificamente francesa. A profunda transformação do país desde a Segunda Guerra Mundial tornou-o, em alguns aspectos, quase irreconhecível para aqueles que o conheceram antes da Segunda Guerra. Muito do ceticismo a respeito de a Revolução Francesa ter sido uma revolução burguesa emerge da comparação entre a França de hoje — urbanizada, high-tech, industrializada, modernizada — e a França claramente rural e pequeno-burguesa do século XIX; entre a França da década de 1940, com seu contingente populacional agrário de 40% e a França da década de 1980, na qual 90% da população não se ocupa de atividades rurais. A transformação econômica do país desde a Segunda Guerra Mundial não tem realmente nada que ver com 1789. Assim, o analista pode bem se perguntar: o que a revolução burguesa fez para o desenvolvimento capitalista? A questão não é impertinente, embora seja fácil ignorar o fato de que, pelos padrões do século XIX, a França estava entre as economias mais desenvolvidas e industrializadas, e que o contraste com outras economias capitalistas europeias antes de 1914 e desde 1870 é, talvez, igualmente impressionante.

Novamente, a visão de que a Revolução Francesa não é mais relevante para a França, que está acabada, que seu trabalho foi finalmente concluído — visão proposta por Furet e outros durante o período do bicentenário — é ao menos compreensível se avaliarmos a descontinuidade extraordinária entre a política do país antes e depois da Quarta República — ou seja, a continuidade extraordinária entre 1789 até, digamos, 1958. Durante todo esse período, a linha entre direita e esquerda políticas separava de fato aqueles que aceitavam 1789 e aqueles que o recusavam e, após o desaparecimento da opção “bonapartista” (que era, em termos franceses, uma subvariedade da tradição revolucionária), separava aqueles que acreditavam na República e aqueles que a rejeitavam. Aqui, a Segunda Guerra marca a transformação. Ao contrário de Pétain, cujo regime teve os clássicos traços da reação anti-1789, De Gaulle, embora com raízes tradicionais católicomonarquistas, foi o primeiro líder genuinamente republicano de direita. A política da Quinta República realmente foi muito dife-

rente da de suas predecessoras, embora até mesmo a Quarta República, com sua eliminação temporária da velha ultradireita e a proeminência (também temporária) de um partido católico-democrático, tenha se afastado um pouco da tradição. É verdade que a esquerda tradicional republicana também surgiu, aparentemente mais poderosa do que nunca, da Resistência formada nos tempos da guerra, que se tornou a legitimação ideológica da França do pós-guerra, pelo menos para uma geração. E a esquerda republicana, em suas versões radical, socialista e comunista, fundiu a tradição de 1789 com a da Resistência. Contudo, essa esquerda, em sua forma organizada, foi logo vista ou como isolada ou como decadente. O socialismo radical, central para a Terceira República, empalidecia cada vez mais e nem mesmo os talentos de Pierre Mendès-France puderam deter seu declínio. O Partido Socialista mal sobreviveu à Quarta República e parecia que estava para desaparecer da vista, até que François Mitterrand recriou-o no começo da década de 1970 em um formato que tinha pouco que ver com a velha “Seção Francesa da Internacional Socialista”. O Partido Comunista manteve-se por uma geração dentro de uma espécie de gueto ou fortaleza, cujas defesas mantinham longe as intrusões do final do século xx, mas seu próprio declínio na década de 1980 foi tanto mais espetacular. Não admira que os meninos-maravilhas, jovens ou mesmo de meia-idade, da *École Nationale d'Administration* (fundada no pós-guerra) e outros tecnocratas e comentaristas políticos vissem a Revolução Francesa como algo muito longe da política francesa atual.

Contudo, até a década de 1940, as coisas não tinham sido assim. Mesmo em termos pessoais, a Revolução Francesa estava, por assim dizer, ao alcance de jovens homens e mulheres que (como este autor) cantavam versões da revolucionária *Carmagnole*, dirigidas apropriadamente contra os reacionários nas demonstrações da Frente Popular na década de 1930. Não mais do que três passos ligavam os jovens revolucionários daqueles anos a Gracchus Babeuf, cuja Conspiração dos Iguais tinha sido mantida na memória por seu companheiro Filippo Buonarroti (1761-1835) em um livro influente sobre sua história.²⁷ Buonarroti, que foi con-

vincentemente retratado como “o primeiro revolucionário profissional”, iniciou uma daquelas vanguardas revolucionárias secretas das quais seu seguidor Auguste Blanqui (1805-1881) tornou-se líder por inspiração, transformando o povo jacobino no “proletariado” do século xix.²⁸ A Comuna de Paris de 1871 representou o breve momento de triunfo para esses comunistas franceses pré-marxistas. Seu último membro sobrevivente, Zéphyrin Camélinat (nascido em 1840), morreu como membro do Partido Comunista Francês no ano recente de 1932.

Mais ainda, a historiografia acadêmica da Revolução Francesa era a carne e os ossos daquela Terceira República cuja permanência política foi assegurada por uma associação entre os descendentes do liberalismo de 1789 e do jacobinismo de 1793 contra os inimigos da Revolução e da República. E o era até mesmo bibliograficamente. Seus grandes historiadores foram homens do povo, que vinham de famílias de camponeses, artesãos ou trabalhadores e, muito freqüentemente, filhos ou pupilos daqueles professores primários que foram o clero secular da República (Soboul, Vovelle); homens que atingiram os mais altos postos na academia através das passagens estreitas, mas acessíveis, que o sistema educacional republicano abria para o talento, os quais esperavam trabalhar para sua honra acadêmica enquanto permaneciam professores de segundo grau ao longo de grande parte de suas carreiras. Eram franceses de uma época em que o órgão teórico *de facto* da República, o satírico *Le Canard Enchaîné*, concebia seus leitores como essencialmente homens (mulheres certamente não, ainda) empregados nos Serviços Postais e Telegráficos em cidades como Limoges, que odiavam os padres e o “dinheiro grande”, que tinham um gosto especial para Vouvray e Juliéna em cafés de esquina, uma relutância em pagar impostos que eram, por definição, excessivos, e uma visão cínica dos senadores radical-socialistas. Quão remota essa França parece hoje, quando mesmo homens apaixonadamente devotados à tradição revolucionária sentimentalizam-na ironicamente, como Régis Debray ao mencionar “o jardim da França como era em 1930, aquele acolhedor hexágono de colinas e bosques, de conselheiros locais e trezentas va-

riedades de queijo, ao qual o radicalismo agregou o barrete frígido e Jean Giraudoux, suas metáforas”.²⁹

Esses historiadores pertenciam a uma França não reconstruída, antiga e pré-tecnológica, mesmo no sentido de que o grande Mathiez mantinha-se em contato com o mundo sem um telefone e nem ele nem Georges Lefebvre possuíam máquina de escrever ou sabiam datilografar.³⁰ Não eram ricos nem estavam na moda; eles estavam enraizados em cidades provincianas e, se chegaram a Marx, foi pela estrada não-teórica do “homem do povo” francês procurando a posição mais radical no espectro político.

Sua França não era a de hoje, na qual os jovens executivos (*jeunes cadres*) e os intelectuais da mídia são, de longe, figuras bem mais centrais do que o professor de escola, e na qual até mesmo as instituições que forneciam a principal forma de educação superior para jovens talentosos de famílias simples, as *Écoles Normales Supérieures* (não parisienses) ou os colégios de treinamento de professores, são cada vez mais apropriadas por crianças da alta classe média estabelecida.³¹

Sob estas circunstâncias, não surpreende que a Revolução Francesa hoje pareça consideravelmente mais remota das realidades da França do que parecia até mesmo na década de 1930, para não falar do começo da década de 1900, o período após o Caso Dreyfus, quando a França ainda parecia estar convulsionada pela luta entre aqueles que saudavam os destruidores da Bastilha e os que os execravam. A própria Paris, a cidade da Revolução *par excellence*, é hoje um habitat enobrecido da classe média; aqueles que um dia foram chamados de “o povo” se deslocam até lá para o trabalho diário, a partir de subúrbios periféricos ou cidades-satélites, deixando, ao anoitecer, suas ruas vazias e os bistrôs de esquina fechados. Seu prefeito, em 1989, era um ex-primeiro-ministro conservador e líder da direita francesa, e seu partido controlava não apenas a prefeitura da área central mas, sem exceção, cada um dos vinte *arrondissements* da capital. Se a França mudou tão drasticamente, por que não mudaria a história de sua Revolução?

O revisionismo histórico fora da França foi bem menos politizado, pelo menos desde os dias de Cobban, cuja revolta contra

Georges Lefebvre somente pode ser entendida no contexto dos receios liberais em relação ao comunismo soviético e à expansão soviética nos anos da primeira Guerra Fria. O próprio Cobban era um combatente nessa guerra, o suficiente para colocar na lista negra seu próprio discípulo, o professor secundário comunista George Rudé, cuja carreira acadêmica, conseqüentemente, teve de ser feita não na Grã-Bretanha, mas na Austrália do Sul e, depois, no Canadá. A maioria dos pesquisadores revisionistas, desde então, não foi mais mobilizada por tais paixões explícitas. Como podemos, então, explicar o recuo geral acadêmico da interpretação tradicional durante o último quarto de século?

Uma das razões é, certamente, que os historiadores são cada vez mais movidos por incentivos que se tornam mais prementes na medida em que a profissão acadêmica, como tal, se expande: por aquilo que Crane Britton, em sua resenha de Cobban, chamou de “a coerção — nenhum outro termo mais suave serviria — sobre o historiador e, em particular, sobre o jovem pesquisador que necessita se estabelecer, ser original [...] O historiador criativo, como o artista criativo, é obrigado, em nosso tempo, a produzir algo novo na forma de uma ‘interpretação’. Em resumo, é obrigado a ser um *revisionista*”.³² A Revolução Francesa é, indubitavelmente, o único campo na história em que o incentivo para se produzir uma versão revisionista, ou seja, para rejeitar-se a visão estabelecida, é irresistível. Isso é particularmente visível nesse campo porque a própria Revolução Francesa é uma característica muito central de nossa paisagem histórica e porque — por exatamente essa razão — seu estudo nas universidades britânicas e americanas tem sido mais cultivado do que a maioria dos outros assuntos pertencentes à história de Estados estrangeiros. Contudo, embora isso dê conta de alguns dos revisionismos no campo, não dá conta de todo o revisionismo.

O liberalismo anticomunista, é claro, também permanece como um fator de importância, e assim tem sido desde que o falecido J. L. Talmon começou a explorar essa linha de pensamento — reconhecidamente usando um modo de discurso algo diferente — em seu livro *Origins of totalitarian democracy*, do final da década de 1940.³³ Seria um erro sério subestimar a opinião de alguns

historiadores liberais de que o jacobinismo deve ser rejeitado por causa da descendência ideológica que produziu, embora seja fácil entender esses sentimentos na década de 1980 quando vêm de intelectuais dos países comunistas. O filme *Danton*, de Wajda, feito em 1982, é claramente menos sobre Paris do ano II do que sobre Varsóvia de 1980. No entanto, esse é um fator secundário.

Por outro lado, os fatores já notados no caso francês ajudam a explicar a ascensão do revisionismo em outros lugares, ainda que tenha gerado bem menos má vontade política, ideológica e pessoal fora de Paris. Em alguns aspectos, o contexto do revisionismo não francês é mais esclarecedor, porque nos permite ver que está envolvido nele algo mais do que o recuo internacional do marxismo. É claro que isso também está presente. O marxismo, como vimos, havia integrado em seu próprio modelo histórico de mudança social revolucionária tanto a tradição liberal francesa original quanto a historiografia republicana de esquerda do século XX. Ao final da Segunda Guerra Mundial, uma versão monolítica e monocêntrica do marxismo, corporificada na ideologia dos partidos comunistas alinhados com Moscou, estava em seu apogeu; e os próprios partidos, depois do mais bem-sucedido período de sua história, estavam no ápice de seu tamanho, poder e influência — e não menos sobre os intelectuais europeus de esquerda. Para fins práticos, o “marxismo” significava esse conjunto de doutrinas, uma vez que outras organizações que diziam representar essa teoria eram politicamente desimportantes — com raras exceções — e os teóricos não ortodoxos de dentro e de fora dos partidos comunistas estavam geralmente isolados e eram marginais até mesmo dentro da extrema esquerda.³⁴ A unidade antifascista nacional e internacional que havia tornado isso possível começou a quebrar, visivelmente, entre 1946 e 1948, mas, paradoxalmente, a primeira Guerra Fria ajudou a manter unido o campo comunista (ou seja, *de facto* o marxista) até que rachaduras aparecessem dentro da própria Moscou em 1956.

As crises na Europa oriental em 1956 levaram os intelectuais a um êxodo em massa dos partidos comunistas ocidentais, embora não necessariamente da esquerda e nem mesmo da esquerda

marxista. Durante a seguinte década e meia, o marxismo tornou-se politicamente pluralista, dividiu-se entre partidos comunistas de diferentes orientações e fidelidades internacionais, entre grupos dissidentes marxistas de várias tendências que agora adquiriam alguma significação política (por exemplo, as seitas rivais do trotskismo), entre novos agrupamentos revolucionários atraídos pelo que era agora a ideologia da revolta e da revolução social por excelência, e entre outros movimentos ou correntes de extrema esquerda sem perfis claros em termos de organização e de outros traços, em que a influência de Marx competia com a daqueles a quem ele próprio teria reconhecido como os herdeiros de Bakunin. Os velhos partidos comunistas ortodoxos, mais ou menos alinhados com Moscou, provavelmente permaneceram, de longe, como o maior componente da esquerda marxista no mundo não-socialista, mas mesmo dentro do marxismo cessaram de aspirar a uma unidade monolítica, e era agora aceita uma variedade de interpretações marxistas, freqüentemente associadas com escritores marxistas do passado, famosos mas até então marginalizados, ou então com escritores desejosos de aproximar Marx das várias doutrinas acadêmicas importantes ou da moda.

A extraordinária expansão da educação superior criou um corpo de estudantes e intelectuais muito maior, em termos relativos e absolutos, do que qualquer outro estrato comparável fora até então, e isso deu à radicalização política da década de 1960, da qual eles se tornaram a tropa de choque, um gosto pouco comum pela leitura e discussão teóricas, ou, em qualquer caso, pelo uso de um jargão baseado em frases tiradas de teóricos acadêmicos. Paradoxalmente, o ponto alto desse novo florescimento da escrita e da leitura marxistas, um tanto confusas, coincidiu com o pico de uma onda de prosperidade global — os anos de expansão imediatamente anteriores à crise do petróleo em 1973. Nas décadas de 1970 e 1980, a esquerda marxista estava recuando tanto política quanto ideologicamente. Nessa época, a crise afetava não apenas o marxismo não-governamental, mas também as doutrinas até então rígidas e oficialmente obrigatórias dos países que viviam sob regimes comunistas (os quais, no entanto, não mais

partilhavam nenhuma das versões dogmáticas da sua religião de Estado). A Revolução Francesa, como parte da linhagem marxista, foi uma evidente vítima desse processo.

Contudo, em um sentido mais genuíno, a profunda transformação social, econômica e cultural do mundo desde 1950 — e especialmente dos países capitalistas avançados — só poderia levar a esquerda marxista (ou melhor, as cada vez mais subdivididas e pouco permanentes esquerdas marxistas) a se repensar. Assim, as mudanças na posição do proletariado industrial — o qual, ainda que mostrasse sinais de querer ser o coveiro do capitalismo, não mais parecia grande o suficiente para sê-lo de modo plausível — e as mudanças nas estruturas e aspectos do capitalismo tendiam a roer pelas bordas as teorias tradicionais das revoluções tanto proletárias como burguesas, das quais a interpretação canônica da Revolução Francesa havia se tornado parte integral. De fato, a questão sobre o que exatamente constituía uma revolução burguesa, e se tais revoluções realmente trariam uma burguesia ao poder mesmo quando ocorressem, começou a preocupar alguns dos marxistas na década de 1960 (na Grã-Bretanha, por exemplo), e um recuo diante da posição clássica podia ser notado.³⁵

No entanto, não apenas os marxistas se preocupavam com o assunto. A revolução burguesa tornou-se central para inúmeros debates entre historiadores que não eram nem um pouco marxistas em sua orientação (a não ser que uma boa parte da análise e da problemática marxistas tenha sido imperceptivelmente absorvida pelos mais sérios historiadores nos últimos cinquenta anos) e também para os debates das décadas de 1960 e 1970 sobre as raízes do Nacional Socialismo alemão. Se houve um Sonderweg alemão que levou a Hitler, isso se deveu à falência da revolução burguesa alemã de 1848, ao contrário do liberalismo francês e do britânico, que tiveram confiança em uma revolução vitoriosa atrás de si — fosse ou não burguesa. Por seu lado, os críticos da tese do Sonderweg argumentavam que a burguesia alemã tinha conseguido a sociedade que queria ou precisava, ainda que não tivesse feito uma revolução bem-sucedida.³⁶ No entanto, com ou sem revolução, a burguesia conseguiu seus fins em algum lugar? O antigo regime não

sobreviveu por quase toda parte na Europa, no final do século XIX, como argumentou um historiador (de esquerda)³⁷ Por certo, sustentou-se de modo convincente que, mesmo na primeira economia industrial, os industriais não eram nem a classe governante nem, de modo algum, os mais ricos e influentes membros da classe média.³⁸ O que, *de fato*, era a burguesia do século XIX? A história social, que havia se concentrado em investigar as classes trabalhadoras por toda uma geração, descobriu agora que sabia realmente muito pouco sobre as classes médias e começou a remediar a sua ignorância.³⁹

Na verdade, a questão estava longe de ser puramente acadêmica. Assim, na Grã-Bretanha de Margareth Thatcher, os paladinos do neoliberalismo radical desse regime explicavam que o declínio da economia britânica se deveria ao fracasso do capitalismo britânico, outrora, em romper decisivamente com o passado não-capitalista e aristocrático e, portanto, em abandonar os valores que bloqueavam o caminho para um crescimento baseado no mercado — de fato, explicavam que Thatcher havia completado a revolução burguesa que Cromwell tinha deixado incompleta.⁴⁰ (Paradoxalmente, essa linha de argumentação convergia com outra que uma tendência dos marxistas britânicos usava para seus próprios fins.)

Em resumo, o revisionismo na história da Revolução Francesa é, simplesmente, um aspecto de um revisionismo muito maior sobre o processo do desenvolvimento ocidental — e mais tarde global — na era do capitalismo e em seu interior. Não afeta apenas a interpretação marxista, mas também a maioria das outras interpretações históricas desse processo, pois, à luz das mudanças um tanto extraordinárias que transformaram o mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial, todas elas defrontam-se com a necessidade de se repensarem. Não há precedentes históricos para mudanças tão rápidas, profundas e, em termos socioeconômicos, tão revolucionárias, em um período tão curto. Muito daquilo que não foi notado tornou-se visível à luz dessa experiência contemporânea. Muito do que foi tomado como certo abre-se agora à interrogação. Além disso, não são apenas as origens históricas e o desenvolvimento da sociedade moderna que pedem alguma recon-

sideração, mas os próprios objetivos de tais sociedades como os aceitaram desde o século XVIII todos os regimes modernos e modernizantes, capitalistas e (desde 1917) socialistas — principalmente o objetivo de crescimento econômico e progresso tecnológico ilimitados. Os debates sobre aquilo que tradicionalmente (e legitimamente) é considerado um episódio central no desenvolvimento do mundo moderno e um dos seus marcos mais destacados devem ser colocados no contexto mais amplo do final do século XX, reconsiderando seu passado e seu possível futuro à luz da transformação mundial. Contudo, por que deveria a Revolução Francesa tornar-se o bode expiatório de nossa inabilidade para entender o presente?

No entanto, com ou sem revisionismo, não nos esqueçamos daquilo que era óbvio para todas as pessoas instruídas no século XIX e que ainda é óbvio: a centralidade e a relevância da Revolução Francesa. O próprio fato de que, após duzentos anos, ainda foi o foco de debates políticos e ideológicos apaixonados, tanto acadêmicos quanto públicos, é prova disso. Ninguém perde a cabeça por causa de assuntos ultrapassados. Em seu segundo centenário, a Revolução Francesa não degenerou em uma celebração nacional do tipo “Parabéns a você”, como o bicentenário da dos Estados Unidos, nem em mero pretexto para aumentar o turismo. Além disso, o bicentenário foi mais do que uma ocasião puramente francesa. Em grande parte do mundo, os meios de comunicação de massa, da imprensa à televisão, deram-lhe um grau de destaque raramente concedido a acontecimentos que pertencem a um único país estrangeiro, e em uma parte ainda maior do mundo as universidades concederam-lhe tratamento cinco-estrelas. Ambos comemoraram a Revolução Francesa na crença de que foi relevante para as preocupações contemporâneas.

Pois a Revolução Francesa foi, de fato, um conjunto de acontecimentos suficientemente poderoso e suficientemente universal em seu impacto para ter transformado o mundo *permanentemente* em importantes aspectos e para introduzir, ou pelo menos nomear, as forças que continuam a transformá-lo.

Mesmo se deixarmos de lado a França, cujas estruturas legais, administrativas e educacionais são ainda substancialmente as estru-

turas dadas ao país pela Revolução, que estabeleceu e nomeou os departamentos nos quais os franceses ainda vivem, as mudanças permanentes que podem remontar à Revolução Francesa são substanciais. Metade dos sistemas legais do mundo está baseada na codificação legal que a Revolução implantou. Países tão afastados de 1789 como o Irã islâmico e fundamentalista são Estados nacionais territoriais estruturados no modelo trazido ao mundo pela Revolução Francesa, junto com muito do nosso vocabulário político moderno.⁴¹ Cada um dos cientistas do mundo e, fora dos Estados Unidos, cada um dos leitores deste livro, mesmo hoje pagam tributo diário à Revolução Francesa ao usar o sistema métrico que ela inventou e propagou. Mais concretamente, a Revolução Francesa tornou-se parte das histórias *nacionais* de grandes áreas da Europa, da América e mesmo do Oriente Médio, por meio de seu impacto direto nos territórios e regimes — sem falar dos modelos políticos e ideológicos dela derivados e da inspiração ou medo de seu exemplo. Quem poderia entender, digamos, a história alemã desde 1789 sem a Revolução Francesa? Quem, de fato, poderia compreender qualquer coisa da história do século XIX sem ela?

Além disso, se alguns dos modelos estabelecidos pela Revolução Francesa, ou nela inspirados, não são mais de grande interesse prático, como por exemplo a revolução burguesa — embora fosse pouco sábio dizer o mesmo de outros modelos, como o Estado territorial fundado na cidadania ou “Estado-nação” —, outras de suas inovações mantêm seu potencial político. A Revolução Francesa deu aos povos a noção de que a história pode ser muda-da por sua ação. Deu-lhes também, a propósito, o que até hoje permanece como a mais poderosa divisa jamais formulada para a política da democracia e das pessoas comuns que ela inaugurou: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Esse efeito histórico não chega a ser negado quando se demonstra que, provavelmente (com exceções passageiras), a maioria dos franceses, mesmo a grande maioria das mulheres francesas, nunca se engajou na Revolução, ou foi pouco ativa, ou até, em certos momentos, hostil a ela; ou que, de qualquer modo, nunca foi muito entusiasta dos jacobinos; ou que a Revolução Francesa visava sobretudo a um governo “em

nome do povo”, mas raramente *do* povo, e muito menos *pelo* povo, como é também o caso da maioria dos regimes desde 1789; ou que os líderes da Revolução tendiam a identificar “o povo” com as pessoas “bem-pensantes”, o que também é o caso em alguns regimes. A Revolução Francesa demonstrou o poder das pessoas comuns de uma maneira que nenhum dos governos subsequentes jamais se permitiu esquecer — quando menos, na forma de exércitos destreinados, improvisados, recrutados, derrotando a coalizão das melhores e mais experimentadas tropas dos antigos regimes.

De fato, o paradoxo do revisionismo é que procura diminuir a significação histórica e a capacidade de transformação de uma revolução cujo impacto extraordinário e duradouro é absolutamente óbvio, a tal ponto que só pode ser negligenciado por uma combinação de provincianismo intelectual e visão estreita;⁴² ou então pela miopia monográfica que é a doença ocupacional dos pesquisadores especializados nos arquivos históricos.

O poder do povo, que não é a mesma coisa que a versão domesticada que se expressa em eleições periódicas pelo sufrágio universal, é visto raramente e mais raramente ainda exercido. Contudo, quando é visto, como em muitos continentes e ocasiões no próprio ano do bicentenário da Revolução Francesa — quando transformou os países da Europa oriental —, é um espetáculo irresistível e impressionante. Nenhuma revolução anterior a 1789 foi tão decisiva, evidente e imediatamente eficaz. Foi o que transformou a Revolução Francesa em uma revolução. Não pode haver revisionismo em fatos como: “No começo do verão de 1789, o conflito entre ‘aristocratas’ e ‘patriotas’, na Assembléia Nacional, parecia o tipo de luta sobre uma Constituição que já havia arruinado a maioria dos países europeus ocidentais desde a metade do século [...] Quando o povo interveio, em julho e agosto de 1789, transformou o conflito entre as elites em algo muito diferente”, quando menos por terem trazido, em questão de semanas, o colapso do poder e da administração do Estado e do poder da classe dominante rural no campo.⁴³ Foi isso que deu à *Declaração dos Direitos do Homem* uma ressonância muito maior do que a dos modelos americanos que a haviam inspirado: que fez com que as inovações

da França — incluindo seu novo vocabulário político — fossem mais rapidamente aceitas fora dela; que criou suas ambigüidades e conflitos; e, o que não é menos importante, que transformou a Revolução Francesa no acontecimento épico, terrível, espetacular e apocalíptico que lhe deu certa singularidade tão horripilante como inspiradora.

Foi isso que fez com que homens e mulheres pensassem na Revolução Francesa como “a mais terrível e crucial sucessão de acontecimentos em toda a história”.⁴⁴ Foi isso que fez Thomas Carlyle escrever: “A mim parece-me que, se houvesse a *História* correta (essa coisa impossível que chamo de História) da Revolução Francesa, ela seria o grande poema de nosso tempo, como se os homens que *pudessem* escrever a sua *verdade* valessem tanto quanto todos os outros escritores e poetas”.⁴⁵ E é isso que faz com que seja sem sentido para o historiador pinçar e escolher as partes desse grande levante que merecem louvor e as que devem ser rejeitadas. A revolução que se tornou “o verdadeiro ponto de partida da história do século XIX” não é este ou aquele episódio ocorrido entre 1789 e 1815, mas o seu todo.⁴⁶

Felizmente, a Revolução Francesa ainda está viva. Pois Liberdade, Igualdade e Fraternidade e os valores da razão e do Iluminismo — os valores que construíram a civilização moderna desde os tempos da Revolução Americana — são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós. É, portanto, uma boa coisa que, no ano de seu bicentenário, tenhamos a ocasião de pensar novamente sobre os acontecimentos históricos extraordinários que há dois séculos transformaram o mundo. Para melhor.

APÊNDICE

As páginas que se seguem, retiradas dos cadernos de Antonio Gramsci, antigo líder do Partido Comunista Italiano, escritas em uma prisão fascista em vários momentos entre 1929 e 1934, indicam como um revolucionário marxista extremamente inteligente usou, tanto para fins de compreensão histórica quanto para a análise política contemporânea, aquilo que julgava ser a experiência e significado do jacobinismo de 1793-1794. O ponto de partida são diversas reflexões sobre o Risorgimento italiano, cujo grupo mais radical, o Partido da Ação de Mazzini, é comparado desfavoravelmente com os jacobinos. Afora algumas observações interessantes sobre o fato de a "burguesia" não ser necessariamente a classe politicamente dominante em "regimes burgueses", as notas de Gramsci retomam essencialmente a comparação (não mencionada) entre duas "vanguardas" históricas: os jacobinos, dentro da referência à revolução burguesa, e os bolcheviques — pelo menos, na concepção de Gramsci sobre sua versão italiana — na era da revolução socialista. Ficará evidente que Gramsci via a tarefa dos revolucionários não apenas em termos de classe, mas (talvez principalmente) em termos da nação dirigida por uma classe.

Para as fontes de interpretação do jacobinismo — essencialmente os escritos do pós-guerra de Mathiez, que ele leu na prisão — e para um comentário crítico mais completo, veja-se Renato Zangheri, "Gramsci e il giacobinismo", Passato e Presente 19: Rivista di storia contemporanea (jan. abr. 1989): 155-164. O texto aqui presente é retirado de Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith,

orgs., Antonio Gramsci, selections from prison notebooks (London, Lawrence e Wishart, 1971), pp. 77-83.

Sobre o tema do jacobinismo e do Partido da Ação, um elemento a ser esclarecido é o seguinte: que os jacobinos ganharam sua função de partido “dirigente” por uma luta de morte; eles literalmente “impuseram-se” à burguesia francesa, levando-a a uma posição bem mais avançada do que aquela que o núcleo burguês originalmente forte teria espontaneamente desejado assumir, e até mesmo bem mais avançada do que aquela que as bases históricas teriam permitido — daí as várias formas de recuo e a função de Napoleão I. Essa característica, própria do jacobinismo (e antes dele, também de Cromwell e dos *Roundheads*) e, portanto, de toda a Revolução Francesa, que consistia em (aparentemente) forçar a situação criando *faits accomplis* irreversíveis, e em um grupo de homens extremamente enérgicos e determinados levando a burguesia adiante com chutes no traseiro, pode ser esquematizada do seguinte modo. O Terceiro Estado era o menos homogêneo; possuía uma elite intelectual muito desigual e um grupo muito avançado economicamente, mas politicamente moderado. Os acontecimentos desenvolveram-se em direções extremamente interessantes. Os representantes do Terceiro Estado inicialmente colocaram apenas aquelas questões que interessavam aos membros físicos reais do grupo social, seus interesses imediatamente “corporativos” (corporativos no sentido tradicional, de interesses imediatos e egoisticamente estreitos de uma categoria particular). Os precursores da Revolução eram, de fato, reformadores moderados, que gritavam muito alto mas de fato demandavam muito pouco. Gradualmente, uma nova elite foi selecionada, a qual não se preocupava somente com as reformas “corporativas”, mas tendia a conceber a burguesia como o grupo hegemônico de todas as forças populares. Essa seleção ocorreu pela ação de dois fatores: a resistência das antigas forças sociais e a ameaça internacional. As antigas forças não queriam conceder nada e, quando concediam alguma coisa, o faziam com a intenção de ganhar tempo e preparar a contra-ofensiva. O

Terceiro Estado teria caído nessas “armadilhas” sucessivas sem a enérgica ação dos jacobinos, que se opuseram a cada parada “intermediária” no processo revolucionário e mandaram à guilhotina não apenas elementos da velha sociedade que ainda resistiam, mas também os revolucionários de ontem — hoje transformados em reacionários. Os jacobinos, conseqüentemente, eram o único partido da Revolução que avançava, na medida em que eles não apenas representavam as necessidades e aspirações imediatas dos indivíduos físicos reais que constituíam a burguesia francesa, mas também representavam o movimento revolucionário como um todo, como um desenvolvimento histórico integral. Pois eles representavam também as necessidades futuras e, uma vez mais, não apenas as necessidades daqueles indivíduos físicos particulares, mas também de todos os grupos nacionais que tinham de ser assimilados ao grupo fundamental existente. É necessário insistir, contra uma escola de pensamento tendenciosa e fundamentalmente anti-histórica, que os jacobinos eram realistas nos moldes de Maquiavel, e não sonhadores abstratos. Estavam convencidos da verdade absoluta de suas divisas sobre a igualdade, fraternidade e liberdade e, o que é mais importante, as grandes massas populares que os jacobinos agitavam e levavam para a luta estavam também convencidas de sua verdade. A linguagem dos jacobinos, sua ideologia, seus métodos de ação, refletiam perfeitamente as exigências da época, mesmo se “hoje”, em uma situação diferente e depois de mais de um século de evolução cultural, possam aparecer como “abstratos” e “frenéticos”. Naturalmente eles refletiam aquelas exigências de acordo com a tradição cultural francesa. Uma prova disso é a análise da linguagem jacobina que pode ser encontrada em *A Sagrada Família*. Outra é a concordância de Hegel, quando considerou paralelos e reciprocamente traduzíveis a linguagem político-jurídica dos jacobinos e os conceitos clássicos da filosofia alemã — que, hoje se reconhece, tinha o máximo de concretude e foi a fonte do historicismo moderno. A primeira necessidade foi a de aniquilar as forças inimigas, ou pelo menos reduzi-las à impotência, de modo a tornar uma contra-revolução impossível. A segunda foi a de ampliar os quadros da burguesia como tal, e colocar tais qua-

dros na chefia das forças nacionais; isso significava identificar os interesses e demandas comuns a todas as forças nacionais, de modo a colocar todas essas forças em movimento e levá-las à luta, obtendo dois resultados: a) o de opor um alvo mais amplo aos ataques do inimigo, ou seja, de criar uma relação político-militar favorável revolução; b) o de expropriar o inimigo de cada zona de passividade na qual lhe seria possível recrutar exércitos do tipo da Vendéia. Sem a política agrária dos jacobinos, Paris teria tido a Vendéia a suas portas. A resistência da Vendéia, propriamente falando, está ligada à questão nacional — que se tornou amarga entre os povos da Bretanha e, em geral, entre aqueles estranhos às palavras “uma República única e indivisível” — e à política de centralização militar-burocrática — um lema e uma política a que os jacobinos não podiam renunciar sem cometer suicídio. Os girondinos tentaram explorar o federalismo com o objetivo de esmagar a Paris jacobina, mas as tropas provinciais trazidas a Paris alinharam-se com os revolucionários. Com exceção de algumas áreas marginais, onde a diferenciação nacional (e lingüística) era muito grande, a questão agrária provou ser mais forte do que as aspirações a uma autonomia local. A França rural aceitou a hegemonia de Paris; em outras palavras, compreendeu que, para destruir definitivamente o Antigo Regime, tinha de formar um bloco com os elementos mais avançados do Terceiro Estado, e não com os moderados girondinos. Se é verdade que os jacobinos “forçaram a mão”, também é verdade que isso sempre ocorreu na direção de um desenvolvimento histórico real. Pois não apenas eles organizaram um governo burguês, isto é, fizeram da burguesia a classe dominante — eles fizeram mais. Criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe dirigente e hegemônica da nação; em outras palavras, deram ao novo Estado uma base permanente e criaram a moderna e compacta nação francesa.

Que os jacobinos, apesar de tudo, sempre permaneceram no terreno burguês é demonstrado pelos acontecimentos que marcaram o seu fim como casta partidária em um molde muito específico e inflexível, e pela morte de Robespierre. Ao manter a lei Le Chapelier, mostraram que não desejavam conceder aos traba-

lhadores o direito de se organizarem; como consequência, tiveram de aprovar a lei do *maximum*. Em seguida, quebraram o bloco urbano de Paris: suas forças de assalto, reunidas na Comuna, dispersaram-se desapontadas, e o Termidor saiu vitorioso. A Revolução tinha encontrado seus maiores limites de classe. A política de alianças e de revolução permanente havia terminado pela proposição de novas questões que, no momento, não podiam ser resolvidas; havia liberado forças elementares que apenas uma ditadura militar seria capaz de conter.

Se na Itália um partido jacobino não foi formado, as razões devem ser procuradas no campo econômico, ou seja, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima histórico diferente da Europa depois de 1815. O limite alcançado pelos jacobinos em sua política de reativação forçada das energias populares francesas a se aliarem à burguesia, com a lei Le Chapelier e a do *maximum*, apareceu em 1848 como um “espectro” que já era ameaçador — e que foi habilmente explorado pela Áustria, pelos velhos governos e até mesmo por Cavour (deixando de lado o papa). A burguesia não podia (talvez) estender mais ainda sua hegemonia sobre os estratos populares — que ela havia conseguido incluir na França — (não podia mais por razões subjetivas do que objetivas); mas a ação dirigida ao campesinato era certamente sempre possível. Há diferenças entre a França, a Alemanha e a Itália no processo pelo qual a burguesia toma o poder (relativamente à Inglaterra). Na França o processo foi mais rico em seus desenvolvimentos e em elementos políticos ativos e positivos. Na Alemanha, ele evoluiu em termos que se assemelham, em certos aspectos, ao que aconteceu na Itália e, em outros, ao que aconteceu na Inglaterra. Na Alemanha, o movimento de 1848 falhou como resultado da escassa concentração burguesa (o lema de tipo jacobino foi fornecido pela extrema esquerda democrática: “revolução permanente”) e porque a questão da renovação do Estado estava entrelaçada com a questão nacional. As guerras de 1864, 1866 e 1870 resolveram tanto a questão nacional como, de uma forma intermediária, a questão de classe: a burguesia obteve o poder econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permaneceram como o estrato

governamental do Estado político, com amplos privilégios corporativos no exército, na administração e na terra. Contudo, se essas velhas classes conservaram tanta importância na Alemanha e gozaram de tantos privilégios, pelo menos elas exercitaram uma função nacional e tornaram-se os “intelectuais” da burguesia, com uma índole particular conferida por sua origem de casta e pela tradição. Na Inglaterra, onde a revolução burguesa aconteceu antes que na França, temos um fenômeno semelhante ao alemão, de fusão entre o velho e o novo — e isso apesar da extrema energia dos “jacobinos” ingleses, os *Roundheads* de Cromwell. A velha aristocracia conservou-se como o estrato governante, com certos privilégios, e também tornou-se o estrato intelectual da burguesia inglesa (deve-se acrescentar que a aristocracia inglesa tem uma estrutura aberta e continuamente se renova com elementos vindos dos intelectuais e da burguesia). Na Alemanha, apesar do grande desenvolvimento capitalista, as relações de classe criadas pelo desenvolvimento industrial — alcançados os limites da hegemonia burguesa e revertida a posição das classes progressistas — induziram a burguesia a não lutar com toda a sua força contra o velho regime, mas permitir que uma parte de sua fachada subsistisse, atrás da qual ela pode disfarçar sua própria dominação real.

NOTAS

PREFÁCIO (pp. 9-15)

(1) Publicado em *Le Monde*, 11 jan. 1988.

(2) Jonathan Clark, Suplemento Literário do *Sunday Times*, 21 mai. 1989, p. 69.

(3) Uma vez que o presente autor, cético a respeito do revisionismo político, tem sido estreitamente associado com esta revista, não posso ser acusado de não ter interesse nos novos pontos de partida da pesquisa histórica sobre a Revolução Francesa.

(4) Veja-se E. J. Hobsbawm, “The making of a bourgeois revolution” in *Social Research*, 56, nº 1, 1989, pp. 10-1.

(5) “Schon mit einer gewissen Selbstverständlichkeit gebraucht”. Ernst Nolte, *Marxismus und Industrielle Revolution*. Stuttgart, 1983, p. 24.

I. UMA REVOLUÇÃO DE CLASSE MÉDIA (pp. 17-46)

(1) J. Holland Rose, *A century of continental history; 1780-1880*. Londres, 1895, p. 1.

(2) *Allgemeine Geschichte von Anfang der historischen Kenntnis bis auf unsere Zeiten*. Braunschweig, 1848, v. 9, pp. 1-2.

(3) *Ibid.*

(4) Veja-se Barton R. Friedman, *Fabricating history: English writers on the French Revolution*. Princeton, 1988, p. 117.

(5) François Furet & Denis Richet, *La Révolution Française*. Paris, 1970.

(6) Eberhard Schmitt e Mathias Meyn, “Ursprung und Charakter der Französischen Revolution bei Marx und Engels”, in Ernst Hinrichs, Eberhard Schmitt & Rudolf Vierhaus, orgs. *Von Ancien Regime zur Französischen Revolution*. Göttingen, Vandenhoeck e Rupprecht, 1978, pp. 588-649.

(7) *Past & Present*, 60, 1973: 469-496; e em Douglas Johnson, org. *French society and the Revolution*. Cambridge, 1976, p. 90.

(8) Marx para Weydemeyer, 5 de março de 1852; Marx para Engels, 27 de julho de 1854. In Karl Marx & Frederick Engels, *Collected works*. Londres, 1983, v. 39, pp. 62-3; 473-6.

(9) Veja-se seu artigo "L'esprit de la Révolution", postumamente publicado, in *Oeuvres du Comte P. L. Roederer publiées par son fils A. M. Roederer*. Paris, 1854, v. 3, pp. 7, 10-1.

(10) Marcel Gauchet, "Les lettres sur l'histoire de France de Augustin Thierry", in Pierre Nora, org. *Les lieux de mémoire*, v. 2 de *La Nation*. Paris, 1986, p. 271.

(11) Augustin Thierry, *Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tiers État*. Paris, 1853, p. 21.

(12) Lionel Gossman, *Augustin Thierry and liberal historiography and theory*. Beiheft 15. Middletown, 1976: 37-9 (para referências).

(13) François Guizot, in Pierre Rosanvallon, org. *Histoire de la civilisation en Europe*. Paris, Pluriel, 1985, p. 181.

(14) *Ibid.*, p. 182.

(15) *Ibid.*, pp. 181-4.

(16) *Ibid.*, p. 183.

(17) W. G. Runciman, "Unnecessary revolution: the case of France", in *Archives Européennes de Sociologie*, 24, 1983: 298

(18) Paul Imbs, org. *Trésor de la langue française; dictionnaire de la langue du XIX et du XX siècle*. Paris, 1971; v. 5, 1977, p. 143-4; v. 10, 1983, p. 927.

(19) É mais comumente atribuído a J. C. M. Vincent de Gournay (1712-1759).

(20) *La grande encyclopédie*. Paris, *s/d*, 30, verbete "Smith, Adam".

(21) *Catalogue général des livres imprimés de la Bibliothèque Nationale*. Paris, 1948. Pode-se acrescentar que duas edições inglesas também foram adquiridas durante esse período (1799, 1814), em adição às três primeiras edições que já estavam lá antes de 1789, e a edição (inglesa) concisa do trabalho (1804). Uma tradução francesa de *Philosophical essays*, de A. Smith, também foi publicada em 1797.

(22) A primeira discussão está em A. Bezanson, "The early use of the term Industrial Revolution", in *Quarterly Journal of Economics*, 36, 1922: 343-9; e também em Ernst Nolte, *Marxismus und Industrielle Revolution*. Stuttgart, 1983, pp. 23-5.

(23) Victor Cousin, *Introduction to the history of philosophy*, trad. Henning Gottfried Linberg. Boston, 1832, p. 8.

(24) *Cours de philosophie par V. Cousin: introduction à la histoire de la philosophie*. Paris, 1828, pp. 10-2.

(25) *Ibid.*, p. 14-5. Minha tradução.

(26) A. F. Mignet, *Histoire de la Révolution Française depuis 1789 jusqu'en 1814*. Paris 1898, v. 1, p. 15.

(27) *Ibid.*, pp. 206, 209.

(28) Uso a tradução feita presumivelmente pelo organizador. In Walter Simon, org. *French liberalism 1789-1848*. Nova York, 1972, pp. 139-43.

(29) Alexis de Tocqueville, *Recollections*. J. P. Mayer, org. Nova York, 1949, p. 2.

(30) *Ibid.*

(31) Tocqueville, *Ancien Régime*, trad. M. W. Paterson. Oxford, 1947, p. 23.

(32) Runciman, "Unnecessary revolution", p. 318; Jacques Solé, *La révolution en questions*. Paris, 1988, pp. 273, 275.

(33) Lorenz Stein, *Der Socialismus und Communismus des heutigen Frankreich: Ein Beitrag zur Zeitgeschichte*, 2ª ed. Leipzig, 1848, pp. 128-9, 131.

(34) *Ibid.*

(35) Guizot, *Histoire de la civilisation*, p. 181-2.

(36) Há uma discussão completa em Jürgen Kocka & Ute Frevert, orgs. *Bürgertum im 19 Jahrhundert*, 3 v. Munique, 1988, especialmente v. 1, parte 1.

(37) Gossamn, *Thierry*, p. 40.

(38) Thierry, *Tiers État*, pp. 76-7.

(39) Guizot, *Histoire de la civilisation*, pp. 182-3.

(40) *Ibid.*, pp. 287-8.

(41) Cf. Guizot in Simon, org. *French liberalism*, p. 108. A influência tanto sobre a equação de Thierry de raça e luta de classe quanto sobre o livro *Ivanhoé*, de Walter Scott, é evidente aqui.

(42) Lord Acton, *Lectures on the French Revolution*. Londres, 1910, p. 2. As conferências, publicadas postumamente, foram proferidas em 1895.

(43) Wilhelm Friedrich Volger, *Handbuch der allgemeinen Weltgeschichte*, v. 2, parte 2: *Neueste Geschichte*. Hanover, 1839, p. 240.

(44) O. Brunner, W. Conze & R. Koselleck, orgs. *Geschichtliche Grundbegriffe*. Stuttgart, 1972, verbete "Bürger", pp. 715-6.

(45) *Ibid.* v. 5, p. 747, verbete "Revolution". Mesmo por volta do final do século, o mesmo tema ainda aparece no *Brockhaus Conversationslexikon*, 13ª ed. Leipzig, 1886, v. 13, p. 652, artigo "Revolution". As revoluções inglesa e francesa são agrupadas como "duas catástrofes que marcaram uma verdadeira virada na vida cultural da Europa, às quais as outras mudanças violentas da época estão mais ou menos ligadas".

(46) Em seu livro *Politique libérale ou la défense de la Révolution Française*, 1860, citado em Alice Gérard, *La Révolution Française: mythes et interprétations 1789-1970*. Paris, 1970.

(47) *Ibid.*, p. 34.

(48) Em "Chartism", in *Critical and miscellaneous essays*. Londres, 1899, v. 4, p. 149. Carlyle argumenta que a Revolução Francesa não está ainda completa: "Foi uma revolta das classes baixas oprimidas contra as classes superiores opressoras ou indiferentes: não foi uma revolta somente francesa; não, foi uma revolta européia".

(49) Especialmente em seu extraordinário documentário dramatizado *Danton's Tod*.

(50) Friedrich List, *Schriften, Reden, Briefe*. Berlim, 1932, v. 1, p. 286. A passagem está sem data, mas foi escrita entre 1815 e 1825.

(51) Carl Richter, *Staats- und Gesellschaftsrecht der Französischen Revolution von 1789 bis 1804*. Berlim, 1866, v. 1, p. viii.

(52) Veja-se Constant V. Wurzbach, *Biographisches Lexicon der Kaiserthums Oesterreich*. Viena, 1874, v. 26, p. 63.

(53) Cf. “La classe moyenne est arrivée au pouvoir”, de Maurice de Guérin, “Correspondance 1824-1839”, *Oeuvres complètes*, ed. B. d’Harcourt. Paris, 1947, p. 165 (a citação é de 1834). Edouard Alletz, *De la démocratie nouvelle ou des moeurs et de la puissance des classes moyennes en France*. Paris, 1837, 2 v. Jules Michelet, “La classe moyenne bourgeoise, dont la partie la plus inquiète s’agitait aux Jacobins” in *Histoire de la Révolution Française*, citado no *Dictionnaire Robert*. Paris, 1978, v. 4, p. 533.

(54) Thierry, *Réorganisation de la société européenne*, 1814, citado em Gossman, *Thierry*, p. 37.

(55) Citado em Simon, *French liberalism*, p. 142.

(56) Para uma visão geral da evolução da palavra como um termo político, ver o artigo “Liberalismus”, de Ulrich Dierse, in Joachim Ritter & Karlfried Gründer, orgs. *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Basel-Stuttgart, 1980, v. 5, cols. 257-71, que diz que seu uso — por futuros liberais como Sieyès e Constant — não era ainda suficientemente específico antes de 1814. O primeiro grupo político com o nome “liberal” foi encontrado na Espanha, em 1810, onde deputados foram agrupados em “liberales” e “serviles”; a terminologia espanhola foi sem dúvida influente para assegurar a sorte do termo.

(57) Albert Venn Dicey, “Taine’s origins of contemporary France”, in *The Nation*, 12 abr. 1894, pp. 274-6.

(58) Runciman, “Unnecessary revolution”, p. 315; cf. François Furet, *Interpreting the French Revolution*. Cambridge, 1981, p. 119.

(59) Tocqueville, *Ancien Régime*, p. 176.

(60) Citado em Gossman, *Thierry*, p. 39.

(61) Citado em Simon, *French liberalism*, pp. 149-51.

(62) René Sédillot, *Le coût de la Révolution Française*. Paris, 1987, pp. 282-7.

(63) Mas, é claro, embora céticos vejam um “bilan globalement négatif” na agricultura, como em toda parte, mesmo Sédillot não nega, realmente, que “os camponeses ganharam mais do que perderam” (ibid., pp. 173, 266), ou seja, o que todo mundo tomava por certo no século XIX.

(64) *Essays on the early period of the French Revolution by the late John Wilson Croker*. Londres, 1857, p. 2.

(65) Ibid.

(66) *Nouvelle biographie générale*. Paris, 1855, v. 13, p. 810. Leitores do século XIX não precisavam ser informados de que Factonte foi um astronauta prematuro da mitologia grega que foi incinerado quando sua carruagem chegou muito perto do Sol.

(67) Na segunda parte (incompleta) de seu livro *Ancien Régime*. Veja-se Alan Kahan, “Tocqueville’s two revolutions”. *Journal of the History of Ideas*, 46, 1985: 595-6.

(68) Citado em Stanley Mellon, *The political uses of history: a study of historians in the French Revolution*. Stanford, 1958, p. 29.

(69) Ibid.

(70) Gossman, *Thierry*, p. 7.

(71) Para esse tipo de argumento, veja-se Mellon, *The Political uses of history*, pp. 47-52.

(72) Stein, *Der Socialismus*, p. 133.

(73) Citado em Simon, *French liberalism*, p. 110.

(74) Ibid., p. 112 e 113.

(75) Citado de “Bezwaaren tegen den geest der eeuw” (1823) na entrada “Liberalisme” do *Woordenboek der Nederlandsche Taal*, v. 8, parte I. The Hague, 1916, p. 1874.

(76) Mignet, *Histoire*, p. 207.

2. ALÉM DA BURGUESIA (pp. 47-80)

(1) Maurice Agulhon, *La République au village: les populations du Var de la Révolution à la Seconde République*. Paris, 1970.

(2) Cf. Hans Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte Zweiter Band 1815-1849*. Munique, 1987, pp. 706-15; cf. também a grande bibliografia em ibid., pp. 880-2.

(3) Veja-se seu panfleto, dirigido à população rural, *Der hessische Landbote*, 1834, in Georg Büchner, *Werke und Briefe*. Munique. Deutscher Taschenbuchverlag, 1965, pp. 133-43.

(4) William Sewell, *Work and revolution in France*. Cambridge, 1980, pp. 198-200.

(5) Para bons exemplos de uma “Marselhesa-Proletária” e da herança iconográfica e simbólica de 1789, vejamos pp. 65 e 68 do volume da Biblioteca Feltrinelli *Ogni anno un maggio nuovo: il centenario del Primo Maggio*, intr. de Antonio Pizzinato. Milão, 1988. Esse volume do centenário do Primeiro de Maio foi publicado sob o patrocínio dos sindicatos de trabalhadores da Úmbria. Veja-se também Andrea Panaccione, org., *The memory of May Day: an iconographic history of the origins and implanting of a workers’ holiday*. Veneza, Marsilio Editore, 1989, especialmente pp. 290 (Dinamarca), 295 (Suécia) e 336 (Itália).

(6) Lorenz Stein, *Der Socialismus*. O von veio depois, quando o autor era professor em Viena.

(7) Cf. “The Commune as a symbol and example”, in Georges Haupt, *Aspects of international socialism*. Cambridge e Paris, 1986, pp. 23-47.

(8) “Souvenirs”, in *Oeuvres complètes*. Paris, 1964, v. 12, p. 87.

(9) Citado no artigo de Felix Gilbert, "Revolution", in *Dictionary of the history of Ideas*, 5 v., Nova York, Scribner's Sons, 1980, p. 159.

(10) Citado em Norman Stone, *Europe transformed 1878-1919*. Londres, 1983, p. 331.

(11) 6:118-123, jul.1917, n. 1, p. 11.

(12) *Geschichtliche Grundbegriffe*, v. 5, p. 744, verbete "Revolution".

(13) Louis Blanc, *Histoire de la Révolution Française*. Paris, 1874, v. 1, p. 121.

(14) Thierry, *Tiers État*, p. 2.

(15) Marx & Engels, *Collected works*, 39, p. 474.

(16) Veja-se Eric J. Hobsbawm, "Marx, Engels and politics" in E. J. Hobsbawm, org. *The history of Marxism. Volume I: Marxism in Marx's day*. Bloomington, 1982. Bernard Chavance, org. *Marx en perspective*. Paris, 1985, pp. 557-70; Karl Marx & Frederick Engels, "Moralising criticism and critical morality" (1847), in Marx & Engels, *Collected works*. Londres, 1976, v. 6, p. 319.

(17) Samuel Bernstein, *Auguste Blanqui and the art of insurrection*. Londres, 1971, p. 270-5. Engels, "The Festival of Nations in London" in *Collected works*, v. 6, pp. 4-5.

(18) *Ibid.*; e "The civil war in Switzerland", *Collected works*, v. 6, p. 372; Marx, "Moralizing criticism". *Collected works*. Londres, 1976, v. 6, p. 319.

(19) Karl Marx & Frederick Engels, *Collected works*, Londres, 1976, v. 6, p. 545.

(20) Veja-se Victor Caline, "Lénine et le jacobinisme". *Annales Historiques de la Révolution Française*, 43, 1971, pp. 89-112.

(21) Daniel Guérin, "Controverse sur la Révolution Française", *Cahiers Bernard Lazare*, 119-20. Paris, 1987, pp. 58-81.

(22) Sobre a prevalência da "Marselhesa" em círculos internacionais socialistas na década de 1890, cf. Maurice Dommanget, *Eugène Pottier: membre de la Commune et chantre de l'Internationale*. Paris, 1971, pp. 144-6.

(23) Citado em Georges Haupt, *Programm und Wirklichkeit: Die internationale sozialdemokratie vor 1914*. Neuwied, 1970, p. 41.

(24) *Geschichte der Revolutionszeit von 1789 bis 1795 (1789 bis 1800)* [sic]. Dritte vernehnte und verbesserte Auflage. 5 v. Düsseldorf. 1865-1874, v. 1.

(25) Como no verbete "Bonapartismus" in *Konversationslexikon*, 9ª ed. Mannheim, 1960, v. 4, p. 483.

(26) Veja-se Charles Rihs, *La Commune de Paris 1871: sa structure et ses doctrines*. Paris, 1973, *passim*, especialmente — para a imitação do passado — pp. 58, 59, 182-3. Para Delescluze, pp. 185-91.

(27) Sanford Elwitt, *The making of the Third Republic; class and politics in France, 1868-1884*. Baton Rouge, 1975, cap. 1.

(28) Para o próprio relato de Garibaldi, veja-se D. Mack Smith, org. *Garibaldi: a portrait in documents*. Florença, 1982, pp. 13-4.

(29) Gérard, *La Révolution Française*, p. 81.

(30) Samuel H. Baron, *Plekhanov: the father of Russian Marxism*. Londres, 1963, p. 358.

(31) Cf. o discurso perante o Soviete de São Petersburgo em 5 de novembro, relatado por Leon Trotsky, *1905*. Harmondsworth, 1973, pp. 185 e ss.

(32) Daline, "Lenine et le jacobinisme", p. 6.

(33) W. H. Chamberlin, "Bolshevik Russia and Jacobin France" in *The Dial*, 67, 12 jul. 1919, pp. 14-6; Charles W. Thompson, "The French and Russian Revolutions" in *Current History Magazine, New York Times*, 13 jan. 1921, pp. 149-57.

(34) Adam Ulam, *Russia's failed revolutions: from decembrists to dissidents*. Londres, 1981, pp. 316-7.

(35) Leon Trotsky, *History of the Russian Revolution*. Londres, 1936, p. 194, 589, 1204.

(36) Baron, *Plekhanov*, p. 358.

(37) Karl Kautsky, *Bolshevism at a deadlock*. Londres, 1931, seção. III d, "Jacobins or Bonapartists", especialmente pp. 127, 135. A data da edição alemã original é 1930.

(38) Citado em Gérard, *La Révolution Française*, p. 81.

(39) *Le bolchevisme et le jacobinisme*. Paris, 1920, p. 24.

(40) Daline, "Leninisme et jacobinisme", p. 107.

(41) "Agora aprovo, sem reservas — até mesmo com entusiasmo — o vigor [vigore] e a aspereza que Stalin usou contra aqueles considerados [indicati] inimigos do socialismo e agentes do imperialismo. Confrontado com a capitulação das democracias ocidentais, Stalin seguiu à risca a velha lição do terror jacobino, de violência implacável na defesa da pátria do socialismo." Giorgio Amedola, *Lettere a Milano: ricordi e documenti, 1939-1945*. Roma, 1973, pp. 17-8. Amendola, como mostra o registro, estava longe de ser um linha-dura sectário ou um daqueles que têm fidelidade cega. Citado em Giuseppe Boffa, *Il fenomeno Stalin nella storia del XX secolo*. Bari, 1982, p. 137.

(42) Silvain Molinier, in *La Pensée*, mar.-abr. de 1947, p. 116.

(43) Isaac Deutscher, *Stalin: a political biography*, ed. rev. Harmondsworth, Penguin Books, 1966, p. 550.

(44) Mahendra Nath Roy, *The Russian Revolution*. Calcutá, 1945, pp. 14-5. Trotsky, *Russian Revolution*, p. 663-4.

(45) Chamberlin, "Bolshevik Russia", p. 14-25.

(46) Para referências, veja-se Boffa, *Il fenomeno Stalin*, p. 138; Stephen Cohen, *Bukharin and the Bolshevick Revolution*. Londres, 1974, pp. 131-2.

(47) "No entanto, devemos admitir hoje que a analogia do Termidor serviu mais para obscurecer a questão do que para clarificá-la". *The workers' state and the question of Thermidor and Bonapartism* (1935). Londres, 1973, p. 31.

(48) Isaac Deutscher, *The prophet unarmed: Trotsky, 1921-1929*. Oxford, 1970.

(49) *Ibid.*, pp. 312, 313.

(50) *Ibid.*, p. 312.

- (51) Ibid., p. 437.
- (52) Ibid., pp. 435-7.
- (53) Ibid., p. 437.
- (54) Ibid., pp. 458-9.
- (55) Essa é a versão de Cohen, em *Bukharin*, p. 131. Deutscher, em *Prophet unarmed*, pp. 160-3, é mais nuancado.
- (56) Deutscher, *Prophet unarmed*, pp. 342-5.
- (57) Ibid., p. 437.
- (58) Roy, *Russian Revolution*, pp. 14-5.
- (59) Inclino-me a aceitar a opinião de Moshe Lewin em *Lenin's last struggle*. Nova York, 1968. Ele crê que Lenin, em seus últimos anos, sustentava a evolução gradual. No entanto, a questão é especulativa, embora hoje tenha se tornado politicamente importante na URSS. Lenin deixou sua atividade efetiva em março de 1923. Podemos apenas adivinhar o que ele poderia ter pensado ou feito caso vivesse para julgar a situação em 1927 ou 1937.
- (60) Citado em Cohen, *Bukharin*, p. 133.
- (61) "Melhor poucos, mas melhores" in *Pravda*, 2 mar. 1923, publicado em *Collected works*, 4ª ed. Moscou, 1960, v. 38, pp. 487-502.
- (62) A frase foi-me dita por um especialista em história do bolchevismo que a ouviu em Moscou. A consulta a especialistas no período inicial da história soviética da Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética não conseguiu levantar nenhuma fonte possível para essa frase, nem nos escritos não traduzidos de Lenin nem na literatura narrativa sobre seus últimos anos.
- (63) Georg Foster, *Im Anblick des grossen Rades, Schriften zur Revolution*, org. R. R. Wuthenow. Darmstadt-Neuwied, 1981, pp. 133-4.
- (64) (7 Nov O. S. 1917), *Collected works*, v. 26, pp. 291-2.
- (65) *Collected works*, v. 24, p. 267 (Discurso à 7ª Conferência de Todas as Rússias do RSDLP, abr. 1917).
- (66) "Carta aos trabalhadores americanos". In *Collected works*, v. 28, p. 83.
- (67) "Political parties in Russia and the tasks of the proletariat" (abr. 1917). *Collected works*, v. 26, pp. 171-2.
- (68) "On the revision of the party programme" (out. 1917). *Collected works*, v. 26, pp. 171-2.
- (69) Citado em Robert C. Tucker, *The Lenin anthology*. New York, 1975, p. 706.
- (70) Ibid.
- (71) Evgenii Ambarzumov, "Gorbateiov, guardati dai burocrati" in *Unitá*, 29 mai. 1989, p. 1. Ambarzumov estava realmente enganado: em 1789, o Terceiro Estado tinha dois deputados para cada um dos outros dois Estados, e assim formava metade da assembléia total. Talvez isso seja um sinal de que, embora a memória da Revolução Francesa esteja viva em termos gerais, setenta anos diminuíram seu conhecimento detalhado na Rússia, o qual foi outrora tão admirável.

3. DE UM CENTENÁRIO A OUTRO (pp. 81-104)

- (1) E. J. Hobsbawm & Terence Ranger, orgs. *The invention of tradition*. Cambridge, 1983, p. 272.
- (2) Veja-se M. L. Neiman, "Leninskii plan 'monumentalnoi propagandy' i pervye skulpturnye pamyatniki" in *Istoriya Russkogo Iiskusstva*. Moscou, 1957, v. 6, pp. 23-53. Ele diz que Lenin chegou à idéia através da utopia de Tommaso Campanella, "Cidade do sol". Para um breve esboço do episódio em inglês, veja-se Christine Lodder, *Russian constructivism*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1983, pp. 53 e ss. A. Stüigalev, "S. Konenkov i monumentalnaya propaganda", *Sovietskaya Skulptura*, 74, Moscou, 1976: 210-223, fornece detalhes de como a lista de 66 eminentes personalidades foi montada e mostra uma foto de Lenin descobrindo o monumento Stenka Razin de Konenkov na Praça Vermelha. Entre 1918 e 1920, 25 monumentos foram erguidos em Moscou e quinze em Leningrado. *Sovietskoe Iiskusstvo 20-30 Godakh*. Leningrado, 1988, prancha 41, reproduz o relevo de Robespierre feito por Lebedeva. Para outras fotos dos monumentos de 1918 veja-se Lodder, *Constructivism, Istoriya Russkogo Iiskusstva XI, Serd'om Slushaya Revolyutsiya: Iiskusstvo Pervikh Let Okryabra*. Leningrado, 1977; e *Shagi Sovietov: Kinokamera pishet istoriyu 1917-1936*. Moscou, 1979, que reproduz fotografias de noticiários filmados.
- (3) *The Times*, 4 mai. 1889, p. 7a.
- (4) Ibid.
- (5) *New York Times*, 14 jul. 1889, p. 9.
- (6) Pascal Ory, "Le centenaire de la Révolution Française" in Pierre Nora, org. *Les lieux de mémoire*, v. 1, *La République*. Paris, 1984, pp. 523-60, para tudo isso e mais sobre os aspectos franceses do centenário.
- (7) Henry Dunckley, "Two political centenaries". *Contemporary Review*, 55, 1988: 52-72.
- (8) "Lord Acton on the French Revolution". *The Nation*, 92, 30 mar. 1911, p. 318-20. Lord Acton, *Lectures on the French Revolution*. Londres, 1910, foi publicado postumamente.
- (9) "Le banquet du centenaire de 1789" in A. Leroy Beaulieu, *La Révolution et le libéralisme*. Paris, 1890, pp. 1-84.
- (10) "The centenary of 1789". *Edinburgh Review*, v. 169, pp. 519-36.
- (11) "Taine's conquest of Jacobins". *Edinburgh Review*, 155: 1-26.
- (12) Ibid.
- (13) B. M. Gardiner, in *The Academy*, 27, 4 abr. 1885, pp. 233-4.
- (14) *Edinburgh Review*, "The centenary", pp. 521-2.
- (15) Ibid., pp. 534-5.
- (16) Goldwyn Smith, "The invitation to celebrate the French Revolution". *National Review*, ago. de 1888, 729-47: "The Centenary of 1789": 522.
- (17) Ibid.
- (18) *Edinburgh Review*, A. R. D. Eliot, "The French Revolution and modern France". *Edinburgh Review*, "The centenary", p. 524.

- (19) *Edinburgh Review*, "The Centenary", 524.
- (20) Smith, "Invitation", p. 743.
- (21) *The Times*, 27 ago. 1889, p. 3. "A revolução é até agora um fracasso. Treze constituições em um século [...] refletem abertamente as poucas luzes dos homens que conduziram a essa instabilidade crônica."
- (22) Resenha de Alphonse Aulard, *French Revolution*, in *The Spectator*, 15 out. 1910, p. 608.
- (23) Smith, "Invitation", p. 745.
- (24) Frank T. Marzials, "Taine's Revolution", *London Quarterly Review*, 66, abr. 1886, pp. 24-48.
- (25) A. V. Dicey, "Taine's gouvernement révolutionnaire". *The Nation*, 40, 26 fev. 1885, pp. 184-5.
- (26) Dicey, "Taine's origins", pp. 274-6.
- (27) "M. Taine on the Jacobin Conquest". *The Spectator*, 55, 18 fev. 1882, p. 232-4. *The Nation*, 40, 5 mar. 1885, pp. 206-7.
- (28) Acton, *Lectures on the French Revolution*, pp. 345-73.
- (29) Hubert Bourgin, *De Jaurès à Leon Blum: l'École Normale et la politique*. Paris, 1938, p. 271.
- (30) Alphonse Aulard, *Histoire politique de la Révolution Française*, 3ª ed. Paris, 1905.
- (31) Isso se baseia principalmente nos índices de livros resenhados pelo *Times Literary Supplement* desde 1902; nos índices por assunto do Museu Britânico (agora Biblioteca Britânica) desde 1881; e nos índices de bibliotecas de pesquisa na área de Los Angeles.
- (32) Os índices por assunto são para os anos de 1881 a 1900 e, portanto, por períodos de cinco anos. Julguei que não valia a pena analisar além do primeiro volume. A estimativa está baseada em uma contagem aproximada de uma coluna de títulos listados sob a rubrica geral *França, História, Revolução, Consulado e Império, 1789-1815*, sendo que se calculou que cada coluna tivesse 25 títulos antes de 1950, e vinte após 1950. Os títulos que se referem a Napoleão e à história militar — os quais normalmente formam a maior parte da lista — foram omitidos, já que se pode presumir que requerem uma leitura de interesse diverso.
- (33) No Museu Britânico, Mirabeau conseguiu onze títulos de 1881 a 1900 (em todas as línguas) ou um título a cada ano; catorze entre 1901 e 1910, ou 1,4 por ano. Entre as guerras, conseguiu nove títulos, ou menos que um a cada dois anos.
- (34) Dois dos quatro títulos sobre ele, adicionados desde a guerra, são em russo. Seus escritos foram traduzidos para o russo em 1923 e em 1956. *Great Soviet encyclopedia*, edição inglesa, artigo: Marat. O livro de I. Stepanov *J. P. Marat and his struggle against counter-revolution* chegou a ter seis edições por volta de 1924. Victor Daline, "Lénine et jacobinisme", *Annales Historiques de la Révolution Française*, 43, 1971: 92.
- (35) Jacques Godechot, *Un jury pour la Révolution*. Paris, 1974, p. 319.
- (36) *Collected works*, v. 26, pp. 132-81. A admiração de Lenin por Danton é

particularmente significativa, uma vez que ele usa Danton para persuadir seus camaradas da necessidade da Revolução de Outubro e do modo como dirigir tal insurreição.

- (37) Ernest Labrousse, *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Paris, 1944; "Comment naissent les révolutions", in *Actes du Centenaire de 1848*. Paris, 1948.
- (38) Emmanuel le Roy Ladurie, *Paris-Montpellier: P. C. - P. S. U., 1945-1963*. Paris, 1982.
- (39) P. M. Jacobs, *History thesis 1901-1970*. Londres, 1976.
- (40) *Hommages à la Révolution*. Paris, 1939. *Lyon n'est Plus*, 4 v. Paris, 1937.
- (41) Albert Mathiez, *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur*. Paris, 1927; Georges Lefebvre, *Les paysans du Nord pendant la Révolution Française*. Paris, 1924; Albert Soboul, *Les sansculottes parisiens en l'an II. Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire*. Paris, 1958.
- (42) Para um guia conveniente aos historiadores da Revolução Francesa, veja-se Samuel F. Scott & Barry Rothaus, orgs. *Historical dictionary of the French Revolution, 1789-1799*, 2 v. Westport, 1985; e, mais sucinto, o *Blackwell dictionary of historians*, 1987; mas não se consulte o artigo de François Furet, "Histoire universitaire de la Révolution", in François Furet & Mona Ozouf, orgs. *Dictionnaire critique de la Révolution Française*. Paris, 1988 — o qual deve ser visto como uma polêmica pessoal que, em muitos casos, peca por omissão.
- (43) *Enciclopedia italiana*, v. 14, verbete "Fascismo", p. 847.
- (44) Veja-se Antoine Prost, *Vocabulaire des proclamations electorales de 1881, 1885 e 1889*. Paris, 1974, pp. 52-53, 65.
- (45) "Types of capitalism in eighteenth century France". *English Historical Review*, 79, 1964: 479-497; "Non-Capitalist wealth and the origins of the French Revolution", *American Historical Review*, 79, 1967: 469-496. Artigo "Bourgeoisie" em Scott & Rothaus, orgs. *Historical dictionary*.

4. REVISÃO QUE SUBSISTE (pp. 105-27)

- (1) John McManners, in *New Cambridge modern history*. Cambridge, 1965, v. 8, p. 651. Para a resenha de Crane Brinton, *History and Theory*, 5, 1966: 315-320.
- (2) Norman Hampson, "The two French Revolutions", *New York Review of Books*, 13 abr. 1989, p. 11-2; Solé, *La revolution en questions*, p. 15.
- (3) *Ibid.*
- (4) "Il faut enfin céder à la nécessité qui nos entraîne, il faut ne plus méconnaître la marche de la société" in *De la force du gouvernement actuel et de la nécessité de s'y rallier*, uma defesa do Diretório. Citado em M. Gauchet. "Benjamin Constant", in Furet & Ozouf, *Dictionnaire critique de la Révolution Française*. Paris, 1988, p. 954.

(5) Runciman, "Unnecessary revolution: the case of France", *European Journal of Sociology*, 23, 1982: 318.

(6) Solé, *La révolution en questions*, pp. 366-76, 372-3, 386-7. Solé reconhece especificamente que "le deferlement des enquêtes et des hypothèses qui a suivi, outre-Manche et outre-Atlantique, depuis une vingtaine d'années, a contribué à renouveler de fond en comble notre compréhension des événements survenus en France entre 1789 e 1799", p. 13.

(7) A exposição mais completa da visão de Cobban está em seu livro *The social interpretation of the French Revolution*. Londres, 1964. Para seu ataque original, veja-se *The myth of the French Revolution*, Londres, 1955.

(8) Runciman, "Unnecessary Revolution"; veja-se especialmente pp. 295, 299, 301.

(9) Furet, "Le catholicisme révolutionnaire", *Annales E. S. C.*, 24, 1971: 261.

(10) Georges Lefebvre, *Études sur la Révolution Française* (1963). Paris, 1954, pp. 340-1. O texto foi escrito em 1932. Por exemplo:

No entanto, do modo como Jaurès o apresenta, 1789 aparece como um evento tão simples quanto único: a causa da Revolução foi o poder da burguesia que havia chegado à maturidade, e seu resultado forneceria a consagração legal daquele poder. Hoje, essa visão nos espanta por ser excessivamente sumária. Em primeiro lugar, não explica por que o advento da burguesia ocorreu naquele momento e não em algum outro e, mais particularmente, por que, na França, tomou a forma de uma mutação súbita, quando poderia muito bem ter tomado a forma de uma evolução gradual, quando não pacífica, como ocorreu em outros lugares. Sabemos agora que para a Revolução ter ocorrido, como um evento específico, em 1789, foi necessário haver uma verdadeira combinação de causas imediatas extraordinárias e imprevisíveis: uma crise financeira excepcional e séria, devida à Guerra Americana; uma crise de desemprego, devida ao tratado comercial de 1786 e à Guerra do Oriente; e, finalmente, uma crise de alimentos e de custo de vida devida às colheitas fracas de 1788 e ao Édito de 1787 que autorizava a exportação de cereais e, portanto, esvaziou os celeiros. Mais do que isso, no entanto, as próprias causas a longo prazo da Revolução parecem-nos agora cada vez mais complexas. Foi demonstrado que a razão pela qual a monarquia não podia mais lidar com sua crise financeira foi que sua autoridade estava em colapso. Como Mathiez nos mostrou, o rei não estava mais em posição de governar. [Outros autores] [...] já mostraram que a causa imediata da Revolução repousa na recusa dos próprios privilegiados em fazer os sacrifícios que o poder real tentou impor-lhes. Assim, extorquiram da monarquia a convocação dos Estados Gerais [...] Portanto, a Revolução não foi inicialmente burguesa, mas sim aristocrática [...]

Torna-se claro, então, que a interpretação econômica da história não nos compromete com visões simples. A ascensão de uma classe revolucionária não é necessariamente a única causa de seu triunfo, e não é inevitável que

deva ser vitoriosa ou, em todo caso, vitoriosa de forma violenta. No caso em foco, a Revolução foi desencadeada por aqueles que iria remover, e não por aqueles que seriam seus beneficiários. Nem se pode provar que os aristocratas seriam necessariamente bem-sucedidos em impor sua vontade ao soberano. Ninguém pode argumentar que os grandes reis do século XVIII não poderiam ter detido os avanços da nobreza. Seria impossível supor que, em 1787, e mesmo em 1789, um grande rei, gozando de alto prestígio, tivesse feito com que a nobreza visse a razão? Não, não seria impossível.

(11) Solé, *La Révolution*, p. 267. "O mito marxista que vê a Revolução Francesa como um estágio decisivo da economia capitalista é facilmente refutável pela estagnação da economia durante a era revolucionária e depois dela."

(12) Por exemplo, a introdução à edição inglesa de "Socialism, utopian and scientific", in *Werke*, v. 22, p. 304.

(13) Lefebvre, "La Révolution Française et les paysans", in *Études*, 1963; Albert Soboul, *Précis d'histoire de la Révolution Française*. Paris, 1962, p. 477.

(14) Lefebvre, *La Révolution*, p. 240.

(15) R. R. Palmer, *The age of democratic revolution: a political history of Europe and America 1760-1800*, 2 v. Princeton, 1964; Jacques Godechot & R. R. Palmer, "Le problème de l'Atlantique du 17^{ème} au 20^{ème} siècle", International Congress of Historical Sciences, *Relazioni*. Florença, 1955, v. 5, pp. 173-240. Para o debate, ver International Congress, *Atti del 10 Congresso Internazionale*. Roma, 1957, p. 565-79.

(16) O estudo favorável à Comissão de Salvação Pública de R. R. Palmer, *Twelve who ruled*. Princeton 1941, e a eleição de Jacques Godechot para a presidência da *Société des Études Robespierriennes* sugerem o bastante.

(17) Sir Charles Webster — talvez o mais destacado historiador de política internacional no establishment oficial britânico dessa época — escreveu: "Os relatores não conseguiram enfatizar suficientemente a unidade do mundo. Por essa razão, a comunidade atlântica pode ser um fenômeno temporário. Foi criada pela política da URSS e, se esta mudou, aquela pode mudar também". *Atti del 10 Congresso*, pp. 571-2.

(18) *Ancien Régime*, 1:72. Cf. Kahan, "Tocqueville's two revolutions", pp. 587-8.

(19) *Mémoires*, v. 1, p. 157-9, citado na "Introdução" (escrita por Pierre Rosanvallon) a Guizot, *Histoire de la civilisation en Europe*, p. 14.

(20) Citado em Mellon, *The political uses of history*.

(21) Para uma análise radical, veja-se Sédillot, *Le coût de la Révolution Française*, pp. 268-79.

(22) Veja-se o divertido livro de Hervé Hamon & Patrick Roman, *Les intellectuels: expédition en haute intelligentsia*. Paris, 1981. Talvez seja algo significativo que a lista dos 25 intelectuais "que jogam um papel preponderante na circulação das idéias" contenha apenas uma pessoa que tem escrito bastante sobre a Revolução Francesa: François Furet. Não obstante, quase um terço do grupo está constituído de historiadores ou de pessoas com qualificação histórica.

(23) "Pendant trente années les modes idéologiques parisiennes s'accomplissent à chaque fois d'une réinterprétation du marxisme." Raymond Aron. *Mémoires*. Paris, 1983. p. 579.

(24) Ladurie, *Paris-Montpellier*, pp. 44-5.

(25) Tony Judt, *Marxism and the French left*. Oxford, 1986, p. 183.

(26) *Ibid.*, p. 177.

Os momentos simbólicos da experiência revolucionária de 1789-1794 e, em menor grau, de 1848 e 1871, entraram no vocabulário de todos os pensadores acadêmicos como pontos de referência intelectuais. Não apenas a maioria dos escritores franceses acima de trinta anos deve sua compreensão do ambiente político ao trabalho, muito difundido, desses pensadores (Mathiez, Georges Lefebvre, Albert Soboul, bem como Jaurès e Lucien Herr), mas são Mathiez *et al.* que os intelectuais franceses estão forçosamente obrigados a consultar quando procuram um esqueleto empírico no qual apoiar seu carnudo corpo de pensamento metafísico. É a Revolução Francesa, entendida como um processo que tem sentido, que explica, em última instância, todas as contingências não resolvidas da realidade política francesa.

(27) Ph. Buonarroti, *Conspiration pour l'égalité dite de Babeuf*, 2 v. Bruxelles, 1828. Veja-se Samuel Bernstein, *Buonarroti*. Paris, 1949.

(28) Veja-se Elizabeth Eisenstein, *The first professional revolutionist: Filippo Michele Buonarroti*. Cambridge, 1959.

(29) Régis Debray, *Que vive la République*. Paris, 1989, p. 48; uma esplêndida invectiva, escrita com veneno e brio, contra todos aqueles que ficaram embaraçados pelo fato de terem de celebrar o bicentenário da Revolução Francesa. Girardoux, um humorista, romancista e dramaturgo muito fiel à etiqueta e altamente sofisticado, bastante apreciado antes de 1939 mas esquecido após 1945 (devido a sua posição política desaprovada) finalmente consegue, merecidamente, entrar na coleção Pléiade dos clássicos franceses.

(30) Godechot, *Un jury pour la Révolution*. Paris, 1974, p. 324.

(31) Pierre Bourdieu, *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, 1989, p. 296.

(32) Brinton, p. 317.

(33) J. L. Talmon, *The origins of totalitarian democracy*. Londres, 1852.

(34) O mais importante grupo de intelectuais ocidentais marxistas não stalinistas, a comunidade trotskista de Nova York, já estava se desintegrando, e muitos de seus membros ou ex-membros mais proeminentes já se moviam em direções que os levavam para bem longe da esquerda, embora não ainda para o conservadorismo militante.

(35) Para uma bibliografia sobre esse debate ver Perry Anderson, "The figures of descent", *New Left Review*, 161, 1987: 21 n., que é uma contribuição tardia a ele, escrita na década de 1980. Ver também Tom Nairn, *The enchanted glass*:

Britain and its monarchy. Londres, 1988, especialmente p. 378 e ss., e a resenha desse livro por A. Arblaster em *New Left Review*, 174, 1989: 97-110.

(36) Para uma visão geral desse debate por um germanista britânico, ver Richard Evans, "The myth of Germany's missing revolution", *New Left Review*, 149, jan.-fev. 1986: 67-94.

(37) Arno Mayer, *The persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. Nova York, 1981. Cf. David Cannadine em sua resenha de *The age of empire*, de E. J. Hobsbawm: "Muitos historiadores não mais acreditam que o século XIX tenha assistido ao triunfo da classe média [...] Não há razão para explicar [...] por que a civilização burguesa colapsou definitivamente [...] Ela nunca realmente foi vitoriosa, em primeiro lugar". *New Society*, 23 out. 1987, p. 27.

(38) William Rubinstein, "The Victorian middle classes: wealth, occupation and geography", *Economic History Review*, 30, 1977: 602-23; veja-se outros estudos semelhantes do mesmo autor.

(39) Para o projeto mais ambicioso nesse campo, veja-se J. Kocka, org. *Bürgerlichkeit im 19. Jahrhundert. Deutschland im europäischen Vergleich*, 3 v. Munique, 1988.

(40) Professor Norman Stone in *The Sunday Times*, 6 mar. 1988, citado em E. J. Hobsbawm, *Politics for a rational left*, Londres, 1989, p. 224. Mais genericamente, ver James Raven, "British history and the enterprise culture", *Past and Present*, 123, mai. 1989: 178-204, especialmente 190-1.

(41) Veja-se "The Nation State in the Middle East" in Sami Zubaida, *Islam, the people and the State: essays on political ideas and the Movements in the Middle East*. Londres e Nova York, 1988, especialmente p. 173.

(42) Como na primeira frase da conclusão de Solé, *La Révolution*, p. 337: "Tocqueville et Taine on vu à juste titre dans la centralisation napoléonienne, le principal résultat de la Révolution". Reduzir o efeito de um acontecimento tão grande na história mundial à aceleração de uma tendência na administração do Estado francês é análogo a dizer que a principal consequência histórica do Império Romano foi dotar a Igreja Católica de uma língua para as encíclicas papais.

(43) D. G. M. Sutherland, em *France 1789-1815: revolution and counter-revolution*. Londres, 1986, p. 49. As diferenças entre esse historiador revisionista canadense e o historiador francês Solé (*La Révolution*), que faz pouco mais do que parafrasear o primeiro (compare-se Sutherland, p. 49, e Solé, p. 83) é instrutiva. Um não tem problemas para ver que o importante na "Revolução do Povo" é seu efeito revolucionário; o outro, que acrescenta um ponto de interrogação após o título de seu capítulo correspondente e presta pouquíssima atenção ao fato crucial de que os soldados deixaram de ser leais, enfatiza sobretudo quão semelhantes foram os movimentos populares de 1789 aos protestos populares dos séculos anteriores. Isso é precisamente perder o ponto central, que não é a estrutura desses movimentos, mas — no verão de 1789, ou na Rússia de fevereiro de 1917 — seu impacto.

- (44) Rose, *A century of continental history*, p. 1.
 (45) *Collected letters of Thomas and Jane Welsh Carlyle*, C. R. Sanders & K. J. Fielding, orgs., Durham, N. C., 1970-1981, v. 4, p. 446.
 (46) Rose, *A century of continental history*, p. 1.

ÍNDICE REMISSIVO

- Action Française*, 100
 Acton, lord, 34, 85, 90
 Agulhon, Maurice, *La République au village*, 48
 Alemanha
 e a revolução burguesa, 57, 122
 RF vista da, 34-7, 101
 Alexandre, rei da Iugoslávia, 99
 Amendola, Giorgio, 141 nota 41
 América Latina e o problema da revolução burguesa, 57
 Americana, Revolução
 influência da, 47
 anarquia
 sufrágio universal descrito como, 87
 Annales: Economies, Sociétés, Civilisations, 96, 97, 106
Annales Historiques de la Révolution Française, 95
 anticomunismo, 119, 120
 aristocracia
 relação com as classes médias, 39
 Aron, Raymond, 112
 Assembléia Nacional, 79
 Atlanticismo, 109, 147
 Aulard, Alphonse, 66, 90, 91, 94, 95, 99
 autoritarismo, veja bonapartismo
 autotermidorização, 75, 142 nota 62
 Babbage, Charles, 13
 Babeuf, Gracchus, 72, 82, 93, 103, 116
 Bakunin, Mikhail, 51, 121
 Balzac, Honoré de, 31
 Barnave, Antoine, 25, 38
 Barthou, Louis, 99
 Beaumarchais, Pierre Augustin Caron de, 38
 Beethoven, Ludwig van, 19, 20
 bicentenário da RF, 9, 124
 Bismarck, Otto von, 52, 58
 Blanc, Louis, *História da Revolução Francesa*, 53
 Blanqui, Auguste, 60, 117
 Bloch, Marc, 95
 Blum, Leon, 97
 bolcheviques
 atitude frente à RF, 82, 83
 como jacobinos, 65-6, 67, 69-72
 bonapartismo, 59, 66
 e Revolução Russa, 68, 72-3
 Brandes, George, 15
 Braudel, Fernand, 97
 Brinton, Crane, 105, 119
 Brival, 73
 Bryan, William Jennings, 103
 Büchner, Georg: *A morte de Danton*, 49
 Buonarrotti, Filippo, 103
 Conspiração dos iguais, 55, 116
 Burckhardt, Jacob, 50
 burguesa, revolução
 RF como, 22-3, 25-44, 104, 107-8, 114, 122

significado para a revolução proletária, 52, 54, 56-8, 78

burguesia
 autoconsciência de, 23, 32
 compromisso como Ancien Régime, 52-4, 57, 123, 149 nota 37
 e a Restauração de 1814, 43-4

Burke, Edmund, 87

Cachin, Marcel, 62

Camélinat, Zéphyrin, 117

campesinato e revolução, 48-9, 100, 138 nota 63

Canard Enchaîné, Le, 117

capitalismo
 como programa burguês, 27-117
 e RF, 32, 107-8, 115
 pós-guerra e revisionismo, 122-4

Carlos X, rei da França, 26

Carlyle, Thomas, 21, 37-8, 111-2, 127, 137 nota 48

Carnot, Lazare, 64, 84, 100

Caron, Pierre, 90

cartismo, 37

Castro, Fidel, 77

centenário da RF, 83-6

Chamberlin, W. H., 63, 69

classe, luta de, 14-22, 24-6
 e a unidade nacional, 33
 e o liberalismo burguês, 39, 53

classe média, autoconsciência da, 38-9

Cobb, Richard, 97

Cobban, Alfred, 22, 104, 107, 119
Social Interpretation or the French Revolution, 105

Cobden, Richard, 11

Cochin, Auguste, 94, 110

Cohen-Solal, Annie, 114

Comissão de Salvação Pública, 60, 65, 103

comparação
 RF como padrão de, 50-2

Comte, Auguste, 81, 114

Comuna de Paris (1871), 50, 60, 69, 117

comunismo e jacobinismo, 53, 55-6, 117

comunista, partidos (França), 97-8, 102-4, 105, 116
 e intelectuais franceses, 112, 113

comunistas, partidos (ocidentais), 67, 120-1

Congresso dos Deputados do Povo (União Soviética), 79

Constant, Benjamin, 106, 138 nota 56

Cousin, Victor, 25, 28, 36

Cromwell, Oliver, 33, 35, 64, 68, 103, 123

da Costa, Isaac, 45

Danton, George-Jacques, 61, 94, 144 nota 36
 como herói, 21, 81, 85, 94
 estudos sobre, 92

David, Jacques-Louis, 78

De Gaulle, Charles, 102, 113, 115

Debray, Régis, 117

Declaração dos Direitos do Homem, 27, 42, 81, 126

Delescluze, Charles, 60

democracia
 atitudes liberais em relação à, 44-6, 52, 61, 84-8
 e RF, 125

demografia, uso da, 100

dérápage [“derrapada”], 40, 77

Deutscher, Isaac, 68, 71

Dacey, A. V., 39

Dickens, Charles
A tale of two cities, 21

Dreyfus, caso, 95, 98-9

Droz, François-Xavier Joseph, 42

dual, fenômeno do poder, 64

École Normale Supérieure, 91, 113

economia política, 28

econômica, crise e a RF, 97

econômico, crescimento
 como objetivo social, 124
 e a RF, 107

Edinburgh Review, 86, 87

educação superior, expansão da, 121

Eiffel, torre, 83

Elwitt, Sanford, 61

Engels, Frederick
 monumento a, 82
 sobre a revolução alemã, 58
 sobre a RF, 55-6, 102-3, 108
 sobre o campesinato, 49

Estados Unidos, e o centenário da RF, 84

fascismo, 100, 101

Febvre, Lucien, 95

Fisher, H. A. L., 59

Forster, Georg, 76

França, mudança social na, e a RF, 115-8

Franco, Francisco, 101

Frente Popular, 101-2

Furet, François, 21, 41, 77, 91, 114, 148 nota 22
 e Cobban, 105
 e Cochin, 93, 110
Penser la Révolution Française, 106-7

Garibaldi, Giuseppe, 61, 82

Gervinus, Georg, 36

Giraudoux, Jean, 118, 148 nota 29

Godechot, Jacques, 100, 109, 147 nota 16

Gorbachev, Mikhail, 71, 75, 79

governo constitucional, e revolução burguesa, 43-5, 54

governo provisório (Rússia, 1917), 69

Grã-Bretanha
 consciência da RF, 36-7
 estudos da RF, 98

Gramsci, Antonio, 26 nota 57, 129-34

Guérin, Daniel
Bourgeois et bras-nus, la lutte de classes sous la Première République, 57, 67

Guevara, Che, 77

Guizot, François, 25
 e democracia, 88
 mencionado, 29, 45, 86
 sobre a natureza da burguesia, 26-7, 32
 sobre a revolução, 32-4, 53, 110, 114

Harvard, Universidade de, 94

Hébert, Jacques René, 103

hébertistas, 55

Herriot, Edouard, *Homenagens à Revolução*, 98

Herzen, Aleksandr, 51, 82

história dos de baixo, 96, 97

história mutável, 125-7

historiadores liberais, interpretação da RF, 24-8, 40, 46-50, 81, 85, 106, 110

historiografia revolucionária, 10, 14, 17-8
 e republicanismo, 117

elementos de concordância, 18-9, 65, 107

renovação da, 89, 98

Hitler, Adolf, 58, 122

Hoche, Lazare, general, 84

Holland Rose, J., 14, 20

Igreja Católica
 atitude para com a RF, 101

industrialização
 e classe burguesa, 28-9

Inglaterra
 na visão de liberais do continente, 33-5

intelectuais franceses, 112-4, 148

jacobinismo
 analogias com o, na Revolução Russa, 52, 62-3, 65-6, 68, 110
 base social do, 72
 comunismo de guerra como, 74
 e democracia, 84-8
 e Frente Popular, 101-2
 e historiografia revolucionária, 93
 e marxismo, 102-3, 114
 e terceiro-republicanismo, 99
 Gramsci sobre o, 129-30, 132-3
 influência do, nas revoluções francesas posteriores, 50, 55, 60
 rejeição comunista do, 120
 visão dos liberais sobre o, 37-8, 42, 44-5, 52-3, 61
 Jaurès, Jean, 91, 100, 104
 Histoire socialiste de la Révolution Française, 25, 94
 Judt, Tony, 114

 Kadets (democratas constitucionais russos), 52, 64
 Kareiev, N. I., 63, 90
 Kautsky, Karl, 58, 66
 Kerensky, Aleksandr, 68
 Kropotkin, Peter, 63

 Labrousse, Ernest, 96, 100
 Lafayette, marquês de, 64, 84
 Lamartine, Ernest, 81
 Lassalle, Ferdinand, 82
 Le Roy Ladurie, Emmanuel, 97
 Lefebvre, Georges, 90-1, 95-7, 99, 105, 118
 e revisionismo, 107-8, 119, 146
 Quatre-vingt-neuf, 93, 96
 The great fear of 1789, 96
 Lenin, Vladimir
 como análogo a Robespierre, 64, 66
 e o jacobinismo, 55, 63, 65, 70
 mencionado, 67
 sobre a celebração da revolução, 82, 143 nota 2
 sobre Danton, 94, 144 nota 36
 sobre o processo de revolução, 82, 142 nota 69
 Leopardi, Giacomo, 90
 Leroy-Beaulieu, Anatole, 85
 Lewin, Moshe
 Lenin's last struggle, 142
 liberalismo, 138 nota 56
 e democracia, 45-6, 88
 e fascismo, 100-1
 e revolução, 52-3
 linguagem e simbolismo da RF, 48-9, 51
 List, Friedrich, 138 nota 50
 Lucas, Colin, 24, 38
 Luís xviii, rei da França, 43-4
 Lutchitskii, Ivan, 63
 Luxemburgo, Rosa de, 67

 Manifesto Comunista, 13
 Mao Tsé-tung, 70, 111
 Marat, Jean-Paul, 64, 77
 como herói, 81, 99
 estudos sobre, 92
 Marceau, François Séverin Desgravières, 84
 Maria Antonieta, rainha da França, 51, 92
Marseillaise, 49, 58, 84, 101
 Martov, Julius, 70
 Marx, Karl
 e a Revolução Russa, 52, 63
 e o jacobinismo, 55-6
 e os historiadores liberais franceses, 118
 mencionado, 59, 67
 sobre a Comuna de Paris, 50, 70, 103
 sobre a estrutura de classes no capitalismo, 53-4
 transformado em monumento, 82

marxismo
 ataque revisionista contra o, 111-4
 debates sobre o Termidor soviético, 69
 e mudanças no século xx, 120, 121, 149 nota 34
 influência sobre a historiografia francesa, 10, 22-3, 90, 94-5, 100, 102-3, 109
 Mathiez, Albert, 56, 67, 90-1, 94, 118, 129
 Bolchevismo e jacobinismo, 66
 McManners, John, *Cambridge Modern History*, 105
 Melgarejo, Mariano, 62
 mencheviques, 56, 63-70
 Mendès-France, Pierre, 116
 Michelet, Jules, 81, 91, 103
 História da Revolução Francesa, 85
 Mignet, François Auguste, 25, 32, 38, 41, 43-5
 Histoire de la Révolution Française, 29, 65
 Miliukov, Paul, 52
 Mirabeau, Honoré Gabriel Riqueti, conde de, 44, 81, 92
 Mitterrand, François, 113, 116
 monumentos revolucionários, 82, 143 nota 2
 Morley, John, 51
 movimento operário, influência da RF sobre, 48-50, 58
 Mozart, Wolfgang Amadeus, 38
 Museu Britânico (Biblioteca Britânica) acervo do, 91, 144
 Museu Carnavalet, 90
 Mussolini, Benito, 101

 nação, conceito de, 33, 37-8, 51
 nacional socialismo, 122-3
 Napoleão Bonaparte, 19, 21, 64-5
 como análogo aos revolucionários russos, 68-9
 e a burguesia, 43-4
 e despotismo, 31, 58, 73
 mencionado, 25, 35, 78
 política econômica de, 27
 Napoleão III (Luís Bonaparte), 60
Nation, The, 89
 necessidade de revolução, crença em, 35-7, 106
New York Times, 51
 Nova Política Econômica, 70-1, 74

 Orczy, Emmuska, baronesa de, *O Pimpinela Escarlate*, 21
 Orwell, George, 1984, 110
 Owen, Robert, 13

 Paine, Tom, 84
 Palmer, Robert, 109
 tradutor, *The coming of the French Revolution* (Lefebvre), 96, 102
 Paris, mudanças em, 118
Past and Present, 10
 patriotismo, símbolos de, 101-2
 Pearson, Karl, 12
 Perovskaya, Sofia, 82
 Pétain, Henri Philippe, marechal, 115
 Plekhanov, Georgii, 63, 66
 poder dual, fenômeno de, 64
 povo
 e jacobinismo, 72
 mudanças no, 118
 poder do, na RF, 126, 150 nota 43
 relação com a classe média, 38-9, 41, 44
 progresso, idéia de, 28-9, 34

 Quinta República, política da, 115

 radicalismo socialista
 e historiografia revolucionária, 93
 e jacobinismo, 60, 85, 91
 e revolução burguesa, 54
 Raditchev, Aleksandr, 82

Rakovsky, Christian, 72
 Reeve, Henry, 86
 regicídio, celebração de, 83
 Reinhard, Marcel, 97, 100
 Rémusat, Charles de, 36
 Renoir, Jean, 101
 república parlamentar como forma burguesa, 61
 republicanismo
 e comunismo, 112
 e historiografia francesa, 82, 90, 93, 98, 100-1, 104, 116-7
 e política do pós-guerra, 115
 Resistência Francesa, 102, 116
 Restauração de 1814, 43, 65
 revisionismo
 e conceito de revolução burguesa, 22
 historiografia, 10-5, 98, 105-14, 118-9, 123-6, 150 nota 43
 revolução
 ataque revisionista contra a, 110-1
 como um processo incontrolável, 75-8
 e o povo, 125-7
 Revolução Russa como protótipo de, 70
 significado histórico da, 106
 teorias da, 122
 Revolução de 1830, 30, 35, 44, 46, 60
 Revolução de 1848, 13-50, 55, 60
 Revolução Francesa
 fatos com que todos concordam, 18-20, 65, 107
 significado histórico mundial de, 20, 124-5, 127
 Revolução Gloriosa (1688), 33, 35, 45, 85
 revolução industrial, conceito de, 12-3
 revolução permanente, tese da, 56
 Revolução Russa, 51-2, 62, 79, 110
 Révolution Française, La, 95
 Richet, Denis, 22, 98
 Robespierre, Maximilien
 e Lenin, 64, 66
 e o marxismo, 103
 e o povo, 72
 estudos sobre, 92, 94, 99
 mencionado, 35, 44, 55, 60, 88
 papel de, na RF, 20, 74
 percepção de, na União Soviética, 79, 81, 82
 percepções de, no Ocidente, 67, 83, 100, 102-3, 111
 Rocard, Michel, 10
 Rodsianko, M. V., 52
 Roederer, P. L., 25
 Rolland, Romain, *Quatorze Juillet*, 101
 Rotteck, Karl von, 20
 Rousseau, Jean-Jacques, 51
 Roux, Jacques, 103
 Roy, M. N., 68, 74
 Royer-Collard, Pierre Paul, 43
 Rudé, George, 119
The French Revolution, 105
 Sagnac, Phillipe, 90-1, 95
 Saint-Just, Antoine de, 21, 60, 64, 99, 112
 estudos sobre, 93
 Saint-Simon, Claude-Henri, 28-9, 33
 Sartre, Jean-Paul, 114
 Say, Jean-Baptiste, *Traité d'économie politique*, 27
 Schama, Simon, *Cidadãos*, 21, 111
 Scott, Walter, 33
Ivanhoé, 137
 Seligman, Edwin R. A., *Enciclopédia de ciências sociais*, 94
 Siéyès, Emmanuel, abade, 38, 138
 Smith, Adam, 28, 38
A riqueza das nações, 27, 136
Philosophical Essays, 136
 Smith, Goldwin, 87, 88
 Soboul, Albert, 56, 97-9, 107-8, 117

social democracia, influência da RF, 49-50, 58
 Socialista, Partido (França), 116
 socialistas radicais, 98, 103, 116
 Société des Études Robespierriistes, 66, 94-5, 100, 147 nota 16
 Soljenitsin, Aleksandr, 110
 Sonderweg, tese de, 122
 Sorbonne, cátedra de história da Revolução Francesa, 90, 94, 98
 Sorel, Georges, 90
 Southey, Robert, 13
 Sovietes dos deputados dos trabalhadores e soldados, 52
Spectator, The, 88-9
 Spence, Thomas, 103
 Stalin, Joseph, 67, 111, 141 nota 41
 como Bonaparte, 72
 stalinismo como "Termidor", 70, 72, 73
 Stein Lorenz von, 31, 44, 50
 Stubbs, William, *Constitutional History of England*, 95
 sufrágio universal, condenação conservadora do, 87-8
 Sukhanov, (N. N. Himmer), 64, 78
 Sybel, Heinrich von, 12, 90
History of the French Revolution, 59
 Taine, Hippolyte, 91, 94
Origins of Contemporary France, 15, 86, 89-90
 Talmon, J. L., *Origins of totalitarian democracy*, 119
 Taylor, George V., 104
Temps, Le, 83
 Terceira República, 117
 atitude diante da RF, 89-90, 98
 Terceiro Estado, 29, 38-9, 72, 79, 142 nota 71
 Terceiro Mundo, revolução no, 70
 Termidor, e Revolução Russa, 68-75
 Terror
 e o regime soviético, 67, 141
 interpretações sobre o, 21, 37, 43, 103
 Thatcher, Margaret, 123
 Thierry, Augustin, 25, 33, 53, 54, 137 nota 41
 sobre a justificação da revolução, 25, 30, 33, 41, 43
 Thiers, Adolphe, 25, 29, 42-3, 45, 86
 Thompson, Charles Willis, 63
Times Literary Supplement, 91
Times, The, 83
 Tocqueville, Alexis de, 25
Recollections, 30
 sobre a democracia, 45-6, 86, 88
 sobre a revolução, 30, 40, 50
 sobre os Direitos do Homem, 42
 Tolstói, Lev, 51
 tricolor, bandeira, influência da, 47-8, 102
 Trotsky, Leon, 56, 64
 História da Revolução Russa, 64
 uso da RF como ponto de referência, 68, 70, 72-3
 Ure, Andrew, 13
 vanguardas políticas, 55, 110, 117
 Vellay, Charles, 93
 violência, 37
 Voltaire, François Marie Arouet de, 51
 Vovelle, Michel, 98, 117
 Wajda, Andrzej, Danton, 120
 Webster, sir Charles, 147 nota 17
 Weitting, Wilhem, 103
 Zalutsky, Peter, 73